



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS BACABAL – PPGLB
MESTRADO ACADÊMICO

EVANY DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO

**A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA EM *MENINO DE ENGENHO*,
DOIDINHO E BANGUÊ DE JOSÉ LINS DO REGO: uma análise sob a perspectiva das
confluências histórico-sociais**

Bacabal – MA
2023

EVANY DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO

**A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA EM *MENINO DE ENGENHO*,
DOIDINHO E BANGUÊ DE JOSÉ LINS DO REGO: uma análise sob a perspectiva das
confluências histórico-sociais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras de Bacabal (PPGLB), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Centro de Ciências de Bacabal (CCBA) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Literatura, cultura e fronteiras do saber.

Orientador: Prof. Dr. Rubenil da Silva Oliveira

Bacabal – MA
2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a). Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

NASCIMENTO, EVANY DA CONCEIÇÃO DO.

A representação da mulher negra em *Menino de Engenho, Doidinho e Banguê* de José Lins do Rego: uma análise sob a perspectiva das confluências histórico-sociais / EVANY DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO. - 2023.

162 f.

Orientador(a): RUBENIL DA SILVA OLIVEIRA.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Letras - Bacabal, Universidade Federal do Maranhão, BACABAL, 2023.

1. Ciclo açucareiro. 2. Feminismo negro. 3. José Lins do Rego. 4. Literatura. 5. Representação. I. OLIVEIRA, RUBENIL DA SILVA. II. Título.

EVANY DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO

**A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA EM MENINO DE ENGENHO,
DOIDINHO E BANGUÊ DE JOSÉ LINS DO REGO: uma análise sob a perspectiva das
confluências histórico-sociais**

Texto de Dissertação para defesa final apresentado
ao Programa de Pós-Graduação em Letras de
Bacabal (PPGLB), da Universidade Federal do
Maranhão (UFMA), Centro de Ciências de Bacabal
(CCBA).

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rubenil da Silva Oliveira (PPGLB-UFMA)
Orientador

Prof. Dr. Wheriston Silva Neris (PPGLB-UFMA)
Membro Interno

Prof^ª. Dr^ª. Maria Edileuza da Costa (PPGL-UERN)
Membro Externo

Horas inteiras eu fico a pintar o retrato dessa mãe angélica, com as cores que tiro da imaginação. (Rego, 2012, p. 28).

Dedico ao meu pai *in memoriam*, à minha mãe e
aos meus irmãos e irmãs.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e coragem.

À minha mãe, Ilzimar Maria da Conceição do Nascimento, pelo exemplo.

À minha avó, Josefa Maria Oliveira dos Santos pelas primeiras letras ensinadas.

Aos meus irmãos, Elias Pinto do Nascimento, Eduardo Nascimento, Antonio da Conceição do Nascimento, Eduone Gustavo da Conceição do Nascimento, e irmãs Eveline da Conceição do Nascimento, Maria Raquel Castro Dantas pelo apoio e auxílio.

Ao Tribunal de Justiça do Maranhão pela concessão de teletrabalho.

As minhas chefes, Iolanda da Silva Balata e Patrícia Marques Barbosa, e aos amigos de atividade profissional, pelo apoio necessário.

Aos meus amigos de turma, Ednólia da Silva Farias e Saulo da Silva Lucena pelo companheirismo.

Ao meu orientador, RUBENIL DA SILVA OLIVEIRA, pelos ensinamentos profundos, humanos e científicos, pelo auxílio em tudo no que concerne o significado de atenção e orientação acadêmica.

À UFMA por ser a instituição que me fez pesquisadora.

À banca examinadora, Prof. Dr. Wheriston Silva Neris e Prof.^a Dr.^a Maria Edileuza Costa, pelas contribuições complementares.

Às minhas amigas: Iara de Sousa Vasconcelos, Ana Paula Rocha Porto, George Henrique Melo dos Reis, Janira Teixeira e Ana Célia de Almeida Freitas, Alessandra Aparecida, Keycy Aires Silva, Cledemilton Barbosa, Ana Batista do Nascimento, pela indireta e direta contribuição nesse processo.

RESUMO

Esta dissertação pretendeu analisar as representações das mulheres negras nos romances do ciclo da cana-de-açúcar – **Menino de Engenho**, **Doidinho** e **Banguê**, de José Lins do Rego sob a perspectiva das confluências histórico-sociais. Entendeu-se que o processo produtivo dos engenhos narrado nos romances do prosador paraibano carrega o modelo da sociedade escravocrata, em que o senhor de engenho por ser branco e dono da propriedade, poderia fazer uso dos corpos dos negros como se fossem objetos, seja para o trabalho, seja para a satisfação de outras necessidades. Desse modo, a pesquisa desenvolvida quanto ao objetivo foi explicativa e tomou por fundamento o método dialético-marxista, a partir do material bibliográfico produzido por teóricos que versaram sobre temáticas a respeito do corpus pesquisado, inclusive de recortes literários do objeto, e também da teoria e crítica literária, Rallo (2005), Eagleton (2019), Candido (1998; 2014;), Compagnon (2010), Zolin (2019), Chartier (2002), Perrot (2022), Lerner (2019; 2022), Bosi (2015; 2002), Castello (1961), Coutinho (1980), Gonzalez (2020), Davis (2016), Saffioti (2013; 2015), entre outros. Por se tratar de narrativa sequencial, trilogica e, em primeira pessoa, foi possível identificar nos discursos pessoais, um contexto de superpoder instalado sobre as mulheres negras no contexto pós-abolição da escravatura no Nordeste brasileiro no período açucareiro. A análise contida neste trabalho reverberou uma síntese dos sujeitos objetificados, do ponto vista do machismo, racista e classista, e dos principais agenciadores desses dispositivos que instalaram na sociedade a imagem estigmatizada da mulher negra: a sensual, sexista, ativa, *mammys*, a serviçal, bem como, refletiu de que modo esses modelos de aplicabilidade estereotipada atua na sociedade contemporânea quanto ao silenciamento, apagamento da mulher negra.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. Representação. Feminismo negro. Ciclo açucareiro. José Lins do Rego.

ABSTRACT

The aim of this dissertation was to analyze the representations of black women in the novels of the Sugarcane Cycle - **Menino de Engenho**, **Doidinho** and **Banguê** - by José Lins do Rêgo from the perspective of historical-social transitions. It was considered that the production process of the mills, described in the novels of the prose writer from Paraíba, carries the model of the slave society, in which the mill owner, who is white and owns the property, can use the bodies of black people as objects, be it for work or to satisfy other needs. In this way, the research developed to the objective was explanatory and based on the dialectical Marxist method, based on the bibliographic material prepared by theorists dealing with topics related to the corpus under study, including literary excerpts of the object and also of theory and literary criticism, Rallo (2005), Eagleton (2019), Candido (1998; 2014;), Compagnon (2010), Zolin (2019), Chartier (2002), Perrot (2022), Lerner (2019; 2022), Bosi (2015; 2002), Castello (1961), Coutinho (1980), Gonzalez (2020), Davis (2016), Saffioti (2013; 2015), among others. Because it is a sequential, trilogical first-person narrative, it was possible to identify in the personal speeches a context of superpower that ruled over black women in the post-abolition context of the Brazilian Northeast during the Sugar Period. The analysis contained in this work reflected a synthesis of the objectified subjects from the perspective of machismo, racism and classism, and the main actors of these devices that established in society the stigmatized image of the black woman: the sensual, sexist Also "Active ", "Mammys" and "The Servant" have considered how these models of stereotypical applicability play out in today's society in terms of the silencing and erasure of black women.

KEYWORDS: Literature. Depiction. Black feminism. Sugar cycle. Jose Lins do Rego.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 LITERATURA E HISTÓRIA: a tessitura da memória em José Lins do Rego.....	17
1.1 O projeto memorialístico de José Lins do Rego: o Santa Rosa é o mundo.....	22
1.2 A memória como reminiscência da vida no Engenho.....	42
1.3 Literatura: uma mimesis da vida social.....	50
2 DA HISTÓRIA PARA A LITERATURA: apontamentos sobre os feminismos.....	60
2.1 Trajetória do movimento feminista negro.....	73
2.2 O feminino negro em José Lins do Rego: uma fotografia da mulher negra nos anos 1930.....	90
3 IMAGENS DAS MULHERES NEGRAS NOS ROMANCES DO CICLO DA CANA DE AÇÚCAR.....	100
3.1 Corpos de mulheres negras em Menino de Engenho: entre silêncios e subalternidade.....	105
3.2 Mulheres negras em Doidinho: retalhos de memórias das representações de Paula, Francisca e outras mulheres.....	122
3.3 Mulheres negras em Banguê: corpos corrompidos.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERÊNCIAS.....	155

INTRODUÇÃO

Esta dissertação pretendeu o estudo das confluências histórico-sociais dominantes e das percepções que constituem o feminino negro em **Menino de Engenho (2012)**, **Doidinho (2020)** e **Banguê (2021)** de José Lins do Rego. A trilogia marca a vida social e comportamental do narrador Carlos Melo num espaço em que pontua os estereótipos racistas no tocante às mulheres pretas que circundam as narrativas, objeto dessa análise. Para isso, seguir-se-ão os pressupostos da crítica, porque se considera que esta se volta para o fio imbricado entre a criação artística e a realidade social, embora a literatura seja ficção em algum ponto ela mostra verossimilhança com aspectos do tempo e das experiências daquele de que ou quem a escreve.

Na perspectiva da crítica sociológica, Elizabeth Ravoux Rallo (2005) defende que o método da crítica sociológica se desenvolve de variados modos, mas, nesta pesquisa, foi aplicado o método externo, fitando a relação entre a produção e a história; e o interno, ao examinar “o conteúdo da obra à luz dos métodos e dos conceitos sociológicos por meio de correspondências diretas e globais, ou parciais” (Rallo, 2005, p. 100). Ou seja, a ideia da teoria de Rallo (2005) tende a correlacionar o texto e contexto histórico-social, pois, “o texto é histórico à medida de que há vestígios da HISTÓRIA, dos fatos históricos e sociais” (Rallo, 2005, p. 112).

Ainda cabe acrescentar que, na análise ou na sua aplicação, não se pode, de modo algum, ignorar o literato, pois é possível averiguar o manifesto histórico no literário, isto é, no campo da literatura, essas intersecções próprias do real, inferem-se de modo implícito, deslocadas, recriadas. Nesse universo entre história, fatos sociais e o texto literário, agrupadamente, propicia-se a quebra de silêncios e provoca clareza a questões que não foram delimitadas nas ciências, individualmente.

O objeto literário, faz o chamamento de questões ou problemáticas que estão alocadas nas outras ciências a fim de sustentar a reflexão que, em dado momento, foi interposta nos escritos ficcionais. Nesta perspectiva, defende-se a crítica como crítica dos fatos, mas que também não precisa ser somente o que parece ser: “Essa cisão entre o artefato literário e o mundo pode ser encarada tanto em suas precondições sociais, quanto nas peculiaridades estéticas que envolve” (Durão, 2020, 72). Isso porque, para o crítico literário, o campo da ficção abriga o especulativo. Desse modo, a teoria e crítica literária devem reverberar no processo de confluência, o processo de duplo olhar: entre o real e a recriação.

Nesse sentido, a proposta do crítico consiste também em: “um conhecimento aprofundado da história da crítica tem como implicação imediata um senso mais aguçado de responsabilidade para com o presente: se não existe uma constante atemporal da literatura, uma substância ou conteúdo que lhe seria específico, então, fica evidente o quanto a crítica responde, para o bem ou para o mal, pela constituição de seu objeto” (Durão, 2020, p. 87).

A pesquisa teve como objetivo geral analisar as representações das mulheres negras nos romances do ciclo da cana-de-açúcar – **Menino de Engenho, Doidinho e Banguê**, de José Lins do Rêgo sob a perspectiva das confluências histórico-sociais. E como objetivos específicos – identificar os estereótipos tipificadores do tratamento desigual dado às mulheres negras nos romances – **Menino de Engenho, Doidinho e Banguê**, de José Lins do Rêgo; descrever os processos de dominação e resistência dos corpos femininos negros nas narrativas **Menino de Engenho, Doidinho e Banguê**, de José Lins do Rêgo e; discutir as confluências histórico-sociais das narrativas supracitadas no tocante ao tratamento dado às mulheres negras sob a luz da crítica sociológica da literatura. Por sua vez, as perspectivas da crítica sociológica as quais fundamentam essa contextualização permitem identificar traços do momento histórico e a intersecção com a crítica feminista. Assim, interpõem-se as devidas evidências que cumularam a contínua aplicação de dispositivos de poder sobre os corpos femininos, pois a teoria literária feminista admite que:

O enfoque político-cultural da crítica feminista engloba linhas diversas: tendências marxistas que estabelecem a relação entre gênero e classe social como categoria de análise, enfatizando formas de cultura popular, relatando mudanças sociais, condições econômicas e transformações relacionadas ao equilíbrio de força entre os sexos; tendências que tomam a noção de experiência ligada às práticas culturais dos sujeitos femininos na sua relação com a produção literária; tendências que analisam a arte literária da mulher tendo em vista o contexto histórico-cultural no qual se insere (Zolin, 2019, p. 228).

Nesse campo vasto do feminismo, interessou, neste trabalho, questões entre a ficção literária ambientada no século XIX, pertencente ao modernismo regionalista de José Lins do Rego e as vertentes que analisam as representações da mulher entre a arte e a realidade. A paridade da crítica feminista abrangeu, portanto, o princípio das alteridades, as manifestações de poder do masculino para o feminino e deste para o feminino negro. Visivelmente, constatou-se uma hierarquia piramidal constituída entre gênero e raça.

Ressalta-se que a vertente sobre o feminismo negro não foi o destaque principal, tendo em vista o objetivo pairar sobre aspectos culturais dominantes historicamente. Entretanto, com a finalidade de fazer o contraponto com as políticas atuais que versam o universo masculino e feminino, foi necessária também a intersecção do feminismo negro com a crítica

feminista e sociológica, por meio de pressupostos de historiadoras, antropólogas e sociólogas, estudiosas da literatura de minorias, a fim de expor em caráter de comparação, a representação dos corpos brancos e negros, entre o masculino e o feminino, entre o feminino branco e o feminino negro.

Dispôs, portanto, que nessas binaridades entre gênero e raça, dispostas por Patrícia Collins (2019), não são resquícios de uma realidade do passado deformada na literatura dos séculos anteriores, mas em constante aplicabilidade do machismo-racismo, patrocinada pelo poder patriarcal. Nesta perspectiva, definiu-se o patriarcado como um “termo utilizado para designar uma espécie de organização familiar” (Zolin, 2019, p. 228), porque no “contexto do pensamento feminista, envolve a questão da opressão da mulher ao longo de sua história” (Zolin, 2019, p. 228).

Ao longo do tempo, o poderio patriarcal tem colocado o feminino como corpo de escravização e subalternidade. Heleieth Saffioti (2015) tratou da importância da luta feminista ou de sua teoria, a fim de se libertar “das categorias patriarcais de pensamento. Ou melhor, quanto mais as feministas se distanciarem do esquema patriarcal de pensamento, melhor são suas teorias” (Saffioti, 2015, p. 58-59). Pois assim como o patriarcado, historicamente, apagou a representatividade identitária da mulher, assim, a teoria do feminismo deve parear as técnicas de dominação, pois, a força do combate deve ser maior que o problema introduzido.

No que concerne à problemática trazida no corpus deste trabalho, a princípio no tocante às críticas, feminista e das vertentes do feminismo negro, é um paralelo da inserção da política do movimento que, segundo Carole Pateman (1993) foi encarado o feminismo universal como ato individual, ou seja, de um problema que caracterizava ou aprisiona um certo grupo de mulheres. Decerto, ou mesmo involuntariamente, ocorreu a ineficácia das conquistas femininas com relação às mulheres negras. Isso é apontado pelos estudos que versam sobre a racialidade e teorias do feminismo, este que deixou a mulher negra, presente nas chamadas estereotipadas, e assim, revelou-se uma derrota do movimento.

O conceito soberano da branquitude serve, principalmente, ao patriarcado e amplia uma liga estrutural de preconceito de gênero-raça. Os principais elementos que desencadearam a meta de estudo, nas obras de José Lins do Rego, foram por meio de percepções do espaço onde se desenvolvem as situações em que é praticado o racismo contra mulheres pretas. A cronologia temporal e psicológica desenvolvida pelo romancista paraibano, através do narrador Carlos de Melo, apresenta a versatilidade do patriarcado, que por vezes, se apresenta vítima de um sistema em movimento, mesmo em leves passos.

O auge e a decadência de um sistema dominante revelado nas obras **Menino de Engenho**, **Doidinho** e **Banguê**, por meio do menino Carlos quando, no deslocamento do engenho ao internato, internato ao engenho, da universidade ao engenho. Percebeu-se que o espaço atua nas narrativas como elemento singular na vida do narrador, pois mesmo quando se esteve distante dele, a memória recai sobre o Santa Rosa, ou seja, o local atua como uma estrutura principal que opera as sequenciais narrativas, a partir de *Menino de Engenho*.

A representação do espaço engenho Santa Rosa foi a plataforma para estudar sobre as representações que, estando marginais, configuram-se as interposições de domínio, ora atuando como revelações concretas, ora abstratas por meio da memória individual do protagonista. Assim dispostas, foi possível averiguar as constituintes que, verticalizadas, operam na consciência narrativa.

Ainda, as análises contidas tiveram uma perspectiva dentro dos estudos e críticas da psicanálise, enquanto crítica literária e ciência dos comportamentos humanos, em que focou nos variados modos de manifestação dos atos manifestos e latentes que orbitam o conjunto dos romances analisados. Principalmente no que concernem os elementos de representação nas estirpes da estereotipização contidas nos discursos dentro das obras. Vale lembrar que essa valoração psicanalítica subsidiou a presente pesquisa como um procedimento dentro das perspectivas de caracterização e das percepções lógicas por meio da investigação entre que emite e os alvos dos discursos.

Na análise da primeira obra, **Menino de Engenho**, verificou-se a promiscuidade sexual, alternada entre o sexo solitário, a imaginação e práticas com as negras que serviam no Santa Rosa, o espaço de criação intelectual do narrador, além dos relatos sobre outras vivências de servilidade por parte de figuras negras. As apresentações desses fatores, são despendidas por meio das personagens Maria Pia, Francisca, França, Avelina, Galdina, Generosa, Maria Gorda, Romana, Velha Totonha, Zefa Cajá, Luísa.

Em **Doidinho**, situa-se a realidade opressiva do autoritarismo e as metáforas psicológicas que eram fruto da experiência avançada que levava com a mulherada e meninada, integrantes do internato Nossa Senhora do Carmo. Como corpos subjugados, é apresentado por meio das personagens Paula e Francisca.

Já na fase adulta, em **Banguê**, de volta ao Santa Rosa, o choque cultural e intelectual que trazia com a bagagem material, colocou o Dr. Carlos, num contingente de delírio, que declina os seus insucessos à fuga da realidade em vez de enfrentar e combater os desmandos sociais. Entretanto é evidenciado que a identidade patriarcalista sobressai, no foro coletivo e no individual. Deste modo, foi visto que o relato masculino, colocou a tia-

avó Sinhazinha como a mulher cruel, que escraviza a personagem Josefa, enquanto individualmente, se aproveita da sua condição de senhor, e se serve sexualmente da personagem Maria Chica.

A linearidade cronológica na formação do caráter de Carlos de Melo traz a necessidade de propor um debate e produção científica com preceitos e embates às formas mais “singelas” de procriação dos estereótipos ligados à mulher negra. Mesmo que, haja inúmeras formas de combate à essa cultura, o que se vê é que existe um longo caminho para pôr fim às marcas de preconceitos e estigmas. A problematização que vigora no contexto social presente soa a urgência e frequente crítica sociocultural de um passado revisitado por meio da leitura literária, e um paralelo às formas vigentes estruturais racistas, que apelam um rumo à responsabilidade: “Para condenar um ato injusto, é indispensável, ao ser ético, saber se, efetivamente, o seu sentimento de indignação está fundado em uma percepção correta dos fatos e das intenções dos sujeitos” (Bosi, 2002, p. 120).

Cabe acrescentar sobre essa linha que aloca possíveis intenções dentro do texto, os painéis linguísticos precedem sob a seguinte anotação: “A atividade de interpretação, que está em ação a todo momento no processo de comunicação, funda-se na suposição de que quem fala tem determinadas intenções, consistindo a inteligência justamente na captação dessas intenções” (Koch, 2011, p. 24). Daí o funcionamento dos discursos repousam em marcas de intenções explícitas e veladas que o texto veicula, segundo Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2011).

Nesse sentido, a pesquisa apontou uma análise sobre as vertentes que demonstram os estigmas de uma sociedade brasileira que carrega o preconceito racial, em especial, relacionado às mulheres pretas. O estudo das obras de José Lins do Rego serviu como fonte documentada, que histórico-socialmente, as formas veladas e claras de machismo e racismo perpetuam continuamente, e que, vigora um sistema controlador, nesse paralelo entre o passado, presente e projeções do futuro. Desse modo a pesquisa respondeu as seguintes perguntas: quais os agentes que promoveram a cultura de dominação masculina sobre a mulher preta nos romances *Menino de Engenho*, *Doidinho* e *Banguê*, de José Lins do Rego? Como o machismo e o racismo são construídos? Quem tem autorização para combatê-los?

A metodologia aplicada foi pautada nos estudos literários da produção reguiana, conhecida como trilogia, em que dispôs os objetos trazidos. Dessa forma, foram trazidos os percursos teorizados de estudiosos da literatura reguiana, como José Aderaldo Castello (1961), Edilberto Coutinho (1980), Elri Bezerra de Sousa (2011), Luciano Trigo (2002),

Antonio Cleonildo da Silva Costa (2020), Mariana Chaguri (2009), como inserção de ideias sobre a fortuna crítica de Lins do Rego.

Para fundamentação da teoria literária e da crítica sociológica foram utilizadas teorias de Elizabeth Ravoux Rallo (2005), Fábio Akcelrud Durão (2020), Terry Eagleton (2019), Antonio Candido (1998, 2014) Antoine Compagnon (2010), Alfredo Bosi (2015, 2002). Para o enlace entre o objeto e a crítica sociológica, e para tratar sobre a crítica feminista no intuito de demonstrar as confluências histórico-sociais, no campo da historização, da representação da mulher, resistência, circuitos memoriais, as teorias de Lucia Osana Zolin (2019), Judith Buthler (2021) Simone Beauvoir (1970), Roger Chartier (2002), Michelle Perrot (2022), Gerda Lerner (2019;2022), Jacques Le Goff (2013), Joel Candau (2021), Maurice Halbwachs (2006). Sobre a tratativa do feminismo negro, as teorias de Lelia Gonzalez (2020), Angela Davis (2016), Heleineth Saffioti (2013, 2015), Patrícia Hill Collins (2019), Sueli Carneiro (2020) bell hooks (2020, 2022), Grada Kilomba (2020) e Gayatri Chakravorty Spivak (2010).

Além desses principais, também foram utilizadas as teorias de Gilberto Freyre (2015; 2006), David Brookshaw (1983), Eclea Bosi 1979), Gregory Rabassa (1965), Pierre Bourdieu (1996, 2021), Franz Fanon (2021), Homi K. Bhabha (2013), entre outros. Desse modo essa dissertação foi estruturada em três capítulos, nos quais foi explicitada a conjectura da produção literária de José Lins do Rego nas primeiras obras publicadas, **Menino de Engenho**, **Doidinho** e **Banguê**. O método utilizado foi o dialético-marxista por tratar de uma análise histórico-social, cujo objetivou pautou-se na explicação atenta e “sensível às suas formas, estilos e significados” (Eagleton, 2011, p. 14-15).

No primeiro capítulo, tratou da “LITERATURA E HISTÓRIA: a tessitura da memória em José Lins do Rego”, o qual demonstrou a constituição da produção reguiana nos moldes memoriais. Além disso, o modo como se comportou no movimento regionalista de 1930, inclusive os elementos individuais e coletivos os quais o tornaram uma literatura que espelha uma realidade deformada.

O segundo capítulo, intitulado “DA HISTÓRIA PARA A LITERATURA: O percurso da representação da mulher na produção intelectual e por ela representada”, focou, precipuamente, da historização da escrita feminina que foi apagada histórico-socialmente e como isso refletiu na literatura universal, no que tange silenciosidade sobre o feminino, tanto em sua representação quanto em sua inserção e produção. Também foi mostrado como o movimento feminista invisibilizou os corpos e direitos que deveriam ser de todas mulheres

e não atingiu as mulheres negras e implicações no sentido “liberdade” plena para os corpos femininos.

O terceiro capítulo, “IMAGENS DAS MULHERES NEGRAS NOS ROMANCES DO CICLO DA CANA DE AÇÚCAR” foi amalgamado dentro da trilogia as representações construídas, e socialmente retratadas na produção reguiana, de forma detalhada os apontamentos de subalternidade, silenciamento, e outros dispositivos que corrompem o corpo da mulher negra.

Nessa perspectiva o enlace sobre as confluências histórico-sociais e a tratativa da mulher negra serviram como mecanismo de inferir paralelos entre o real e o ficcional, entre a literatura e a história. Os romances analisados são parte de um retrato regional, e mais do que isso, um espelho que configurou os modelos econômicos do Brasil açucareiro. Desse modo, espera-se que haja uma contribuição para a fortuna crítica de José Lins do Rego e para os estudos literários, assim como para a academia científica, cuja função é de fornecer subsídios teóricos com críticas que venham a elucidar temáticas que são relevantes para a sociedade atual. Nessa intenção, o caráter da pesquisa em questão, agregou a distância e as proximidades que hostilizam de forma direta e simbólica aos corpos de mulheres negras desde a escravização, em contraponto com a crítica do presente, especialmente.

Nesse panorama entre arte e crítica, que por vezes, entendida como proposições ideológicas que atribuem juízos de valor às formas de dominação, teve como pressuposto básico, encontrar as verdades implícitas dentro dos discursos do narrador na trilogia reguiana. Pois as partículas entre signos e significados apontam uma complexidade na relação entre o objeto e as causalidades postuladas no crivo literário.

As mulheres negras funcionam nos discursos do narrador como objetos de atos particulares daqueles que estão em situação privilegiada. Ainda no curso polifônico linguístico os discursos estereotipados e violentos aplicados a esses corpos concretizam uma demanda de autoridade em estratégias contextuais.

1 LITERATURA E HISTÓRIA: a tessitura da memória em José Lins do Rego

As obras de José Lins do Rego que constituem a trilogia do ciclo açucareiro no Brasil, que são peças literárias que discorrem sobre o regionalismo nordestino, as quais expõem os dilemas e o reconhecimento dos valores a serem vistos e revistos na sociedade retratada. Juntamente com outros autores nordestinos, como Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz e Jorge Amado, Lins do Rego inseriu na literatura do modernismo da geração de 30, temáticas que representavam o Brasil no aspecto rural e teve como espaço os estados da Paraíba e de Pernambuco, em meio à atividade açucareira que ainda era a principal atividade econômica nessas regiões.

Nesse espectro, cada escritor do regionalismo desenvolveu temas sociais e históricos em suas produções literárias. Graciliano Ramos com *Vidas Secas*, publicado em 1938, por exemplo, fotografou para a literatura a miséria e a fome social dos sertanejos. Rachel de Queiroz, em *O Quinze*, transfigura as consequências que a seca acometeu a vida dos nordestinos no ano de 1915, assim, toda a literatura regional nordestina escrita por estes escritores, beiram uma inserção entre arte e realidade.

Nestes termos, a estética e o modelo regional transcritos como matéria ficcional demonstram em sua gênese um descontentamento sobre as questões políticas vivenciadas nas décadas de 1920 e 1930. Essa implicação constitui um modelo literário que recupera uma imagem do passado-presente, do patriarcal, do escravismo latente e manifesto, da miséria e da fome.

Os movimentos regionalistas ganharam notoriedade em 1924 a partir da criação do Centro Regionalista do Nordeste, que assim, foi possível alargar o território regionalista a outros estados, como Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, ocasião em José Lins do Rego tornou-se um participante privilegiado dentro do círculo de intelectuais da Paraíba e Alagoas, segundo Mariana Chaguri (2009). Sobre o escritor paraibano, escreveu:

A partir de um jogo de espelho entre crônicas e romances, é possível obter pistas importantes para a análise de modo como o tempo é trabalhado pelo autor. História, memória e ficção se entrelaçam e se inscrevem nos textos de modos variados, permitindo a apreensão do complexo ir e vir entre as diferentes temporalidades que compõem a narrativa de José Lins (Chaguri, 2009, p. 43).

A estudiosa e escritora Chaguri (2009) pontua as características da produção literária de José do Rego. Ao mencionar que a partir delas é possível captar pistas sobre o tempo trazido nas obras, nesse movimento de ir e vir, apresenta nas narrativas que retratam tanto o

passado como o presente. Ainda fala sobre como se deu a instalação da literatura regional em meio a institucionalização do modernismo:

Importante destacar que, ao escrever sobre o Modernismo, José Lins está, na maioria das vezes, refletindo e construindo argumentos sobre o Regionalismo nordestino. Nesse modo, o autor articula tais discussões a pontos fundamentais para a compreensão do Regionalismo, quais sejam, a tradição, a região e a emoção como mediadores privilegiados para o conhecimento do mundo (Chaguri, 2009, p. 48).

Nessa passagem sobre o escritor José Lins do Rego, bem como, a explicação de como se comporta sobre a integração regional na literatura moderna brasileira, Chaguri (2009), evidencia que o intuito da matéria regional seria, portanto, um anseio de fazer o Nordeste ser conhecido e reconhecido de forma universalizada, dentro dos ímpetus intelectuais da literatura, e não promover uma separação, como se o mundo de outras regiões fosse oposto, acima ou inferior.

Ainda para Chaguri (2009) “a história aparece como a principal questão a ser enfrentada pelos regionalistas e será a base que sustentará suas sugestões estéticas e estilísticas particularmente no que se refere à prosa de ficção” (Chaguri, 2009, p. 48). Conforme apontado pela pesquisadora o texto literário pertencente ao movimento regional nordestino, serviu a um projeto político e social, além do estético, haja vista tratar-se de um material fictício que remonta um período da história brasileira no Nordeste do Brasil.

Convém assinalar que os signos do modernismo não foram apagados pelo regionalismo, entretanto, deram visibilidade e autenticidade à identidade do país dentro da literatura. Sem mencionar o viés ideológico provocado pelo projeto político-social o qual o regionalismo ganhou notoriedade; a memória surge como o filtro da representação da tradição patriarcal do século XIX com a do século XX.

Por tratar de uma visão crítica, Chaguri (2009) ainda ressalta que nesse paralelo, os regionalistas buscavam uma inteligibilidade para o presente atualizando esse passado, o que foi captado por alguns estudiosos como uma recuperação colonialista, e não como, reflexão no espectro das diferenças que ao longo do tempo, as práticas históricas de exploração pelas atividades açucareiras no Nordeste.

De outro lado, percebe-se uma extensa recepção da literatura regional no meio intelectual, visando tão somente a brasilidade em cada personagem e temática trazida: a possibilidade dos grandes detentores de poder sofrerem decadência pela incursão do tempo histórico, a estética da linguagem do povo nos livros, os dramas da sociedade em meio a fome, a seca, fanatismo religioso, a economia do açúcar, do cacau, o cangaço, a religião, a divisão de classes sociais, raciais e de gênero, engendraram a autêntica realidade, que,

deformada na ficção, espalhou a consagração literária regionalista nordestina, e o Brasil deixou de ser representado pela literatura moderna centrada no Centro-Sul, exclusivamente.

José Lins do Rego, situou suas narrativas tratando dos problemas sociais na literatura de modo a interseccionar a memória, a história e o sociológico, em tudo que a criação psicológica latente e/ou manifesta coube dentro de suas literaturas pelas articulações textuais, contextuais e desejanter, entre o retrato físico do Nordeste e não negação de uma cultura dominante.

A comunhão entre a história, a memória e a literatura residem em José Lins do Rego nas suas primeiras obras, e esse tripé constitui um apanhado histórico-social entrelaçado entre a ficção e a realidade, sendo o narrador quem dá nome e voz aos personagens que integram os romances, numa espécie de narração de cunho pessoal e memorial. Por sua vez, não se esquece de que “a literatura é uma inevitável petição de princípio” (Compagnon, 2010, p. 45).

Assim, segundo o teórico citado acima, a possibilidade do que é literário parte daquilo que é possível incluir pelas autoridades, cabendo, deste modo, incluir modelos de compreensão que marcam ao longo da história literária o espaço para a interpretação captada pelos leitores. Sendo um espaço vasto, a literatura abriga também dentro de seu estudo, e conforme a intenção contextual, nuances do extraliterário como matéria teórica no campo investigativo.

Terry Eagleton (2019), todavia, preconiza o cuidado sobre o que se ousa chamar por Literatura. Isto é, os valores ideológicos e sociais que, incessantemente vigoram dentro da literatura, não podem por si só, definir sobre o que é literário ou não. Partindo desta concepção, o curso desses entraves da literatura pode ser marcado pela história, paralelamente, pois os julgamentos de valor sobre o fictício acompanham por determinadas convicções do presente em que se fala.

A inclusão da história dentro dos estudos literários constitui significados alinhados a esquemas às avessas ao ideológico, porque demarca, subsidiariamente, outra possibilidade da intenção literária: evidenciar uma problemática, sendo ela por meio de instâncias memoriais, sociais, psicológicas e dentre outras.

A história é uma construção, um relato que, como tal, põe em cena tanto presente como o passado. A objetividade ou a transcendência da história é uma miragem, pois o historiador está engajado nos discursos através dos quais ele constrói o objeto histórico (Compagnon, 2010, p. 219).

Desta maneira, percebe-se que esse apanhado sobre o pertencimento histórico como matéria presente no romance lidera também a continuidade discursiva futura, pois, se tem uma

transcendência por miragem, e assim, repousa reinserções contínuas dentro da literatura, por se atrever a tratar de problemas, assim como, por quem são representados. Nesse nicho, a intertextualidade que soma a partir dessa proposição histórico-literária, modera os limites entre o relato objetivo e a subjetividade.

De modo alargado, percebe-se dentro da produção romanesca de Lins do Rego que trata do ciclo da cana-de-açúcar, as obras **Menino de Engenho, Doidinho, Banguê, O Moleque Ricardo e Usina**, e a obra resumo, **Fogo Morto**, aprofundam a crítica social histórico-literária. Os narradores onipresente e onisciente despendem contínuas inserções e interpretações sobre o decurso temporal como objeto extrínseco na estética reguiana.

Essa tratativa sobre a produção açucareira acerta duas classes sociais: a dos senhores, sendo os dominadores, e a dos escravizados como os dominados, num sistema patriarcalista rural. A escravidão assentada nessas obras vigora numa sociedade que se faz e se refaz, do banguê à usina, por meio da exploração de mão-de-obra. Essas pessoas são objetificadas pelo corpo físico e psicologicamente porque na subserviência de seus senhores, que por vezes, eram vistas como pessoas bem tratadas, assim se revela:

A sua escravatura era de gente boa. Trouxera do Ingá negros de bom calibre. Nunca comprara peça barata, resto de gente que só lhe desse trabalho. Negro ruim e barato deixava para os pechinheiros. Queria povo para trabalho, negra que parisse braços e mais braços para seus partidos [SIC] (Rego, 2021, p. 183).

Desta forma, a inscrição sobre temas que carregam parte da história do Brasil também apresenta o confluyente estigma do negro enquanto pessoa “boa” e “de bom calibre”. Neste sentido, o par bom/boa parece significar tomar para si a caracterização servil e objetificado mesmo após a abolição, essa característica é preservada em todas as obras que constituem esse ciclo. Por outro lado, o adjetivo “barata” sugere que os negros mais baratos não davam para a condição servil, assim, não contribuiriam para o desenvolvimento dos engenhos e, por conseguinte, o enriquecimento dos senhores de engenho. Demarcações essas que são evidenciadas pela evocação memorialista narrada. Especificamente, este trabalho analisa apenas as três primeiras obras, conhecida como trilogia de José Lins do Rego, **Menino de Engenho, Doidinho e Banguê**.

Quanto à memória literária, ela se apresenta no meio desse limite, pois também atua “como propriedade de conservar certas informações, remetendo em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (Goff, 2013, p. 387). Esses aspectos ponderam o entrecruzamento intersubjetivo da literatura sobre a verificação

postulada pela história dentro do texto literário como meio de ordenar as dinâmicas que são organizadas ou transpostas para o texto incurso no seu contexto. Jauss (1994) ao tratar da estética da recepção no eixo da história da literatura, tratou esse processo assim:

O método da estética da recepção é imprescindível à compreensão da literatura pertencente ao passado remoto. Quando não se conhece o autor de uma obra, quando sua intenção não se encontra atestada e sua relação com suas fontes e modelos só pode ser investigada indiretamente, a questão filológica acerca de como, “verdadeiramente”, se deve entender o texto — ou seja, de como entendê-lo “da perspectiva de sua época” (Jauss, 1994, p. 35).

Nessa visão, concebe-se nesse confronto entre a escrita tradicional e as estéticas subversivas que estão presentes nos diversos textos literários, visam, nessa ótica de Jauss (1994), propor por meio dos objetos, uma nova e velha forma de olhar a literatura, propor perguntas e captar novas respostas, além daquelas que estão na obviedade leitoral, conforme o Companhon (2010) integra essa teoria dentro dos pressupostos da história da literatura. Para o Companhon (2010) convém especificar a função da estética da recepção como método de integrar a receptividade de uma crítica de forma sincrônica, nesse entrelace entre passado e presente.

Dessarte, pela memória, destacam-se neste trabalho, os espaços que dão suporte aos enredos de forma que entrecruzam o literário e histórico-memorial na trilogia do romancista. Primeiramente, destacar que nas primeiras obras, **Menino de Engenho**, **Doidinho** e **Banguê**, para o que Candau (2021, p. 23) chama de memória de alto nível e metamemória, isso porque pretende expressar, através de uma voz social, uma representação coletiva de uma dada classe social dominante: o Nordeste açucareiro, os engenhos, a casa-grande, as senzalas, evocam a instância do espaço narrativo como parte da memória coletiva, proposta por Candau (2021).

A forma com que as obras são assistidas e a recorrência de registros de memória empregam a complexidade em que as minúcias descritas por meio do narrador Carlos de Melo, nas obras objeto desta pesquisa, são visíveis nuances que vinculam traços contextuais e a interações que levam os fios da memória a explicitar minúcias das trajetórias percorridas. Ora de forma física, por meio do crescimento do narrador, ora por meio de privilegiadas interpretações psicológicas, as quais ao longo das narrativas interseccionam os fatos e casam uma obra a outra, tornando-as uma extensão das configurações do eu e do outro dentro das tessituras construídas pelo autor.

Não obstante, ressalta-se que o autor recupera a cultura patriarcal típica da produção açucareira no nordeste brasileiro. O engenho Santa Rosa é o espaço que abriga os fatos narrados por Carlinhos em **Menino de Engenho**; por sua vez, o Internato Nossa Senhora do

Carmo é o espaço de **Doidinho**; e novamente o engenho Santa Rosa em **Banguê**. Esses ambientes visibilizam um círculo espaço-temporal narrativo, que metaforiza a vida em movimento, a volta dentro de um passado com visões diferenciadas acerca do lugar marcado pelos acontecimentos via pessoal do narrador.

Desse modo, este capítulo foi dividido em três partes: A primeira, “O projeto memorialístico de José Lins do Rego: o Santa Rosa é o mundo”, firmam-se as escolhas que afetam raízes e expectativas dentro de contextos biográficos, memoriais, históricos, sociais e literários. Na segunda parte, cujo título é “A memória como reminiscência da vida no Engenho”, confere como a memória do engenho reflete a vida, em particular, do ponto de vista literário, ora o narrador atuando como testemunha, ora protagonizando-se nos enredos dilacerados por ele, como discorre Friedman (2002). Já na terceira parte, “Literatura: uma mimesis da vida social” evidencia-se, de forma estrutural, partes de matérias artísticas que se compactuam com a realidade dentro de um esquema ficcional.

1.1 O projeto memorialístico de José Lins do Rego: o Santa Rosa é o mundo

O objeto desta pesquisa que tem como fonte três romances de José Lins do Rego, são obras que fazem parte das primeiras publicações do autor. Nascido em 03 de junho de 1901 no engenho Corredor, em Pilar, cidade do estado da Paraíba, Rego passa a infância no engenho do avô materno e em 1909 é matriculado no internato, Nossa Senhora do Carmo, em Itabaiana no estado da Paraíba. Três anos após, passou a estudar em João Pessoa, capital do estado, e pelo mesmo período de três anos em João Pessoa, mudou-se para Recife-PE, na continuidade de seus estudos. Em 1919 dedicou-se ao ensino superior em Direito na faculdade de Direito em Recife, e nesse ínterim, também fez colaborações para o diário do estado da Paraíba, sendo esta sua primeira experiência no mundo da escrita e publicação, tornando-se amigo de escritores em destaque na época.

Em 1923 se torna bacharel em direito e se casa com Filomena Massa. Em 1925 se torna promotor de justiça no estado de Minas Gerais, mas esteve por pouco tempo no cargo, retornando em 1926 para Maceió – AL, e se torna fiscal de bancos. Embora em outras atividades, Rego estava declinado ao mundo da escrita, enquanto fiscalizava na atividade bancária, fortalecia amizades com escritores importantes, como Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Aurélio Buarque de Holanda, entre outros, e assim, se estabeleceu como escritor, publicando em 1932 o romance **Menino de Engenho**, em 1933, a obra **Doidinho**, em 1934

Banguê, 1935 publicou **O Moleque Ricardo**, 1936, **Usina**. Nesses quatro anos consecutivos essas obras tinham em comum alguns personagens, o engenho, os senhores e as pessoas em estado subserviência, marcada pelas três primeiras obras nas memórias de um narrador personagem, Carlos de Melo, e a partir da obra **O Moleque Ricardo** inicia-se uma narrativa em terceira pessoa. O conjunto dessas obras, ficou conhecido pela crítica como ciclo da cana-de-açúcar, assim denominado por Edilberto Coutinho (1980).

Já em 1937, Rego apresenta uma nova temática que se inicia em **Pureza e Riacho Doce** (1939), **Água-mãe** (1941) e **Eurídice** (1947), conhecida como ciclo do lirismo erótico, consoante Coutinho (1980) e algumas delas em terrenos alheios à região nordestina. No entremeio entre a publicação de **Pureza e Riacho Doce**, ele publicou a primeira obra que foi instituída como parte do ciclo dos beatos e cangaceiros, entre os quais cita-se **Pedra Bonita** (1938) e **Cangaceiros** (1953).

Saindo desse círculo temático proposto por Coutinho (1980), o escritor também publicou em 1943 a obra **Fogo Morto**, que mesmo após dez anos após a obra **Menino de Engenho** ter tido o seu reconhecimento como romance, recupera a temática dos engenhos açucareiros, principalmente tendo como palco principal, o engenho Santa Fé, localizado nas extremidades do Santa Rosa, engenho este que é o espaço mais saudado pelo narrador na trilogia.

Por tratar da mesma matéria ruralista, Aderaldo Castello (1961) inseriu no mesmo pacote do ciclo da cana-de-açúcar, a obra **Fogo Morto**, pois essa narrativa trouxe detalhes da decadência dos engenhos promovidos por outra característica alheia à usina: a decadência humana que desencadeia a ruína do engenho. Concomitante com o tempo narrativo de **Menino de Engenho**, Carlos de Melo narra sutilmente esse marco em suas memórias de um menino, a ruína econômica do Santa Fé. O capítulo 28 da obra **Menino de Engenho** foi dedicado ao engenho de Seu Lula.

Coitado do Santa Fé! Já o conhecia de Fogo Morto. E nada é mais triste do que um engenho de fogo morto. Uma desolação de vida, de ruína, que dá à paisagem rural uma melancolia de cemitério abandonado (Rego, 2012, p. 96).

[...] Ao lado da prosperidade e da riqueza de meu avô, eu vira ruir, até no prestígio de sua autoridade, aquele simpático velhinho que era o coronel Lula de Holanda, com o seu Santa Fé caindo os pedaços [Sic] (Rego, 2012, p. 96).

[...] A sua vida parecia um mistério. Não plantava um pé de cana e não pedia um tostão emprestado a ninguém.

— Coitado Lula — diziam os senhores de engenho em suas conversas — Atrasou-se (Rego, 2012, p. 97).

Como visto, o desmoronamento do engenho Santa Fé deu-se no auge do Santa Rosa, nas memórias de Carlinhos. Além da ruína econômica, é fato comum também o registro da

doença mental da cunhada do Seu Lula, a Olívia. Carlinhos registra: “A doida às vezes aparecia sentada num canto, olhando-nos de longe, com a boca bulindo, como se comesse as palavras” (Rego, 2012, p. 99), assim como, a apresentação do Velho José Amaro, que foi matéria da primeira parte do capítulo: “Morava numa melhor casa, o velho José Amaro sapateiro, que não plantava nada” (Rego, 2012, p. 98). Em **Fogo Morto** Amaro explica o porquê tem resistência ao Santa Rosa:

— Vai trabalhar para o velho José Paulino? É bom homem, mas eu lhe digo: estas mãos que o senhor vê nunca cortaram sola para ele. Tem a sua riqueza, e fique com ela. Não sou criado de ninguém. Gritou comigo, não vai.
 — Grita, mas é bom homem, mestre Zé.
 — Eu sei. A bondade dele não me enche a barriga. Trabalho para homem que me respeite. Não sou um traste qualquer (Rego, 2021, p. 13).

Percebe-se o relato também do surto de seu Lula sobre a possibilidade de a filha Neném fugir, em **Menino de Engenho**:

Uma noite bateram à porta do engenho. Era uma carta de seu Lula chamando o meu avô com urgência. Depois se soube. O velho estava dentro de casa como um leão enfurecido. Um dr. Luís Viana queria roubar-lhe a filha. Dois negros com espingarda de caçar passarinho e o seu Lula de clavionete. A casa toda escorada de tranca. A filha e a mulher chorando no santuário. Tinha pegado uma carta combinando uma fuga. E dali não saía, com ele vivo. Tudo aquilo, porém, era mais de sua imaginação. Ninguém queria roubar d. Neném [Sic] (Rego, 2012, p. 99).

Pode-se perceber que o estado de fogo morto no engenho Santa Fé, mesmo em se tratando de uma visão de menino, demonstra todo um conjunto que desencadeia a decadência presente na Obra resumo, posteriormente. Em *Doidinho* o narrador acrescenta um fator que desencadeou a decadência do engenho de seu Lula, o fanatismo religioso: “— Lula atrasou-se foi por estas coisas. Só quer viver de igreja” (Rego, 2020, p. 155). E aqui aparece outro elemento que completa o círculo do tema da decadência humana.

Já em *Banguê*, o tema da decadência não é exclusivo da memória de menino e adolescente. O Santa Rosa, o engenho de extensas terras e bonança, chegou ao seu ponto de fraqueza: a velhice do velho José Paulino constitui a decadência similar à do Santa Fé. Numa espécie de contraponto, Santa Rosa em vigor x Santa Fé em fogo morto, em *Banguê* o narrador recria a reestruturação do engenho dantes de seu Lula, numa espécie de paradoxo: um homem negro do Santa Rosa consegue revitalizar o que era antes **Fogo Morto**, enquanto o neto do velho José Paulino, arruinava a imagem do antes Santa Rosa.

Entrei no meu quarto com aquela impressão de miséria, me perseguindo. Não era tanto o defunto que me metia medo, era o destino de seu Lula. Terminaria como ele.

Já não estava com Zé Marreira me tomando o engenho? Seu Lula ainda fora feliz morrendo dono do que era seu. Tudo estava podre o Santa Fé, mas tudo era de Seu Lula. O Santa Rosa dividia-se em duas partes. E Zé Marreira mandava num pedaço (Rego, 2021, p. 191).

Considerada pela crítica a obra prima do paraibano, **Fogo Morto**, na onisciência narrativa trata em três partes, intituladas como O mestre José Amaro, O engenho de seu Lula, e O capitão Vitorino, sintetiza numa única obra a decadência dos engenhos. Em **Fogo Morto** o narrador põe em evidência o resumo da decadência “SEU LULA JÁ ESTAVA VELHO¹, d. Amélia era aquela criatura sumida, mas sempre com seu ar de dona, Neném uma moça que não se casava, d. Olívia falando, falando, as mesmas coisas. Esta era a casa-grande do Santa Fé” [Sic] (Rego, 2021, p. 246).

Esses entrelaçamentos entre personagens, engenhos, dramas presentes na trilogia desenham as principais causas que concretizaram a ruína dos engenhos. *Fogo Morto* desemboca fielmente a poética do ruir dos senhores em meio às riquezas, extensas terras, escravização, o respeito social. Mais do que a falência econômica marcada pelos trajés das usinas, delimitados em **Banguê**, desembocava especialmente na fraqueza dos grandes, a reestruturação social entre o que era antes dominado. Zé Marreira reestrutura a imagem do Santa Fé em *Banguê*, mesmo antes da publicação de *Fogo Morto*. Nesses lapsos de tempo, não só demonstram fatos comuns, mas uma obra completando a outra.

É fato também na obra **Fogo Morto** agrupamentos de ideias entre personagens e narrador. Além do mais, a construção de **Fogo Morto** com um narrador em terceira pessoa, foi considerado por Arturo Gouveia (2004) em **As angústias de Outono**, como um narrador-fim. Esse narrador-fim, portanto, equivale a:

Esse procedimento do narrador não é marginal ou episódico, mas permeia integralmente a composição da obra. Não atingimos a multiplicidade radical do texto, com inúmeras repetições com sentidos novos, sem a compreensão exata da extensão do narrador por todas as componentes do romance. Assim, não se trata de um narrador-meio, apenas comunicativo e referencial, com pouca densidade poética, como encontramos em muitas obras do romance de 30, que conferem mais destaque aos fatos da fabulação. Trata-se de um narrador-fim, que leva aos extremos sua penetração nas demais categorias, submetendo todas a um processo contínuo de construção de sentido e de desconstrução (Gouveia, 2004, p. 11).

Isto é, pelas palavras do Arturo Gouveia (2004), consiste na perspectiva narrativa que consagra em **Fogo Morto** a repetição da mesma problemática num ponto de vista mais completo, do que as proclamadas pelo discurso da primeira pessoa da Trilogia, em *Usina* e nos painéis discursivos do narrador de **O Moleque Ricardo**, também onisciente. O conjunto de estratégias entre obra, contexto, personagens, narrador, leitor, estão em aberto a

¹ A escrita mantém a originalidade do texto de origem (Rego, 2021, p. 246).

procedimentos combinatórios entre o previsível e o imprevisível, como propõe Gouveia (2004). Assim também a noção contextual presente nos romances do ciclo açucareiro, reverberam competências funcionais linguísticas: culturais, sociais, ideológicas, pessoal e interpessoal, emocionais e normativas como a teoria de Dijk (2012) acentua as meta funções fundamentais da língua - texto.

Além desses romances que constituem o ciclo da cana-de-açúcar, o paraibano também publicou o livro de ensaios **A casa e o Homem**, em 1954. Em 1956, publica a obra **Meus Verdes Anos**, tido como um acervo memorial do escritor, e no meio dessa cronologia literária também escreveu e publicou crônicas, ensaios, artigos, livros sobre viagens internacionais, livro de história infantil, algumas das suas produções foram matérias de ficção cinematográficas, bem como, **Menino de Engenho e Riacho Doce**.

Em se tratando das primeiras obras do escritor José Lins do Rego, *Menino de Engenho* (2012), *Doidinho* (2020) e *Banguê* (2021), o projeto memorial presente na primeira obra visava o registro biográfico do avô José Lins, assim dito por Aderaldo Castello (1961), isso devido ao fato do proprietário do engenho representar uma expressão do patriarcado legítimo marcado pela produção açucareira, e ou, fixar os percursos de sua infância no engenho. Embora se pense que tais eram os objetivos, o que foi de fato recebido às intenções acima supostas, um achado de cunho romancista, quando o escritor recria personagens, o tempo e o espaço. Sobre **Menino de Engenho** (2012), o estudioso, dissertou:

É curioso como a memória, com o seu poder recriador, dominou o romancista, determinando um tanto misteriosamente aquela mudança de atitude que o fez transformar uma biografia num romance, romance porque exigiria outros para completar-se. Afirma-se aí o predomínio absorvente e absoluto da evocação memorialista, de repente alertado. Aspectos da paisagem humana e física que impressionaram a criança, por um processo incontrolável de aproximações e justaposições, ressurgem para a construção da ambiência em que ela se desenvolveu. O romance adquire então fundamento autobiográfico, embora essa característica não exija, para a compreensão dele, a identificação de seus personagens como figuras reais (Castello, 1961, p. 123).

A partir disso, se entende que reduzir a obra apenas como um apanhado de registros biográficos foge do reconhecimento que interessa a literatura como um campo vasto, aberto, a qual Trigo (2002) atribui como dupla consciência, porque estabelece uma dialética que atrita com a nostalgia e a consciência social. A ambiência a qual o estudioso acima trata, surge como a mina da vida intensa que integra a obra nesse projeto memorial, tanto que, para o seu complemento, foram criadas e recriadas em *Doidinho* (2020), como seguimento dessa fase entre infância e adolescência.

Menino de Engenho (2012) é uma obra composta por quarenta capítulos, narrada em primeira pessoa pelo personagem protagonista, Carlos de Melo, e é onde se aloca a nostalgia denominada por Trigo (2002). Nos capítulos iniciais o narrador se apresenta como filho de uma mãe assassinada e um pai enlouquecido, e se torna o neto adotado pelo avô materno, o velho José Paulino, e passa a viver no engenho Santa Rosa. Os primeiros meses no novo ambiente foram marcados pela tristeza e saudade dos pais, como uma certeza de piedade da beleza melancólica do olhar da mãe, e a do coração sensível demais do pai, tanto que o levava ao desespero a ponto de matar a esposa em nome do amor. Essa era visão de Carlinhos nos seus quatro anos de idade enquanto pessoa órfã. O destino cruel, portanto, não dizia ser apenas da mãe assassinada e do pai preso, mas também dele, e que a memória cheia de detalhes bem vivos não seria capaz de apagar.

Esse desfecho é o princípio da notoriedade em que o engenho Santa Rosa se torna o mundo, quando o narrador concretiza o que a mãe dizia a respeito daquele espaço: “um recanto do céu” (Rego, 2012, p. 30). Nos primeiros dias a vida no engenho era de descobertas, e à medida que mais conhecia o engenho, se tornava protagonista das intemperanças praticadas. O contato com os moleques da bagaceira, como assim chamava os filhos das mulheres negras que pertenciam ao engenho, com as conversas a respeito do tio Juca nas relações sexuais com as pretas, entrelaçava uma determinante possibilidade de se tornar um menino de vida desregrada medida pela sexualização com animais e mulheres pretas. Pois, assim declara: “Com uns seis dias a mais eu já estava senhor da minha vida” (REGO, 2012, p. 35). E assim se resumiu a vida do personagem no romance **Menino de Engenho** (2012). Nos últimos capítulos, mostram que essas ações tiveram como consequente situação a mudança do espaço engenho para o internato.

É em **Doidinho** (2020) que o narrador Carlos de Melo revela quão insubstituível é o Santa Rosa, nos 36 capítulos. Em cada novidade que encontrava no colégio Nossa Senhora do Carmo, era a figura do Santa Rosa e do avô que fazia Carlinhos, apelidado por Doidinho, a se lembrar e ficar entristecido. Essa mudança fez com que o menino se tornasse órfão duas vezes, e sem medo de reafirmar a grandeza e o significado que a casa-grande e as terras do avô tinham para si, porque aquele novo ambiente, representava mais uma despedida, e isso trazia à tona, as dores da perda da mãe, continuamente. Por sua vez, a consciência social apresentada por Trigo (2002), tem a projeção revelada já em **Doidinho**, quando os abismos cultural e social separam os mundos entre engenho e internato, entre o neto de um patriarca, e os moleques da bagaceira: “Ficava provado que eu não podia ser como os moleques do Santa

Rosa” (Rego, 2020, p. 149). Ainda que buscasse refletir sobre esses mundos, se colocava na posse dos privilégios que a classe lhe trazia.

Essas duas obras se compactuam também ao evidenciar à consciência sobre o sexismo e servilidade nesses espaços: o internato também fazia uso da mão-de-obra da mulher negra nos afazeres da cozinha e demais tarefas domésticas. Negra Paula é a personagem que serve aos instintos sexuais de Doidinho no internato. Em todo caso, o traço memorial nessa obra, divide a imagem do grande engenho Santa Rosa como uma instituição média diante dos olhos de Doidinho, porém, continua sendo o maior lugar de acolhimento, liberdade, e é para lá que o narrador foge do internato sem, no entanto, descrever como se deu o desfecho final em sua chegada.

Já a obra **Banguê** é apresentada sem falar sobre esse lapso temporal não revelado por *Doidinho*, porque o narrador já se apresenta como bacharel em Direito, e assim, recebe mais uma nomenclatura: Dr. Carlos. A obra é dividida em três partes num conjunto de 23 capítulos. A primeira parte intitulada como *O velho José Paulino*, o narrador introduz as reflexões sobre aquele engenho de sua infância: “E o Santa Rosa estava ali. Seria o mesmo dos meus dias de menino? Sem dúvida que a vida passara também por ele” (Rego, 2021, p. 21). E assim, se desenrola a nova tratativa do acervo memorial acerca do engenho.

Também, na segunda parte, com o título como *Maria Alice*, a qual narra a simbólica tragédia que o amor continuava a lhe propor os saldos: a do abandono, o amor perdido. Na terceira parte, o narrador faz menção ao nome da obra: *Banguê*. É nessa parte que se concretiza o declínio da cana-de-açúcar como principal atividade econômica. E o mundo dos engenhos viria dar suporte ao mundo da usina. Em toda a narrativa, em cada parte, Carlos de Melo, se apresenta como um fracassado, um bacharel latifundiário, que nada sabia da terra e nem como gerir.

Sobre a cronologia pessoal contida na trilogia, fica evidente esse trânsito pelos termos “Carlinhos, Doidinho, Dr. Carlos de Melo”, respectivamente, contidos nas obras *Menino de Engenho*, *Doidinho* e *Banguê*. Semanticamente, em autodenominar-se “Carlinhos”, percebe-se que a perspectiva é de um menino, na sua infância descobrindo o mundo rural habitado em Pilar, pela família materna, e também nesse espectro, coincidir com esse mundo em movimento que lhe fornecia as mais diversas experimentações. Por isso, a linha social absorvida pelo narrador, é absolutamente determinista.

O outro diminutivo, Doidinho, apresenta especificações ou assim o representa: um adolescente sem muitos compromissos com a vida individual, cheio de psicologias internas absorvidas na infância, que refletem o outro estágio da vida: o menino em crescimento e em

continua irresponsabilidade com a vida do outro. Entre Carlinhos e Doidinho, a verossímil tarefa de ser absolvido pela consciência social.

Já o Dr. Carlos de Melo em **Banguê**, em outra semântica, provoca uma segurança de um adulto transformado, estudado, bacharel. O título de Dr., atribuído a si, apresenta, especificamente, a imagem do grande que almejava alcançar, sobre a projeção do espaço Santa Rosa e do avô, os quais eram a sua referência de grandeza. Nessa construção do personagem – protagonista menciona-se:

A condução da narrativa por um narrador em primeira pessoa implica, necessariamente, a sua condição de personagem envolvida com os “acontecimentos” que estão sendo narrados. Por esse processo, os recursos selecionados pelo escritor para descrever, definir, construir os seres fictícios que dão a impressão de vida chegam diretamente ao leitor através de uma personagem. Vemos tudo através da perspectiva da personagem, que, arcando com a tarefa de “conhecer-se” e expressar esse conhecimento, conduz os traços e os atributos que a presentificam e presentificam as demais personagens [Sic] (Brait, 1985, p. 61-62).

Dessa maneira, a teoria de Brait (1985) reintegra a construção do personagem no texto literário, de modo a implicar na desenvoltura de personagens secundários. A teórica compara o narrador em primeira pessoa como uma câmera, ou seja, tudo aparece conforme as suas perspectivas. Nesse confronto de construção, ainda acrescenta que nos estudos e análises sobre a personagem no romance em primeira pessoa, dimensiona-se a característica literária que somente o texto pode evidenciar, como se vê em:

A construção de personagens obedece a determinadas leis, cujas pistas só o texto pode fornecer. Se nos dispusermos a verificar o processo de construção de personagens de um determinado texto e, posteriormente, por comparação, chegarmos às linhas mestras que deflagram esse processo no conjunto da obra do autor, ou num conjunto de obras de vários autores, temos que ter em mente que essa apreensão é ditada pelos instrumentos fornecidos pela análise, pela perspectiva crítica e pelas teorias utilizadas pelo analista. Isso é o óbvio e, apesar de ser dito com uma certa eloquência, pode parecer dispensável tanto para o leitor comum, que quer apenas desfrutar a personagem, quanto para o analista consciente de sua postura e das restrições que o método pode representar. Entretanto nem sempre essa obviedade é declarada. Muitas vezes, perseguimos a construção de uma personagem munidos pelo instrumental fornecido pela estilística, pelo estruturalismo, pela Psicanálise, pela Sociologia ou por qualquer outro referencial teórico, acreditando estar diante da última palavra em matéria de análise narrativa. Se todas essas perspectivas contribuem para uma leitura da construção da personagem, é preciso estar atento para o seu caráter parcial, não correndo o risco de reduzir o trabalho do escritor e a sua dimensão aos grillhões teóricos que o escolhem, com louváveis intenções, para seu objeto de análise [Sic] (Brait, 195, p. 68-69).

As intervenções sobre a construção dos personagens trazidas por Beth Brait (1985) no que concerne ao trabalho investigativo do texto literário, devem-se sempre obedecer a uma estrutura presente dentro dos limites das correntes da crítica literária, a fim de não concretizar

uma análise dentro de parâmetros presentes que chocam a realidade trazida na arte literária, dentro de seu contexto recriado.

Em recuperação ao corpus de pesquisa em que a projeção memorialista de Lins do Rego na trilogia conter um fato literário aparente e confirmado pela crítica, pode-se constatar que essas obras tratam da memória porque visibilizam dois eixos importantes, o da recordação que, por meio dela são difundidas os aspectos particulares dos personagens, em especial ao do narrador e, por assim revelados por ele, ressurgem uma memória seletiva que barra a voz dos que sustentam o mundo dos engenhos; e o outro, a partir dessa recordação, como consequência, surgem os temperamentos de insatisfação, quando esses senhores são barrados pelo decurso temporal. Pois, durante esse período, o paraibano situa o narrador em três momentos da cana-de-açúcar no Nordeste: o auge, o declínio e a decadência deles por ser substituído pela usina. Entre **Menino de Engenho** e **Doidinho**, o Santa Rosa vive o seu auge econômico, já em **Doidinho** aparece o trânsito da usina, e em **Banguê**, o narrador insere drasticamente, os anseios do novo sistema de produção, e como consequência, a crise econômica entre o tradicional e o novo modo de produzir açúcar.

As obras as quais ambientam os engenhos são contextualizadas no século XIX, e assim, surgem as reminiscências da memória passada refletindo o presente, de modo que, as situações de subserviência surtiem meticulosas reações de conflitos no século XX. Nessa linha temporal, Rego demarca circunstancialmente, as necessidades de reflexões contemporâneas futuras acerca de um sistema contínuo de dominação que segue a história brasileira nordestina. Ainda, quando o contexto histórico o qual as obras foram publicadas, no país vivenciava-se um período de revoluções, no período da Era Vargas.

A região do Nordeste composta pela atividade açucareira como tratada na trilogia reguiana, revela a resistência que compõem a segregação social, racial e de gênero, em diversos ângulos, como a exploração do trabalho em situação escravagista, a dominação sobre os corpos femininos negros, pautado na institucionalização do macho branco e senhor, como donos de todos os que mantêm tal estrutura econômica. Essa composição superexploradora, é que fazia os engenhos o mundo de nostalgias e abundância para os seus, entretendo-se por meio de tormentos de seus subordinados. Desse modo, a memória narrada sobre o ponto de vista individual revela os diferentes modos pelos quais os indivíduos do Santa Rosa memorizavam as suas vivências, mesmo que essas vozes, sendo silenciadas pelo narrador, quase sempre secundárias. Ao exteriorizar as oscilações entre uma memória cheia de privilégios propostos pelo lugar onde se aloca, desdenhado dos seus desiguais.

O fato de conter partículas pessoais enquanto escritor, a crítica em diversos momentos despojou as temáticas trazidas por José Lins do Rego, como meras memórias, colocando-o como numa escala de escritor menor, diante de outros escritores regionalistas da geração de 30. Por tratar do tradicionalismo, principalmente, Coutinho (1980), diz que o escritor se tornava antimodernista porque buscava romper aos estilos da Academia propostos desde a Semana da Arte Moderna. Trigo (2002), por sua vez, assegura que as obras de Rego são problemáticas e problematizadoras, porque:

[...] cheia de tensões pouco visíveis numa primeira leitura — a começar pela dualidade entre a obsessão da vida e o pesadelo da morte, da qual o autor tinha pavor: o próprio pensamento do fim já o assustava. E que, apesar do caráter espontâneo de seu texto, ele está longe de ser um autor desatento à técnica e ao sistema, sem o que não seria possível erguer um painel ficcional tão vasto e esboçar a fisionomia de toda uma região sem cair em contradições (Trigo, 2002, p. 19).

Deste modo, ficou compreendido que ao longo do tempo, a crítica busca reconhecer que esse projeto memorialista, é além de inscrições individuais. As primeiras obras compõem uma tríade, e nelas mesmo que se confunda autor com narrador. Ciente dos privilégios que cada um carrega para a formação contextual da obra, o valor ficcional cede uma reconstituição de memória de um menino que valoriza também a visão de mundo.

Em se tratando sobre essa matéria tão conhecida pela crítica literária, o memorialismo de Rego nessas obras, convém assinalar que o imaginário do narrador, resiste às pulsações próprias e unívocas de memória interna denominada, de forma ampliada. O estudioso acima conclui da seguinte forma:

Se é verdade que a memória restituiu a José Lins do Rego os fatos, e ele os transfigurou em ficção, nem por isso se trata de um autor que se limite às reminiscências. É porque José Lins costura as duas tramas, a da imaginação e a da memória, que de cada leitura podem emergir novos significados e associações. Trata-se de um texto transparente só na superfície. No sentido em que parece não impor obstáculos ou dificuldades formais ao leitor desavisado. Sua obra é documento, é retrato de uma sociedade, é registro final de uma época, é balanço da falência dos valores e sentidos que constituíam os alicerces de um mundo. Mas é também mergulho agudo na alma humana, mergulho do qual a classificação “regionalista” não dá conta (Trigo, 2002, p. 25).

Nessa senda, a constatação sobre a literatura de Lins do Rego como exclusiva matéria do escritor, já ultrapassou esse liame, porque nela se encontra fixações humanas e psicológicas, além de retratos da realidade no universo social. Antonio Candido (1959), também conclui que o refutamento por parte de alguns escritores que se diziam grandes, por engolfar na subjetividade, José Lins do Rego, revelou uma visão objetiva do mundo por meio

dos tateio autobiográficos. Ele diz que a memória foi o elemento fundamental, porém, à medida que foi se livrando dela, a produção artística o elevou.

Assim, se faz necessário destacar que a memória em José Lins do Rego não é uma pauta motivo de rebaixamento literário, mas de grande valia. Pois, como base para a revelação de seu estilo regional, trata de recursos apurados, tão precisos que somam uma partitura histórica do país. A região nordestina como palco da memória na trilogia insinua, por meio do discurso do personagem Carlos de Melo, os encantamentos revelados através de estruturas narrativas e assistem a um conjunto de espólios que alocam, o senhorio patriarcal-econômico, num posto de entidade social.

Todorov (2006), institui as estruturas narrativas, desconsiderando o concreto, pois: “A obra será sempre considerada como a manifestação de uma estrutura abstrata, da qual ela é apenas uma das realizações possíveis; o conhecimento dessa estrutura será o verdadeiro objetivo da análise estrutural, o termo “estrutura” tem, pois, aqui um sentido lógico, não espacial” (Todorov, 2006, p. 79). Desse modo, a literatura dispensa quaisquer trânsitos da literariedade, devido aos percursos traçados que estão também no extraliterário e, sob o mantra da ficção, são recriados e revelados.

Na literatura reguiana essas estruturas internas acima disposta por Todorov (2006), se operam também de modo externo, quando a memória se torna o assento de registros sociais que determinam ou representam concretudes trazidas nos signos presentes nos romances, estes que demonstram as esferas sociais dominantes e dos miseráveis, por exemplo, o engenho Santa Rosa, repetidamente descrito nas obras **Menino de Engenho**, **Doidinho** e **Banguê** representa não somente o espaço fixo, mas também, a inspiração emanada dos liames familiares que exaltam a classe social a qual faz parte, o orgulho do pertencimento que desdenha de todo o sistema em volta.

O Santa Rosa descrito pelo narrador atua como se fosse uma instituição social, portanto, conserva uma função que divide a classe social entre o senhor e os servís. Essa relação é deflagrada por Carlinhos, em detalhes, e evidencia a tradição da produção açucareira no Nordeste, como resultado de um movimento monocultural em curso. É sabido que o sistema da cana-de-açúcar tem um significado além das linhas plantadas, pois, por muito tempo, constitui uma história civil de muitos brasileiros.

Gilberto Freyre (2015) em **Interpretação do Brasil** situa como a cultura colonizadora se instalou no Nordeste como uma força dominante sobre o seu povo, num método de continuidade econômica ao longo dos séculos e manifesta na tríade – senhor, religião e servos. Pois a igreja católica seguia o curso dessa preservação patriarcal ao estilo feudal, e no

passar do tempo, fortalecia a aliança entre as grandes famílias em troca de escudos institucionalizados sobre os métodos de grandeza econômica. O sociólogo ainda adverte: “Embora as famílias descendentes da velha aristocracia rural do Brasil não sejam hoje tão numerosas como no tempo da escravidão, continuam, entretanto, nas áreas de maior apego à tradição, grandes famílias” (Freyre, 2015, p. 92).

Marcada pela mão de obra escrava e pelos domínios latifundiários de monocultura, insinua-se na literatura de Lins do Rego, nuances de paraíso e ligações contínuas da vida de “grande”. Em **Banguê**, o narrador fixa um olhar reflexivo sobre essa continuidade dos descendentes de seus senhores, nas suas crises pessoais e morais, as palavras confluem às orientações instaladas pela casa-grande.

De fora, eu me voltava com o pensamento para o Santa Rosa. Sim, eu queria continuar a minha gente, ser também um senhor rural. Era bonito, era grande a sucessão de meu avô. Fazia cálculos, sentia orgulho em empunhar o cacete de patriarca do velho José Paulino. Seria um continuador.

Tudo era da literatura que se fazia naquele tempo. Um senhor de engenho era motivo literário de primeira ordem. Viam-se nesses homens toscos como verdadeiros aristocratas, comendo com facas de prata e andando de carruagem. A tradição dessa vida me enchia de orgulho de ter saído de tal gente. Ia longe nos meus sonhos, pensava em montar no humilde Santa Rosa o luxo dos meus antepassados (Rego, 2021, p. 22).

Esse fator é reconhecido pelo narrador da obra de José Lins do Rego que materializa essa continuidade senhoril, quando nas suas seis obras que discorrem sobre a vida no engenho, demarca o excessivo e poderoso patriarcalismo do século XIX em paralelo com as visões e experiências do século, uma transposição factual construída a partir da memória literária. Por sua vez, Bosi (2015) atesta que o autor sabe em que medida há essas fronteiras sobre o que é ou não verdade dentro do campo de interações texto literário com enfoques de temas extraliterários. Nessa perspectiva, o crítico alerta que são sempre possíveis recuos quando se fazem esses paralelos, pois o trazido pelo autor parte da sua experiência verificável: “o real que aconteceu” (Bosi, 2015, p. 223) a partir de sua perspectiva, enquanto testemunha.

Ainda pela consciência memorialista do autor, Bosi (2015) inclui essa fronteira através da interpretação ou experiência do leitor que, no transe do simbólico-fictício à comunicação direta, os sistemas classificatórios podem ou não comprovar a veracidade. De todo modo, valendo-se da verossimilhança como mecanismo de reapresentar o engenho Santa Rosa, faz-se necessário imbricar através das possibilidades o que é palpável e visível. Inclusive o crítico mencionado, inclui nesse cuidado fronteiro, valer-se do aspecto romance, como espaço fictício, consoante notado em:

Nesse espaço o romancista não mente nunca, porque ele efetivamente está mexendo com representações da imaginação, ou não, ter um conteúdo empiricamente atestado. Mesmo que maciçamente seja documentado o fato que ele está contanto, o regime do texto no seu conjunto é a ficção (Bosi, 2015, p. 224).

Dessarte, na constituição da obra literária, pode haver realidade histórica, evidentemente, o que o autor sobrepõe é que o mundo imaginário está além, e se apresenta na obra como fruto de desejos assim representados. Desse modo, o que se entende sobre essa intenção de Bosi (2015) é que os julgados pela crítica literária não se tornem terrenos ideológicos que queiram provar por si só, a realidade nesses atos simbólicos.

O foco sobre o qual a memória recai é o espaço lícito da interpretação que evidencia verdades, possibilidades e arbítrio, posto que a ficção é apenas distinta da não-ficção, assim diz Bosi (2015). Ou também podem ser complementares dentro do texto literário. Essa solidariedade registra, por meio da subjetividade, e prolifera compreensões múltiplas que recorrem tanto à história quanto à sociedade, mesmo que se tratando de perspectivas pessoais contadas por um narrador-personagem que se privilegia, como é o caso das obras em análise. Esse estado de consciência, conseqüentemente, incorpora numerosas percepções que restringem em si mesmo a uma aceitação global marcada pelo lugar de fala, especialmente, em se tratando de uma voz da elite agrária nordestina.

Ainda acerca da memória na trilogia do ciclo da cana-de-açúcar, Elri Bandeira de Sousa (2011) assegura que numa linha temporal, a memória em transformação, que sai de **Menino de Engenho**, **Doidinho** e **Banguê** com marcas de memória-biográficas e, à medida que surgem os outros romances do ciclo como **Usina**, **O Moleque Ricardo** e até mesmo **Fogo Morto**, ganha uma estrutura com maior ficcionalidade.

O autor de Banguê é uma grande romancista não apenas pelo compromisso com a terra e o povo, por ter transposto para a ficção a história de seu lugar, ou por que tenha se impregnado das narrativas orais dos cegos catadores, mas, principalmente, por ter, ao longo de seu *aprendizado*, conseguido dominar técnicas - populares ou eruditas - da construção narrativa [Sic] (Sousa, 2011, p. 22-23).

Desse modo, sob o truísmo estrutural em movimento, José Lins do Rego, na trilogia, recebe os impactos da crítica no trânsito entre a subjetividade e o mundo real trazido em suas obras. Numa grandeza que centraliza a arte literária na verossimilhança, o autor consegue reverter as repulsas que reduziram o seu estilo. Terry Eagleton (2019), entretanto, repercute essa imposição da crítica sobre os textos literários e parece reagir ao questionar a revelação da intencionalidade de um dado autor ainda que possa haver semelhanças entre o vivido e a ficção, consoante declarado em:

Mesmo que os críticos tivessem acesso à intenção do autor, poderia isso dar ao texto literário um significado determinado? E se pudéssemos uma explicação acerca do significado das intenções do autor, e em seguida uma explicação acerca dessas intenções, e assim por diante? (Eagleton, 2019, p. 105).

A sobriedade de Eagleton (2019) em colocar em análise as suposições como significados absolutos quanto às intenções do autor, pressupõe medidas que não cabem dentro dessa objetividade porque reconstitui “dentro de suas estruturas de significado e de percepção historicamente condicionadas” (Eagleton, 2019, p. 106). Desta maneira nos entraves que insistem na proporção de uma produção alinhada especificamente pela memória quanto aos escritos de Rego, concebe-se e se submete essa teorização devido ao local de fala dentro dos romances: o engenho.

A cana-de-açúcar não foi matéria apenas da produção agrícola, mas também de parte da história do Brasil, e em compor ao biografismo do autor como integrante desse conjunto, possibilita essa generalização quanto à intenção memorial-biográfica para a literatura reguiana. Outros elementos como a exaltação do avô, do engenho, a orfandade e a asma, também confluem com a vivência do autor, e pode ter sido, sumariamente, a prateleira para que interpretações materializassem essas inscrições como um todo da memória.

As situações localizadas na memória do narrador Carlos de Melo na trilogia vêm de forma perceptiva demarcar o cinismo de vulneráveis discursos que escapam à visão linear retratada dentro das obras quando, por exemplo, o personagem confessa na fase adulta, em **Banguê**, que as suas preocupações não mediam as extensões das suas ambições. O contratempo que minimiza a obra reguiana demarcada por essa posição, entrega mutuamente, o desenlace hermenêutico unívoco dantes entregue, pois aí se percebe uma preocupação captada pela contradição do que se entende por memória, porque se exalta elementos próprios de um personagem-autor.

Para adaptar essa distância entre realidade e ficção, obviamente, pela literatura de Rego, é longe de ser ilusão, nela há primícias de memória e de biografismo. Entretanto, as abordagens caracterizam uma arte em que há certa desfamiliarização dessa conduta absoluta e visível, quando localizados sistemas de pensamentos oscilantes que se descombinam e os horizontes tendenciais, além de outras facetas soberanas do texto. Por isso, afirma-se que:

Assim, a relação entre o texto e seu autor não se reduz em absoluto à biografia, ao seu papel sem dúvida excessivo na história tradicional (“o homem e a obra”), à sua condenação pela nova crítica (o texto). A tese da morte do autor, como função histórica e ideológica, camufla um problema mais agudo e essencial: o da intenção do autor, para o qual a intenção importa muito mais que o autor, como critério da interpretação literária. Pode-se separar o autor do biográfico da sua concepção de literatura, sem recolocar a questão do preconceito corrente, entretanto não

necessariamente falso, que faz da intenção o pressuposto inevitável de toda interpretação (Compagnon, 2010, p.64).

A obra como elemento que aloca unidades múltiplas e interessantes possibilidades as quais podem ser invertidas e desorientadas e podem consubstancialmente, converter conciliações e fazer refletir manifestações que logram materialidades históricas, culturais, sociais e econômicas, uma vez que a produção artística é um campo vasto a ser representado. Roger Chartier (2002) trava, deste modo, seleções que fazem parte de experiências cotidianas, que checam o dinamismo do real e do simbolicamente representado e é, nessas partituras, por conseguinte, que vigoram as premissas materializadas da literatura no processo interpretativo.

O texto, para Chartier (2002) é um acoplado de fronteiras que requer uma dupla atenção a hierarquias polissêmicas cujas são captadas pela incorporação de leitores. Por isso, ao se levar em conta os registros da realidade social e os dispositivos que investem nas representações presentes no texto literário, podem ser afirmados que as estratégias de inserção requerem especificidades as quais clarificam a absoluta instituição da literatura, a fim de não transmitir correlatas significações fechadas, mas as variadas possibilidades de interpretação.

Nesta dimensão a formulação encontrada na trilogia de Rego, quanto ao projeto memorial, transcende às confissões de exaltação sobre o espaço engenho como projeto de memória, recorre também à coerência do fazer literário do autor/narrador em que se vale de toda uma estrutura a qual fez parte. Porém, numa lógica espontânea o lirismo sobre o engenho Santa Rosa na trilogia é percorrido de forma paisagista, assim como, um espaço de entraves morais, sociais, econômicos e históricos, além de evocar memórias as quais só cabiam ao narrador-protagonista.

O mural tratado por Rego por meio de Carlos de Melo quanto ao Santa Rosa, nesses trânsitos contraditórios entre a exaltação e a denúncia, o poder e a fraqueza, são aspectos da visão panorâmica da estrutura que sustenta a base dessa instituição-engenho em largos escapes do narrador sobre a existência de pessoas escravizadas, no Santa Rosa. Antes de mais nada, as dimensões trazidas deste modo, também deixam visíveis um estatuto documentado do trânsito da realidade social do século XIX ao século XX. A inscrição captada desse mundo social revelado nas grades expostas pelo narrador da trilogia do ciclo da cana de açúcar reintroduz na contemporaneidade os questionamentos históricos que se repetem, porque a servidão ainda é escada para a dominação classista na sociedade.

Esse retorno literário que dispõe sobre a mão de obra de escravizados faz perdurar um acordo histórico sobre as forças de trabalho que mantêm a classe social dominante, e nos relatos de Carlos de Melo, a permanência desse estado de servidão, estava ligado à gratidão

pelo mínimo de sobrevivência. Nesse sentido, percebeu-se que a literatura reguiana não se mostra estável no transcurso do adequamento ficcional como um todo, porque, imita os hábitos conservadoristas que beiram uma realidade contínua na história nordestina.

Evidentemente, essas imagens contidas na memória de Carlos de Melo conferem um movimento que atende a uma estrutura narrativa porque possibilita enxergar as profundidades que deixam desnivelada a sociedade ao longo do tempo. Por conseguinte, enriquece como objeto de representação, fundamentos e diversidades as quais constituem o romance, além de auxiliar na criação de discursos e outros fatores que podem ser apreciados, rejeitados, ridicularizados e até mesmo servir de matéria para debates contínuos, bem como, apresentar o surgimento de novas concepções.

Essa representação de fatos do passado pelo romance, na concepção de Bakhtin (2019), entrega o farol da literatura como peça inconclusiva, pois os sentidos atribuídos ao texto não se esgotam e serão novos tanto quanto forem os leitores. Nesta direção se atesta que a literatura de Lins do Rego, ambientada nos ritos patriarcais, traz questões externas da realidade que se cruzam pela inconclusibilidade, isto é, por mais tempo que possa passar, a representação do passado ganha semântica nova no presente ou futuro. Os olhos do presente voltados ao passado arrematam dentro da literatura e da crítica, reflexões não contidas no campo anacrônico, mas de uma representação marcada pela história e sociedade em dado momento temporal.

Isso porque para a teoria da literatura defendida por Terry Eagleton (2019), os acordos sobre a interpretação sofrem modificações e os elementos são instáveis, à medida que o mundo se divide em fatos sólidos e exteriores. Os efeitos sobre os processos de transformação compreensíveis à reorganização de entendimento sobre os conflitos trazidos por meio da ficção em nossa época, reordena as unidades e os lapsos entre o texto e o contexto. Ao condicionar propostas discursivas que defendem uma causa, beiram o que é favorável ao tempo presente, sem, no entanto, entender os percursos atrevidos ao longo do tempo revelado na literatura.

Ao encontrar elementos literários que confluem com a inserção de culturas de domínio é, cabível, diagnosticar também sobre o não dito, principalmente quando a voz que transmite é parte dessa estrutura, como é o caso do personagem Carlos de Melo, que narra no conforto de seu lugar de pertencimento à família senhorial. Nesse espaço, cabe, necessariamente, o processo de interpretação que faz fielmente o texto literário revelar, omitir e disfarçar as modalidades simbólicas no afrente do leitor-crítico. Teun A. Van Dijk (2012) em **Discurso e Contexto: uma abordagem sociocognitiva**, lidou com a vertente de que “as situações

comunicativas, assim construídas como modelos de contextos, atuam como interface entre o discurso e mundo” (Dijk, 2012, p. 143). Desse modo, o linguista ainda supõe que o processamento de discursos são modelos de hipóteses, que operam na formulação dos contextos.

Em *Menino de Engenho* inicia-se uma revelação que desnuda o humano dos personagens ora ovacionado pela sociedade dominada, orbitada no engenho do velho José Paulino. Correspondem, portanto, a uma preservação tensa que confidencializa as ressonâncias do habitat, as quais foram ilustradas de forma naturalista pelos rótulos e carga ideológico-patriarcal. As intenções e méritos do narrador num estado de plena liberdade imposta nas facetas de quem pratica os desvios morais julgados pelo cenário de pertencimento ou não à família dos coronéis, marca uma medida sistemática de absolvição social ou condenação. Por isso, admite-se que o menino Carlinhos nos primeiros meses de instalação no engenho vivia sobre a melancólica transição da vida no primeiro andar do prédio da cidade que morava em razão da orfandade e os olhares dispensados ao Santa Rosa deslumbrava-se a cada descoberta: “Minha atenção inteira foi para o mecanismo do engenho” (Rego, 2012, p. 34).

Além da circulação de representações diversas que circundam a obra *Menino de Engenho*, a materialização fictícia fundamenta uma identidade local e vincula a um passado corrente. O narrador de Lins Rego define, sem amputação alguma, uma memória de acontecimentos que visa acertos na modernidade composta por critérios e interações que dizem respeito à experiência temporal. Os centros de interesse tratam essencialmente do cruzamento da dissolução social e histórica quanto à permissividade dos campos fisionômicos de estruturas dominantes dentro da literatura porque trata de um todo acontecimento ou conhecimento dele.

Também se ressalta que as possibilidades compartilhadas do mundo social metaforizado pelo engenho no Nordeste buscam, com extensas modalidades, o marco lógico sem, no entanto, deixar de expressar transtornos vivenciados pela transmissão massiva e ordenada de sistemas representativos. Por outro lado, Candau (2021) discorre que a transmissão da memória não corresponde apenas em legar algo, mas sobretudo, dispor sobre maneiras de estar no mundo e assim faz Carlos de Melo na trilogia do ciclo da cana de açúcar – conta ao leitor as memórias que guarda dos quatro aos vinte e quatro anos.

A transmissão memorial-histórica defendida por Candau (2021) se cruza especificamente pela ligação existente entre a mimesis e a verossimilhança que atravessa as suas particularidades e se empresta às fontes constituintes de construção social. O engenho

representa, como percorrido, além de sua estrutura física e sua ocupação-espaco-ambiente, uma casta contínua lúcida do patriarcado em total funcionamento dentro da literatura moderna sob o vulcão memorial de Lins do Rego.

Em **Doidinho** o narrador também explicita a fama do avô José Paulino como um troféu que “corria o mundo”, assim como o rio Paraíba na região. Essa analogia que estende a personagem à natureza, segundo Bosi (2002), serve para figurar estados de alma. Por se referir ao lugar como o paraíso, a memória se sustenta por meio da recordação, e quando conveniente, aos exageros aplicados à fortaleza Santa Rosa: “Não resistia ao gosto de contar uma história com vantagens. No fundo não seria uma mentira: uma deformação talvez. Uma força imaginativa pondo-se acima da realidade” (Rego, 2020, p. 50-51). A epiderme do romancista paraibano, nesse sentido, por meio do narrador-protagonista, testemunha não somente a situação dantes vivida, mas aloca perspectivas que ainda não foram realizadas. A psicanálise freudiana, pelo mecanismo de elaboração secundária, quanto à interpretação dos sonhos, aloca essa perspectiva do narrador.

A memória de Carlos repousa no espaço, a saudade da mãe [em *Menino de Engenho*], transmutada para a saudade do engenho [em *Doidinho*]; que era o significado mais real de liberdade que experimentou: uma vida de vaidade sexual, de ir e vir sem limites nas terras de domínio de Zé Paulino, no agir com os seus companheiros de libertinagem. Confidenciar que o internato era o de mais assombroso é que o aprisionava, que trazia castigo “A liberdade licenciosa do engenho sofria ali amputações dolorosas” (Rego, 2020, p. 23), fazia aquele menino que outrora sem apegos à fé, um verdadeiro repetidor de promessas mal pagas.

Um *Doidinho* que apronta, mas reflete e se sente incomodado com as consequências dos seus atos, uma vez que o suposto pecado podia trazê-lo a um lugar de inquietações que perpetrava a mente do menino em crescimento: “naquela sala sozinha, como numa igreja deserta, Deus existia para mim” (Rego, 2020, p. 69). Nesta perspectiva, cabe mencionar que nas inquietudes de Carlos não cabia a hipocrisia, conforme posto no excerto seguinte:

Ficava pensando nos meus pecados. Tinha muitos. Os meus feios pecados contra a castidade. Nunca furtara. Não, não furtara: não tirara o dinheiro que o meu avô deixava por cima da mesa, para a Zefa Cajá? “Não jurar o seu santo nome em vão”. Isto nós fazíamos todas as horas. Por Deus! dizia-se brincando. Não, por Deus não serve. Então vinha o juramento mais forte: pela hóstia consagrada, pela missa de hoje. Tudo isto era pecado mortal. Desejava as coisas alheias: não podia ver os brinquedos que não os quisesse para mim. Pai e mãe não tinha para honrar, se bem que me lembrasse deles com angústia. Nunca levantara falso a ninguém. Havia, porém, a mulher do próximo. Deseja a mulher do próximo. Deus nos proibia os maus desejos e todos os pecados contra a pureza. De fato, merecia as iras de Deus por isto. Mas ninguém me explicava quais eram esses pecados internos, esses que não estavam aos nossos olhos. Os meus desejos não se criavam nas suas cobiças. E

não ia, no engenho, às missas de domingo. Pecava por palavras, atos e omissões. Quase todos os pecados do catecismo estavam comigo, para contar ao padre. Os da gula, da luxúria, da ira, da inveja, da preguiça. Um monstro para a codificação da igreja (Rego, 2020, p. 69-70).

Os desapontamentos, por sua vez, intrigam os choques sofridos nessa transição de liberdade para aprisionamento, pois as situações evocadas, em termos práticos, não condizem com os desdobramentos de sua origem e essa nova fisionomia, por isso o sufoca a criatura singular. Os enlaces dizem respeito a um processo que sonda as intenções do outro, mesmo que sejam dos seus iguais, os quais resumem, principalmente, a exaustão de um sistema de aprendizagem.

O internato não era um colégio apenas das letras, mas de freio aos meninos que não tinham jeito no seio familiar, aqueles que por algum motivo, colocavam a segurança moral da família em visíveis debates. O trânsito do engenho para o internato, no último capítulo de **Menino de Engenho**, é relatado pela deficiência de freios e chibata por resultar em intemperanças e atrasos escolares: “Agora o colégio iria consertar o dismantelo desta alma descida demais para a terra. Iriam podar os galhos de uma árvore, para que os seus brotos crescessem para cima (Rego, 2012, p. 138).

O Santa Rosa é apresentado como o lugar de refúgio em meio a vivência no internato como presidiário. A cada ida ao engenho era como se tivesse de novo em sua vista o significado de liberdade: “O Santa Rosa todo me esperava para a sua festa de regozijo” (Rego, 2020, p. 139). Conforme o fragmento se nota que os alarmes extrínsecos e intrínsecos que acompanhavam o Doidinho conflitavam também com a ciência do mundo em movimento, porque o acolhimento no engenho, sem dúvida, era palco de admiração e confissão de uma vida privilegiada.

A ideia de prisão demarcada por Doidinho, na obra, enseja atitudes transgressoras às ordens do colégio, por exemplo, cita-se a carta ao avô fingindo doença, fuga do internato, e que estar em frente ao lugar no qual retribuía os vislumbres da memória e saudade. Também esse lugar era motivo de ironia por parte daqueles que conhecia o passado próximo e, contudo, não aliviaram quando o menino Carlinhos retorna ao engenho nas férias: “– É seu Carlinhos! está amarelo que só preso. Vai se soltar. Zefa Cajá foi-se embora” (Rego, 2020, p. 140).

O narrador, em **Doidinho**, é figurado pelo eu da adolescência em descoberta do mundo além do engenho, nos trinta e seis capítulos do romance. Por mais que a base familiar aquecesse os princípios e orgulho da personagem, no decorrer do tempo, aquele paraíso se mantinha igual enquanto todo o mundo lá fora, em movimento, se inovava: “Agora no colégio

eu já sabia de muita coisa. E quanto mais eu sabia, mais eu ia vendo que o velho José Paulino não era tão grande como eu pensava. Era bem pequeno o seu poder, comparado com o dos governadores e dos presidentes” (Rego, 2020, p. 84).

Não obstante, as circunstâncias encontradas em *Menino de Engenho e Doidinho* sinalizam o turbilhão de novidades nos dois espaços novos descobertos – o engenho na infância e o internato na adolescência. A saudade, principalmente, é que intensifica e prioriza o espaço Santa Rosa como pendor que deslinda a literatura de Rego, como metáfora modelada com impasses psicológicos. A noção de saudade como lembrança se apresenta como uma marca do sentimento de pertencimento, conforme Candau (2021), pois, numa dimensão do espaço representa a singularidade da memória familiar por meio do engenho, como afirmação de sua individualidade enquanto membro.

Em torno dos recuos temporais, em *Banguê* a melancolia em presenciar o engenho sucumbir, faz com que o narrador espelha em sua imagem a ideia de um fracassado, que não acompanha as mudanças que correspondem a natureza humana e o dinamismo social-econômico. Na espontânea expressividade que flui os depoimentos do narrador fixadas pela memória, o trabalho literário, estende tendas enraizadas pela localidade e pela tradição exposta, que além da invenção se atrela ao modo dialético de compreensão da literatura reguiana.

As adversidades pontuadas pelo narrador da trilogia focam, inclusive, nas melindrosas e entrosadas rupturas de campos artísticos, por valorizar a região de origem, uma escrita que dialoga e flerta com a prática linguística nordestina e canaliza a intelectualidade com a precisão da cultura regionalista. Esse rasgo lúcido, em contrapartida, desperta opiniões convencionais que faz o personagem duvidar dos muros que atravessavam a vida dos nordestinos em estado ambivalente e lógico no qual a perspicácia enforma espíritos estereotipados sobre classe e raça no mesmo ambiente em que é elevada a branquitude patriarcal.

O princípio dialógico que coloca às avessas o plano cíclico do Santa Rosa na obra **Banguê**, resulta numa desdenhosa confissão de declínio daquele mundo nostálgico em lamentações. O engenho das mãos do Dr. Carlos, não tinha o mesmo vigor daquele do José Paulino. No entanto, o personagem recria fatos e se absolve nesse desmoronamento da imagem do senhor e essa desintegração também privilegia partituras da arte literária, pois segundo Mikhail Bakhtin (2009) “a linguagem no romance não só representa como também serve ela mesma como objeto de representação. O discurso do romance é sempre autocrítico” (Bakhtin, 2019, p. 23).

Logo, o misto olhar do narrador-protagonista contrabalança os devaneios pessoais que se habituariam circuncidados pelo declínio do engenho o qual reflete na própria pessoa e nos passos não revelados a partir disso. O Santa Rosa, porém, do mundo do engenho passa a ser substituído por usina pelas mãos do tio Juca, futuro este que não está discorrido em *Banguê*, mas em *Usina*, outra obra do paraibano que disserta sobre o ciclo açucareiro. Entretanto, o ciclo estudado sob a perspectiva do memorialismo diz respeito apenas à trilogia – *Menino de Engenho*, *Doidinho e Banguê* ainda que em manuais mais recentes venha a se apontar *Usina e Fogo Morto* como pertencentes a esse ciclo, embora as duas últimas não tenham esse narrador de memórias. Outro fator é que a pretensão do estudo abarca apenas a trilogia e não as demais, uma vez que temos um tempo determinado para cumprir a pesquisa.

1.2 A memória como reminiscência da vida no Engenho

A memória para Pollak (1992) pode ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa, mas também é abarcado pelo fenômeno coletivo ou social, como defende Walbwachs (2006). Nesses espaços que constituem a memória, Pollak (1992) assentam as características possíveis nessas duas possibilidades sendo, portanto, os acontecimentos vividos pessoalmente e àqueles vividos pelo grupo o qual o indivíduo pertence. Ainda é válido acrescentar:

Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens. Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa (Pollak, 1992, p. 201-202).

Conforme o teórico compreende-se que esses conceitos conferem a dimensão pelas quais se materializa a memória num campo pessoal e coletivo, porque são nesses aspectos que tornam possíveis alocar as particularidades e os planos da memória, partindo de experiências psicológicas, sociais e individuais. Ainda, é cabível, portanto, levar em consideração os espaços que esses acontecimentos se concretizam, pois, servem para marcar não apenas a aparência física, mas também possibilitar o se dizer a respeito deles no decurso do tempo.

Assim sendo é possível mapear esses conceitos de memória na trilogia de Rego. Primeiro porque o narrador Carlos de Melo na sua individualidade é a voz que fala dá impulso nos *Menino de Engenho*, *Doidinho e Banguê*, sendo o protagonista, narra os acontecimentos

pessoais vivenciados no engenho Santa Rosa, no internato Nossa senhora do Carmo, e novamente, no engenho do avô José Paulino.

Esses relatos memoriais que discorrem os acontecimentos pessoais são marcados, principalmente, por três momentos importantes em **Menino de Engenho**: a orfandade, a antecipação sexual, e a asma que ocasionava o medo da morte. Esses acontecimentos provocaram no personagem uma melancolia exagerada, que por ele falado, o tornaria meio cético nos anos seguintes. Em **Doidinho**, esses marcos individuais também eram marcados pela orfandade, mas já no internato, era o órfão duas vezes: da mãe e do engenho. Em **Banguê** o destaque é pelo fracasso pessoal concretizado já avisado em **Menino de Engenho**: o Dr. das letras perdido, amedrontado, confuso, e a repetição do excesso e sexualização com mulheres negras do engenho, sem amor de uma mulher para dividir os seus dias como ocorria com os demais de seu grupo.

Ser neto de senhor de engenho nunca preencheu a lacuna da saudade da mãe, os privilégios sociais que herdava, cedia licença ainda mais para o fracasso pessoal. De modo intrínseco, Carlos de Melo em sua criancice determinou os seus dias de vida do futuro. O licenciamento fruto de sua classe social, fazia com que atitudes de dominação também refletissem de modo opressor sobre ele, pois, significava que tudo podia fazer. Talvez, essa abertura possa ter sido o caminho pelo qual tentou se livrar dos devaneios, mas que consequentemente, abusava dos seus desiguais. As mulheres negras foram as vítimas sexuais não apenas do personagem, mas de toda a sociedade a qual representava: a do macho branco e pertencente à família do senhor de engenho. Sem dúvida, esse título serviu como aparato circunstancial para tais atitudes. O saldo, portanto, caberia a paráfrase machadiana: negativo.

O laço estrutural da trilogia do ciclo da cana de açúcar de José Lins do Rego consiste na história e memória de um menino, adolescente e adulto, alentado pelo espaço do engenho, longe dos centros urbanos. A trilogia protagonizada por Carlos Melo – **Menino de Engenho**, **Doidinho** e **Banguê** – traz artifícios inspirados para a literatura como a promoção de consciência da realidade social açucareira no nordeste brasileiro nas primeiras décadas do século XX, como matéria de uma memória coletiva, como visto em:

Por seu caráter intrinsecamente nostálgico, o projeto literário de José Lins do Rego não poderia se integrar sem problemas à crítica ideológica radical das velhas estruturas. A sua obra se insere no Modernismo por outras vias, já que os regionalistas se caracterizam por uma agenda mais abrangente, marcada pela valorização nostálgica da herança cultural do passado e fortalecimento dos laços com a cultura agrária da região (Trigo, 2013, p. 92-93).

Em conformidade com o excerto, pode-se constatar que esse método rural de produzir reforça a originalidade dos íntimos registros do patriarcado econômico dentro da ficção de Rego, pois, de notória convicção, também, apresenta matérias de cunho biográfico-memorial por trazer questões de valoração que circunda a história de seus antepassados, assim como, as lembranças das vivências no engenho do avô. Mesmo dispondo do critério teórico ficcional, em muitas das histórias contadas por Carlinhos, personagem principal, ressurge esse aparato biográfico de Rego na trilogia.

A narrativa sobre o engenho, o ciclo da cana-de-açúcar, a inclinação do ideário moderno e tradicional do autor funde, circunstancialmente, referências de toda uma estrutura pessoal e social nos painéis e ecos da cultura nordestina apresentada nos enredos das obras, sob campos de tensões, como assim denomina Alfredo Bosi (2002). Isso porque para o teórico, o disparate amplo que encorpa a “liberdade inventiva”, conversa com as técnicas de narração romanesca: “A escrita trabalha não só com a memória das coisas realmente acontecidas, mas com todo o reino possível e do imaginável. O narrador cria, *segundo o seu desejo*, representações do bem, representações do mal ou representações ambivalentes” (Bosi, 2002, p. 121). A memória de coisas acontecidas seria, portanto, uma descrição factícia da realidade a qual se deseja demonstrar, mas que dentro da literatura, essa memória é deformada e os atos acontecidos na ficção podem representar o desejo ou o exagero, como também, por meio do personagem, o artista no romance tem uma “margem maior do que a do homem em situação” (Bosi, 2002, p. 122). Anatol Rosenfeld (2011) também considera a personagem a patente que assimila a camada imaginária, pois a visão da realidade abriga o espaço fechado, fragmentado, enquanto na ficção romanesca, esse espaço é ilimitado.

Desse modo, pode - se estender à memória uma dupla faceta, que é a da própria realidade e a da possibilidade de representação. Na conciliação entre memória e ficção é possível constar que a literatura se afirma porque também condiz com espelhos da condição social humana defrontando um reino de possibilidades entre o real e capacidade criativa. Assim, a literatura reguiana na trilogia, é entregue ao narrador Carlos de Melo como mentor da memória fictícia que valoriza o espaço narrativo tendo a reminiscência da vida no engenho, pois, essa exaltação do espaço é permitida pelo narrador, o emprego nominal de cada elemento escolhido que o representa, como o Santa Rosa, a seca, à cheia do rio Paraíba, o avô José Paulino. São por meio das conjecturas desses elementos que se instituem os traços memorialísticos, pois, cada um situa uma semântica social por ele revelado.

O engenho para o narrador-protagonista em que o “açúcar subia e descia” (grifos meus), elabora a partir da individualização memorial, um imaginário às avessas àquilo por ele

falado, ou omitido na trilogia. Carlos de Melo em **Menino de Engenho** com a visão de uma criança, vê o Santa Rosa o modelo perfeito de produção, de status social. Ser neto de um senhor representava muita coisa diante dos seus desiguais, e por isso, se permitia conferir às mesmas atitudes de seus iguais, especialmente, no aspecto sexual vivenciado e explorado com as mulheres negras.

Em **Doidinho**, o adolescente, longe do engenho, ainda preserva essa casta de descendente é possível senhor de engenho, porque em suas memórias, a saudade do Santa Rosa era tanta que impulsionou as fugas do internato, e os exageros por ele contados que afirmava como ser aquele espaço. Por sua vez, em **Banguê**, o homem que já sabe os percalços que a dominação de servilidade provoca, dono de saberes jurídicos que poderia na sua volta ao engenho mudar a situação dos subservientes do Santa Rosa, para na sua incapacidade de confrontar aquele sistema, talvez porque era conveniente.

Nessa lógica, as vertentes do romance de José Lins do Rego do ciclo açucareiro, consistem em potências que podem imitar a vida individual e coletiva, inclusive dispõe de mecanismos realísticos sob uma intersecção fenomenológica amarrada em situações cotidianas e pitorescas. Nota-se ainda que esses signos foram tomados como matéria comunicativa, a literatura por ser espaço de fantasia, pode também, ser o lugar de verdade.

O regionalismo presente na trilogia, também aflora denúncias quanto a fatores que tratam sobre a subserviência, a base de sustentação do auge de uma economia vigente no século XIX. Os quesitos que, posteriormente, levam ao declínio e, portanto, numa sequência obscura, mas também lógica, engendram na literatura de Rego, o paralelo tocante às mudanças que ocorriam entre a literatura urbana e a rural. Sobre a modernização das forças de produção, demonstra também os impactos presentes nas inovações que diziam respeito à sustentação econômica e de poder.

Desse modo, é preciso destacar que o auge, declínio-decadência, anunciado em **Menino de Engenho** e **Doidinho** e em **Banguê**, o narrador presencia de forma direta esse confronto com o tradicional e a inovação. O capital que engole os afetos do ambiente, local em que servia de nostálgicas e elevadas aspirações do narrador, respondem a um processo dialógico em confronto à crise rural na sua persona enquanto neto de um senhor de engenho. Esse confronto pode ser notado quando o narrador-protagonista após receber carta do amigo Mário Santos e da ruína do avô e do Engenho Santa Rosa percebeu que este não seria matéria para um livro que contasse a história da sua família como notado em:

A carta, porém, me feriu profundamente com aquela história do livro. A literatura, a pose de me fazer de uma grande família, criara meu redor aquela fama de avós

morgados. Esperava-se um livro, um grande livro, de quem vivia a brincar com moscas, trancado num quarto como um lunático.

E se Mário Santos viesse ao engenho para ver de perto o modelo, o grande tipo de senhor rural das minhas pinturas, dos meus orgulhos? Tinha o neto vergonha do avô? Não. Não era vergonha dele. Era de mim mesmo, das mentiras descobertas. Mário Santos viria com o seu olho de diabo descobrir as minhas imposturas, conhecer no seu verdadeiro cenário o Santa Rosa que a imaginação do seu amigo inventara (Rego, 2021, p. 52).

A vida ali cristalizada nos intercâmbios de autoridade representada pelo velho José Paulino, avô de Carlos de Melo, deflagra a desmaterialização de poder também metaforizada pela personagem do patriarca. À medida que o velho ficava mais impotente, consequência da doença que perseguia a família, a asma, ou puxado, como se referia Carlinhos, o engenho Santa Rosa, envergava o desmoronamento. São abalos concomitantes com a consequente modernização industrial que chegava no tradicional mecanismo de fatura no Santa Rosa, registrado na obra *Banguê*.

Como visto, na casa-grande do velho José Paulino em **Menino de Engenho** e em **Doidinho**, a consciência da memória coletiva se comporta e são descritos análogos aos interesses de proteção do tempo feudal, pois de forma natural, o papel de senhor, marcava uma natural sequência de méritos que serviam às predileções do proprietário. A transcrição da fisionomia desnivelada entre o senhor e seus trabalhadores na trilogia dão impressão de um corredor contínuo, o qual diz respeito, à legitimidade da continuidade entre dominados e dominadores que, no passar dos tempos, se concretiza de modo explorador.

Os relatos descritos sobre o engenho, na voz de Carlos de Melo, idealizam a fantasia que reside não só quanto à demografia em si, mas aos constituintes impostos no espaço histórico e social, vinculados nessas memórias pessoais protagonizadas pela família do narrador. Por definir a sociedade, e nela, a canavieira do Brasil, se encaixa a importância de marcar a possível intenção do autor, pois turbina os determinantes imperativos e os empréstimos de lógica comercial-capital do açúcar vigente. Desse modo, menciona-se que:

Os primeiros romances do açúcar são, por assim dizer, pré-ideológicos: o autor quer captar e registrar o homem em concreto, agarrado ao solo, preocupado com a sobrevivência material e indiferente a questões ideológicas — e mesmo a princípios morais, em alguns casos (Trigo, 2002, p. 115).

Nessa senda, de modo atmosférico, o espaço engenho corresponde a uma expressão existente que equivale à representação memorial que está no entremeio da ficção e realidade, entre o autor e o narrador. Pois no limite entre a literatura e a realidade, nos postulados de Candido (1998), comporta uma modificação nesse trânsito entre memória pessoal do autor, por meio de possíveis deformações, e assim, concretiza-se a ficção como matéria literária.

Deste modo, entende-se que, nesse transportar realístico da vida do autor desfigurada para as memórias dessas narrativas, pode comportar também os incômodos vivenciados por parte do autor ao transpor essa culturalização patriarcalista, por meio das exaltações do narrador. Essa possibilidade de contrapor a linearidade do falado no romance, provoca na crítica literária, o espaço para tal interpretação do dito e do escondido, cabíveis nos dogmas freudianos sobre a psicanálise da literatura, percorrido por Adalberto de Oliveira Souza (2009).

Nessa visão, o foro psicológico que se aloca na trilogia de José Lins do Rego, é um deslocamento visível dos desejos conscientes que retrata os aspectos histórico-sociais, de forma que os vislumbres que a cana-de-açúcar assegurava o domínio patriarcal, revelam os diversos discursos possíveis num todo representado. Embora a exaltação de classe em que o narrador se encontra seja o destaque trazido, consegue-se também, obter vozes sociais que mesmo sendo omitidas ou secundarizadas constituem, nas vontades sociais recalcadas pela dominância de uma voz determinante, experimentos de mundos externos e internos da sociedade demonstrada.

Por essa razão, admite-se que “através da memória o indivíduo capta e compreende continuamente o mundo, manifesta as suas intenções a esse respeito, estrutura-o e coloca-o em ordem (tanto no tempo como espaço) conferindo-lhe sentido” (Candau, 2021, p. 61). Dessa forma se concretiza o aparato memorial do narrador na trilogia, pois, a dimensão espaço-temporal que cada personagem é revelado, principalmente, a personagem protagonista, assegura a construção interpretativa a partir do dito por ele. Percepções que o leitor se depara surpreende o campo investigativo, em está às claras quem era bom, quem era mau, quem era forte e fraco, quem era rico ou miserável, branco e preto. Cada signo contém a semântica que se estende à apropriação de um selo, como se cada um representasse uma marca e assim devesse aceitar.

Ainda sobre o ambiente do engenho, Carlinhos em **Menino de Engenho**, tem como base de mundo apenas o grande Santa Rosa que ruge o espetáculo e perfeito parâmetro de riqueza. Ao passo que ao sair do engenho para o internato entre o final desta narrativa e as primeiras páginas de **Doidinho** o mundo do narrador-protagonista se amplia, o mundo não é mais as terras do avô, há vida para além do engenho Santa Rosa. Isso pode-se ler, de forma linear, a mudança da visão do menino para o adolescente, e que ao sair para o internato se perde a inocência do menino de outrora que, agora, será corrompido por outras ideias e visões de mundo. São confrontos assim que mostram a linearidade de continuidade da vida no

campo, ao mesmo tempo que integra o externo, como as vivências do internato, como meio de contrapor ideias.

A inovação de produção, na concepção de Carlinhos, estava ainda distante do Santa Rosa, pois os antigos hábitos se repetiam no engenho do avô. O lance de reconhecimento entre a tradição vigente no engenho, flutua uma desconfiança do narrador adolescente sobre aquela manutenção de forma produtiva, pois, longe do engenho, os açúcares mais limpos, teriam mais aceitação no mercado: "Açúcar de usina é limpo — contatava Vergara. — Os trabalhadores não botam os pés neles como nos engenhos. A verdade é que as usinas estavam ali para humilhar os banguês do meu avô" (Rego, 2020, p. 97).

A fixação com que se pronuncia as árduas configurações capitalistas do açúcar em **Doidinho**, coexiste o temerário enxergado pelo narrador sobre as consequências que traria ao seu patriarca, pois a mão-de-obra escravizada e servil, no novo contexto de produção, não teria importância. Percebeu-se, também, a constatação que a usina iria humilhar os banguês do avô, inclusive demonstra a relutância dessa tradicional forma produtiva por parte de seus senhores, porque, feria a principal causa de ganhos exorbitantes pela produção açucareira: a mão-de-obra subserviente. Carlinhos, o Doidinho, deixa claro que não consegue enxergar o velho José Paulino investindo na usina, por isso, visibiliza a iminência do declínio do engenho Santa Rosa.

A concretude dessa resistência é evidenciada em **Banguê**, quando o Dr. Carlos de Melo retorna ao engenho, e se torna o condutor fracassado no contexto açucareiro. Presenciou o falecimento do avô fincado na velha estrutura de produção, e por temer também a inovação, como novo dono do engenho, se desmaterializa moralmente juntamente com o engenho naquela sociedade local, sem prosperidade de um senhor. Talvez, o apego inocente que relutava sobre a grandeza do engenho obtido nos moldes do avô, era o que impedia o personagem de se distanciar de velhas estruturas e partir para uma constituição de poder de forma menos exploradora, possivelmente, mais adequada ao mercado. "Lembrei-me da usina. Aquilo era planos deles. Queriam levantar meu povo, sublevar os cabras, no proveito da minha saída mais rápida do engenho" (Rego, 2021, p. 258).

O narrador nesse trecho revela um traço da memória por meio da lembrança quanto à usina que em **Doidinho**, tinha outro significado, sendo o da inovação, e assim seria o futuro promissor. Mas quando se depara na situação de senhor do Santa Rosa em **Banguê**, o personagem amedrontado, via como destruição do engenho. O verbo lembrar, traz um rastro da reminiscência da memória por modelar uma interação de acontecimentos entre uma obra e outra, além disso, propor interação intersubjetiva, como propõe Joel Candau (2021). Essa

interação, na concepção de Walbwachs (2006) por meio da memória, é de uma imagem ainda não localizada, porém prestes a se cruzar: “Contudo, quando essa lembrança reaparece, não é consequência de um conjunto de reflexões, mas de uma aproximação de percepções determinada pela ordem em que se apresentam determinados objetos sensíveis, ordem essa resultante de sua posição no espaço” (Walbwachs, 2006, p. 53).

Desse modo, a lembrança se abriga no primeiro plano da memória, porque o narrador se encontra numa esquina de dois contextos: a do neto de senhor de engenho, e a de ser o senhor, ou, como revelado na obra, a Dr. Carlos. Esse conflito incitado na obra **Banguê** resulta na permanência de uma figura apegada e orgulhosa de sua patente social, que reverbera a polêmica do ser grande pautado pela hierarquia e fama senhoril. Só que esse refutamento ou medo de competir no novo mercado, encarar a nova realidade, faz com que Carlos de Melo, se obrigue a vender o engenho e fugir com bolsos cheios de réis resultante de uma terra sem nada. Antes mesmo de marcar esse fim narrativo, Carlos de Melo, descreve que essa relutância foi bastante perseguida por quem deseja as suas terras.

Até que ponto chegara a minha fraqueza! Desmoralizara uma autoridade que nem seu Lula com a sua miséria estragara de uma vez. Os sessenta mil sacos da usina me esmagaram impiedosamente. Hoje eram as Figueiras que se levantavam e recebiam à pedra um meu cobrador de dízimo. Amanhã Crumataú faria a mesma coisa. Aqueles pobres-diabos que choravam aos pés do meu avô já erguiam as mãos calejadas para sacudir pedras em gente que fazia as minhas vezes. Tudo porque não soubera fazer como os outros (Rego, 2021, p. 259).

Os trejeitos demarcados pela insatisfação pessoal de insistir naquele espaço sem perspectivas econômicas, taticamente, expressam uma verdade em testemunho de como nos engenhos foram enfrentados a instalação de usinas confrontando de forma desarrazoada à antiga forma de produção açucareira. Carlos de Melo denega, sobretudo, a honesta instalação do conflito enraizado em sua memória como homem fraco e melancólico porque conserva a tradição, em vez da fidelidade psicológica enquanto reconhece as forças de trabalho como modos de exploração.

Rita Kehl (1990) ao falar a realidade e seu princípio, coloca o fracasso do princípio do prazer iniciado simultaneamente em três instâncias para a psique, sendo o tempo, a realidade e o embrião de um sujeito. Essas proximidades são o código vinculante do personagem na linha horizontal de sua personalidade enquanto adulto, pois, é na psicose da miséria que surgem os mais desejosos prazeres, entre os quais, se desfazer da realidade a qual impôs ao Santa Rosa.

Em vista disso, a memória presente nos romances de Rego que constituem a trilogia, comporta os acontecimentos pessoais do narrador, como também dizem respeito à

representação coletiva sobre a sociedade a qual se representa por meio dos personagens, seja o protagonista, seja os secundários. Essas percepções estão relacionadas especialmente ao signo engenho que, embora, Carlos de Melo apresente como espaço singular, interfere e abarca uma escala social.

O curso memorial despojado nessas literaturas transfere ao espaço uma matéria que não necessariamente faz parte da sociedade, mas esse pergaminho físico corresponde à algum fator pelo espaço que se faz representado. Halbwachs (2006) conclui que o espaço dá uma localização fixa. Mas em se tratando do engenho, essa memória reminescente se dá tanto pelo que está fixo ao solo, ou ainda pelos os que estão sobre ele, como por exemplo, a lembrança dos canários que circundavam o engenho e serviam para amenizar a melancolia do menino. Num curso individual essas particularidades da memória rompem com aquilo que o narrador propõe, de ser próprio dele, porque o conjunto presente naquele espaço, vive em função de um grupo: os dos proprietários e os dos subservientes.

Portanto, a vida no engenho, por si só, define duas categorias para a construção narrativa reguiana: a materialidade física do espaço, por tratar de uma estrutura que demonstra a casa-grande como local fixo das memórias, e o cenário atravessado pela constituição histórica-social desse espaço. Pois, o engenho agrega uma característica monocultural da cana-de-açúcar e registra um tempo econômico da história do Brasil, porque a região nordestina foi a mais importante sede produtiva-econômica do país: “O desenvolvimento de uma colonização patriarcal, baseada no latifúndio, na servidão e na monocultura do açúcar, foi determinante para a formação da paisagem física e humana” (Trigo, 2002, p. 99).

Assim, o estudioso acima apresenta esse espaço também alheio aos afetos, pois o capital proveniente do solo, da mão-de-obra servilista, do poder patriarcal, assolava melhorias na vida daqueles que mantinham a abundância do engenho. Nesse caso, as contingências sociológicas após a abolição continuavam em déficit com a ordem social de liberdade. Essas memórias, sobretudo, insinuam que as relações de autoridade também se faziam reminescentes nas recordações propostas pela lógica narrativa de José Lins do Rego na criação de seu personagem da trilogia, o Carlos de Melo.

1.3 Literatura: uma mimesis da vida social

Sabe-se que a literatura de José Lins do Rego assim como toda a produção neorrealista do seu tempo traz por meio dos verossímeis objetos que beiram a vida social, o dia a dia da vida nos engenhos entre o fim do século XIX e início do século XX. Como objeto de

pesquisa, a representação acerca das mulheres negras que circundam os espaços cíclicos engenho-internato-engenho na trilogia reguiana como confluência histórico-social trazida pelo narrador-protagonista Carlos de Melo, das obras *Menino de Engenho*, *Doidinho e Banguê*, e deste modo, através dos canais discursivos emitidos pela voz individual, se abstrai exposições de machismo, racismo e poder sobre as figuras negras secundarizadas dentro dos romances. A intromissão de uma voz pessoal como mentora dos enredos do corpus da pesquisa, entretanto, não revela apenas um espaço singular por ele representado, mas todo o conjunto periférico que se desloca a partir das suas ações, falas, percepções, e assim, revela a voz social captada nos ecos transmitidos.

Neste sentido, vistos como o espelho de uma realidade local que se sustenta entre o dominado e dominante nos espaços rurais que exploram a cana-de-açúcar e o mando de uma propriedade – os engenhos, os quais são meios de propagar o poder econômico e político da geração do século XIX e XX do Brasil nordestino. Desse modo, entende-se a literatura como sendo um aparato sobre a qual a mimese da vida social se apresenta nos diversos contextos empregados. Neto (2021), nesse aspecto afirma que é possível a imitação por todo um achado do mundo de ideais existentes que dão impulsos às recriações posteriores, tendo assim, a noção de mimesis de forma polivalente, não unívoca, capaz de apresentar uma carga ampla e flexível.

A mimese representada nas obras **Menino de Engenho**, **Doidinho** e **Banguê** tem uma função literária em destaque, que é a voz social transmitida através do narrador Carlos de Melo. Embora o narrador-protagonista seja também onisciente e conte a todos os destinos de personagens, conforme suas percepções enquanto participante ativo, as suas perspectivas conflitam entre uma obra e outra, pois a visão infantil, adolescente e de adulto sobre o que é o engenho, sofre alterações, assim como, a estrutura de poderio em paralelo à vida do narrador-protagonista. Essas obras da trilogia reguiana demonstram o apogeu, a crise e o declínio de uma representação dominante da exploração de mão-de-obra análoga ao tempo da escravidão, revela também os lentos passos e significantes ações de transgressão protagonizadas por personagens secundárias.

O narrador, tendo a propriedade sobre todos os acontecimentos e ações, por vezes, instiga interpretações de sê-lo uma espécie do que poderia ser, a qual é evocada por desejos e autoafirmação do papel que ora simbolizava na sociedade: neto de um senhor de engenho. Logo, percebe-se a figura de homem em crescimento que se utilizava do espaço social em que ocupava, como mecanismo de absolvição legitimado pelo patriarcalismo que regia os rumos entre classes. A mente de adolescente do Carlos de Melo em **Doidinho** demarca essa noção:

Sim, coruja era o meu corruptor, o mau, o que me estava botando no caminho errado. Eu, não. Um justo, um sem-culpa, que devia temer a sua companhia. Vira apanhar os meninos pobres na aula pública, sem motivo, somente porque o professor queria agradar ao neto do coronel Zé Paulino. Olhava essas coisas como se estivesse apenas tomando um brinquedo dos meus companheiros, com essa crueldade natural da infância (Rego, 2020, p. 43-44).

Essa observação transmutada pela visão do narrador esclarece que esse tipo de comportamento e a convivência dessas propensões expressam uma característica da sociedade patriarcal que entende essa verticalização de poder absoluto nos comportamentos pessoais, sociais, políticos, econômicos e culturais. No decorrer dessa investigação instigada pelos constituintes que ditam e processam a criação artística de José Lins do Rego nessa trilogia, tais como a memória e demarcações históricas e sociais, pode-se atribuir aquilo que Aristóteles em a *Poética* propõe: a arte como imitação da natureza. Por natureza, outorga-se em **Menino de Engenho**, **Doidinho** e **Banguê** a figura do narrador, personagem principal, os principiantes metafóricos da pessoa que espelha um conjunto, o qual ele faz parte.

Sustenta-se que a teoria da imitação presente em Aristóteles e posta em analogia aos traços de incidência aproximativos do real por meio da produção de um narrador-personagem e alter ego do autor da trilogia, coincide com o pensamento de Schmitt (2010) à medida que se permite explicar os predicativos de universalidade, de possibilidade, de necessidade ou de verossimilhança.

Neste sentido, o narrador da trilogia entrega, nas suas falas afirmativas, a desconfiança enquanto verdade de um estado social controlador das regências particulares e coletivas, e sobretudo está dentro da criação artística, porque o universal pode ser uma possibilidade ou não de se tornar concreto ainda que não seja uma necessidade. Em consonância ainda com o teórico acima citado, o verossímil presente no romance tem, portanto, a base universal que cabe nos pressupostos aristotélico e se ajustam em cada século conforme os cumprimentos possíveis e, por ser literário, suscita hipóteses, quando cabe, por exemplo, essa possibilidade que sai da estrutura poética para a romanesca, mantendo-se possível na evolução literária.

O discernimento dessa evolução é matéria contundente do corpus deste trabalho, uma vez que mediante a revelação da composição humana em caráter e pensamento, abstrai-se através dos discursos implícitos e explícitos determinantes, funções dentro da literatura como mecanismo artístico porque simula o real. Por essa razão, admite-se que determinadas combinações estruturais da narrativa de Lins do Rego dentro das obras em análise consistem em recursos próprios da realidade os quais se enlaçam dentro das probabilidades de acontecimentos passados e em curso de uma geração brasileira.

Ainda sobre o indicativo universal que se pode abstrair através do narrador-personagem Carlos de Melo, são as visões de dentro para fora, porque o lugar de fala é a representação de todo um sistema cultural no qual o sujeito está inserido e as particularidades narradas integram a semântica do coletivo, por revelar espaços que contêm representações entre dominantes e dominados e não um espaço vazio memorial.

Esse retrato histórico-social basilar de José Lins do Rego que reverbera a mimesis conceitual de imitação conforme os postulados platônicos e aristotélicos reintegra a continuação da verossimilhança como matéria estética e necessária no modernismo regionalista. Também, outros autores dessa revolução romanesca, de modo a promover espelhos reflexivos que ao longo do tempo contextualizam a vida e diversos contextos transmutada na literatura.

Desse modo, a estrutura da crítica sociológica da literatura pela visão de Elizabeth Ravoux Rallo (2005), a corrente basilar desta pesquisa, enrosca essa possibilidade contextual entre o histórico e o social. Ressalta-se ainda que elementos específicos como os traços da oralidade nordestina rural constituem marcas memorialistas que atravessam as primeiras obras de Rego, externam a grandeza da imitação e coloca em suspeita o modo como as memórias são trazidas e tratadas, inclusive quando são acrescentadas percepções e certezas no tocante aos outros personagens. Luciano Trigo (2002), por sua vez, consagra esse postulado de Lins do Rego, como instrumento moderno e conservador: “Moderno na valorização social do povo, na consciência de sua terra. Conservador na estrutura dos romances, ainda que faça um uso original de recursos tradicionais” (Trigo, 2002, p.79). Percebe-se assim que as condições estruturais dos romances de Lins do Rego percebidas através de aspectos regionais é o que faz essa confluência moderna-conservadora, onde o localismo alcança tipicidades nacionais que intervêm na interpretação sociológica.

Antonio Candido (2014) intercala essa concepção como um conjunto de funções estéticas da literatura escrita, como a função total, social e ideológica, porque transmite certa visão do mundo por meio de instrumentos expressivos adequados, que satisfaz uma certa ordem social. Acrescenta-se também que o papel inserido no universo cultural por meio dos elementos comunicativos representa um conjunto ou sistema simbólico de ideias não fragmentárias e de complexidade de integração pelo verossímil.

Nesse sentido, a investigação do ponto de vista sociológico inclina-se às possibilidades constituídas por Candido (2014), inclusive da tríade pactual comunicativa entre autor-obra-público e por dispensar agrupamentos apenas estruturais no modo de dizer nas relações do fazer literário, e essas condições se perpetuam no reconhecimento do conceito de

representação social mostrada através de tendências panorâmicas da criação literária. Nesta perspectiva, conflui estreitamente ao modo sobre o qual José Lins do Rego empregou a brasilidade moderna, cuja fisionomia define a regionalidade em seus traços próprios, não fixos, mas circulantes os quais configuram a atuação literária esculpida no decurso temporal.

Por meio do romance social as aspirações locais que sofreram todo um percurso de inserção na estrutura literária, chega no regionalismo nordestino, uma atuação precisa de modos de reconhecimento da realidade social em que vincula intenções corporativas entre os ritmos histórico-sociais, ideológicos e políticos.

À vista disso, Lígia Chiappini (1985) sobre as teses regionalistas disserta que, “embora ficcional, o espaço regional criado literariamente aponta, como portador de símbolos, para um mundo histórico-social e uma região geográfica existentes” (Chiappini, 1985, p. 158). Dessa maneira se insere a figuração do espaço físico escolhido como metonímia para representar fatos internos e exteriores a ele, na óptica da teórica, porque a regionalidade demonstrada pela estrutura do espaço, revela o vivido e as subjetividades.

A supremacia regionalista domina esses percursos da literatura de Lins do Rego na trilogia, por meio da memória narrativa e porque recria na literatura a largueza dos ajustes intelectuais modernos sob uma orientação de uma ordem interpretativa que denota valores sociais. Por isso, apela para a consolidação e permissão nesse liar sobre o qual se deleita a criação artística, pois, a vida dos sertanejos na literatura reguiana transpõe a vivência e os impasses cotidianos pelo pitoresco e a vida rural. Sobretudo, alcança elementos universais, principalmente, pela inserção capitalista por meio da cana-de-açúcar, demonstrada pelos senhores e os subservientes.

Ainda sobre a memória como reminiscência do passado e da mimese enquanto imitação da realidade, estende-se à literatura do paraibano questões de ordem social, por exemplo, abstrai-se a partir dos relatos sobre mulheres negras demarcados por estigmas machistas e racistas. Isto acontece porque o engenho, a casa-grande eram o palco para o desregramento. Ali Carlinhos ou, o Dr. Carlos Melo, exercia o seu poder de mando e sedução às mulheres. Nesse passo, é perceptível, portanto, por meio da voz masculina narrativa, ecos de exclusões que obedeciam a uma hierarquia de poder nos territórios latifundiários de produção açucareira e podem ser notadas como uma inscrição mimética da realidade vivida àquela época.

Em **Menino de Engenho** é uma espécie de demônio, a mulher negra que serve aos instintos sexistas dos homens brancos da casa-grande, assim como em **Doidinho**, e se mantém em *Banguê*. São mulheres evidenciadas que arruinam a vida sexual de meninos em descoberta

dos prazeres sexuais antecipadas. Ora, esses elementos presentes fazem com que a cultura patriarcal reinvente e se absolva, à medida em que o tempo passa, esses paralelos sobre os aspectos de dominação e poder. Entretanto, em outro espectro, ativam fundamentos que assimilam as identidades em pequenos e lentos passos, pela visão do menino, do adolescente e do adulto Carlos de Melo, por meio da noção de subserviência de Francisca e Paula em **Doidinho**.

Desse modo, o narrador-protagonista é um contador das suas memórias e da singularidade que se apresenta nos romances, portando o retrato de uma sociedade decadente assim revelada, porque influem matérias de poder classista, racial e machista, mais do que uma imitação particular da ruína dos engenhos açucareiros frente ao progresso das máquinas e das usinas.

Estando em uma posição de valor social do mais alto nível econômico no espaço rural, o narrador trata das violências praticadas por eles e terceiros, como uma normalidade cultural e legítima, assim o faziam todos os senhores de engenho, e ele é produto dessa criação, embora em nada se comparasse ao avô. Isso ocorre porque a relação sexual era medida por interesses econômicos que apelavam à sobrevivência por parte das mulheres negras, e por parte dos membros da casa-grande, a reafirmação heteropatriarcal, pois o homem de muitas mulheres tinha elevação pessoal diante dos iguais.

Ressalta-se que isso faz revolver a ideia de que a criação literária como afirmado por Aristóteles (2011), é uma imitação da realidade, isto é:

Na medida em que os artistas por imitação representam as pessoas em ação, sendo elas necessariamente boas ou más (pois o caráter [humano] quase sempre se ajusta a esses [dois] tipos, porquanto é pelo vício e pela virtude que as pessoas se distinguem no caráter), eles estão capacitados a representar as pessoas acima de nosso próprio nível normal, abaixo dele, ou tal como somos (Aristóteles, 2011, p. 39-40).

Assim, converge com a representação que a arte literária, enquanto estrutura de ficção, provoca socialmente, pela similaridade. O autor paraibano a partir do seu contato íntimo com esse ambiente, parece reproduzi-lo quase como uma fotografia da vida daqueles que habitavam e tinham o mando da casa grande dos tempos dos engenhos, bem como os passos de seus subordinados.

Por meio da falha abolicionista, nos engenhos, demonstrada por Carlos de Melo, as relações entre patrão e mulher negra se repetiam nas alcovas da casa-grande, pois sem nenhuma estrutura financeira ou posses de terras para garantir a subsistência, as famílias negras herdaram de suas violentadas explorações, uma escravidão consentida. O nordeste agrário, situado pelo narrador em *Menino de Engenho*, é demonstrado com todo o vislumbre

de perfeição, ordem, fartura e poder do engenho Santa Rosa, o qual era comandado pelo proprietário, o seu avô José Paulino. Nessa figura, percebe-se uma herança aristocrática a qual se enraizou à sombra de mãos escravizadas que sustentaram uma estrutura de poder econômico na sociedade brasileira, mesmo depois de revoluções operárias e leis contra a escravidão. Carlos de Melo demarca a hegemonia da estável doutrina dominadora ao dizer:

O costume de ver todo dia esta gente na sua degradação me habituava com a sua desgraça. Nunca, menino, tive penas deles. Achava natural que vivessem dormindo em chiqueiros, comendo um nada, trabalhando como burros de carga. A minha compreensão da vida fazia-me ver nisto uma obra de Deus. Eles nasceram assim porque Deus quisera, e porque Deus quisera éramos brancos e mandávamos neles (Rego, 2012, p. 108).

Esses dados trazidos na escritura de José Lins do Rego através do narrador-protagonista Carlinhos cumprem revelações de cunho social e histórico de uma determinada época e grupo social dominante. Por essa razão, convém considerar que a literatura se constitui como “um discurso de representação [...] e que tem por objetivo desentranhar de sua linguagem, descendo ao que elas enunciam, as estruturas que as tornam interpretáveis e as carregam de potencialidade estética” (Nunes, 1980, p. 9). Nesta mesma ótica, sustenta-se que o discurso usado na produção literária reguiana manteve razões ao patriarcado reveladas nas personagens e enredo consoante a perspectiva de um narrador-personagem, pois, assim cumpre uma função de memória coletiva, porque, segundo Le Goff (2023) é uma conversão do olhar histórico.

Nesse viés, o historiador, desenvolve campos de memória que numa série de formulações entre passado e presente, coloca a memória como um “elemento essencial cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (Goff, 2013, p. 435). Desse modo, do ponto de vista de influências, costumes e momentos os quais as sociedades se estruturam, o condicionamento e vias passadas constituem intervenções de cunho memorial coletivo, pois, assim relações dominantes entre dominados são reservadas no trabalho histórico. Nisto, percebe-se também que “as representações literárias conservam sempre a mesma distância dos conteúdos manifestos aos latentes, introduzida por esse deslocamento pulsional, coextensivo à linguagem, e que flui do dinamismo do inconsciente fonte psicológico-simbólica comum do mito e da poesia” (Nunes, 1980, p. 11).

A conversão a que remete o olhar da história sobre os liames da sociedade ao longo do tempo, desenvolve na literatura memorialista a insubordinação linear de fatos a serem

representados, pois, como se vê nessas obras em análise, uma personagem, revela fatos sociais e históricos por meio de memórias pessoais. A interface que controla a história dentro da literatura é consagrada na verossimilhança que democratizam as diversas visões e estreitam interdependência e a possibilidade de a memória coletiva servir para a libertação e não para a servidão dos homens, como defende Le Goff (2013). Também se assevera que a mimesis é capaz de, nessa interface, provocar a tradição a fim de promover uma nova forma para pensar a sociedade patriarcalista que comandava os engenhos açucareiros e também a condição dos negros escravizados e seus descendentes que neles ainda viviam nas primeiras décadas do século XX.

É normal que dentro das produções históricas hajam as conspirações, assim como há nas produções literárias, e que importa também esses prenúncios, uma vez que, no passo da crítica literária, o cálculo dos movimentos, da voz, dos contextos, não estão acabados por si só, quando são relatados pelo narrador, ou ainda, o que é falado pode ser verdade ou não, mesmo que pareça verossímil como o possível. Neste sentido, faz-se conveniente mencionar que “a experiência estética se concretiza em função da prática social dos significados, das representações ativadas pelo leitor, segundo a sua perspectiva histórica de intérprete” (Nunes, 1980, p. 15).

Essas coordenadas suscetíveis a contextos histórico-sociais são caracterizadas com ou sem consentimento de uma linha estrutural literária, que desde o estruturalismo foi imposta sobre o que é literário. O retrato extraliterário que envolve afirmações e exigências de identificação, transgressão, angústias, medo, exaltação sobre o personagem Carlos de Melo na trilogia, são causados especialmente, por fatores externos e além dele. Pela orfandade, fora vítima de um problema grave que acompanha os casais ao longo do tempo: a violência doméstica, e confessadamente, o narrador em **Menino de Engenho** revela que essa perda será motivo de seu fracasso por toda a vida.

A morte de minha mãe me encheu a vida inteira de uma melancolia desesperada. Por que teria sido com ela tão injusto o destino, injusto com uma criatura em que tudo era tão puro? Esta força arbitrária do destino ia fazer de mim um menino meio cético, meio atormentado de visões ruins (REGO, 2012, p. 28).

À vista disso, a conversão narrativa que se faz pela trilogia é dissolvida a partir das lembranças que o narrador tem na memória, todavia, são consequências de fatores externos à sua vontade pessoal. Por conseguinte, se coloca em prova nesse confronto pessoal *versus* problema social. A socialização do personagem no engenho logo se inicia a partir dessa

tragédia, e nesse lugar que revive as recordações da mãe com melancolia e saudade. Esse fato, certamente, acompanha Carlos de Melo neste ciclo apresentado na trilogia.

No internato, as relações consistentes ali nunca foram maiores daquelas que o vínculo materno fora substituído pelo espaço engenho, pela figura do avô, pela tia Maria. Essas três personagens entregam, respectivamente, ao narrador, as três principais instâncias do círculo familiar: o lar, o paterno e o materno. Além do mais, a perspicácia em descrever e chamar a si fatos narrados é uma notação literária que reincide em graus de diferença entre espaços e outros personagens.

Esses avessos que se contraem nos romances dosam movimentos constantes de figuras que marcam situações cotidianas ou marcadas pela intromissão de aspectos sociais e culturais. O que resulta em Carlinhos, são fisionomias que compreendem uma globalização a partir de sua visão por meio de tormentos individuais, apesar disso, constrói interpretações que, no descompasso dialógico, denuncia instâncias por meio de discursos memoriais e se pode admitir que “é a *mimesis* de representação que se problematiza em favor da modalidade de produção [...] sujeita ao critério de rigor metodológico e é capaz de reabastecer-se na tradição humanística que preservou a equivalência de *mimesis* com a *poiesis* [Sic] (Nunes, 1980, p. 15-16).

Essas descrições ora são condensadas no trânsito pessoal do narrador, ora são tênues, sutis. A desnudez que se vulnerabiliza na trilogia, sem dúvida, é a mesma que se coloca além dos outros de classe mais baixa que ocupam o mesmo espaço físico onde está. Então, sobrevive pela literatura reguiana despendida na trilogia, a repentina e durável semelhança da representação social por meio dos tributos do narrador-personagem. Além disso, ressalta-se que na trilogia “a *mimesis* não se metamorfoseia se não para dizer de um desacerto entre o mundo e a visão comunicada pelo prosador” (Lima, 1980, p. 4).

Nas alternâncias entre o vivido, a saudade, o desejado, o fracasso, alinha-se a simbologia de um mundo que se movimenta porque depende das posições e passos individuais e coletivos na sociedade ao longo da história. Entrever elementos que são espelhados pela realidade humana dentro da ficção de Rego, indubitavelmente, marcam discernimentos metonímicos do social pela pessoa, ou da pessoa pelo social.

Por último, convém revelar que “a formação do autor dependente do historicismo, com sua ênfase na relatividade histórica e no culto da História, lhe levava a desconfiar dos sistemas como incapazes de responder à flexibilidade necessária ao analista” (Lima, 1980, p. 5). Assim, o projeto memorialístico de José Lins do Rego contido na trilogia do ciclo da cana de açúcar assume a condição de uma metonímia da vida no engenho em que o prosador se

valeu das memórias da infância e vida adulta para fazer da sua literatura uma mimesis da vida social no referido ambiente. Pois, a teoria de Antoine Compagnon (2010) produz uma ideia de que a mimesis é mais do que uma cópia ou uma réplica, porque designa o homem como ele habita o mundo e como o constrói. Ao partir do criador da obra, essa mimesis decorrentes desses mundos inseridos na ficção, não somente como mero espelhos de imitação, mas uma possibilidade de um mundo possível.

Esse fazer literário de José Lins do Rego, que lança noções de sequencias temporais nas suas temáticas sobre o nordestino, o sertanejo, o senhor, o servil, compromete uma intervenção além desse conjunto apresentado em seus romances, como por exemplo, um agenciamento ou função transformadora que unifica as alteridades, de um ponto de vista presente.

2 DA HISTÓRIA PARA A LITERATURA: apontamentos sobre os feminismos

Neste capítulo será brevemente inserido a historicização da mulher no campo intelectual na sociedade, bem como os apagamentos a ela ocorridos. À priori uma breve investigação sobre como se comportou o poder patriarcal acerca dessas insurgências, inclusive, como reflete ainda no mundo da escrita literária, da inserção da mulher no todo social e como são re- apresentadas.

É sabido que desde as primeiras manifestações de luta por direitos das mulheres [por mulheres] focou-se em um movimento de urgência ligado às diferenças de gênero. Por sua vez, quanto à liberdade de se comprometer com o trabalho assim como os homens, além de ter encarado lutas acerca da quebra da subserviência no âmbito doméstico, nos quesitos familiares, da ótica sexista e do silenciamento.

Michelle Perrot (2022) ao discorrer sobre “as mulheres, o poder, a história” situa a recepção desse “novo poder” no universo social a partir do século XVIII e em todo o século XIX, o que ficou conhecido como o mito do matriarcado. Segundo a historiadora, “a inscrição na história das relações entre os sexos; elas não se radicam numa ordem natural fixa, são produto de uma evolução; a subordinação das mulheres é resultado de um processo que se poderia imaginar reversível” (Perrot, 2022, p. 185). Consoante a teoria apresentada, concorre que a idealização e pequenos espaços conquistados, a mulher reverteria os comandos de poder e assim foram assimiladas essas convicções a cada espaço conquistado, porém, a fronteira entre o público e privado, segundo Perrot (2022), nem sempre existiram.

Na contemporaneidade, a historiadora citada acima destaca que o discurso naturalista já cumpriu e defasou os espaços entre gêneros, que em meio a distorções de falsa igualdade, fragilizou ainda mais a concepção de que há especificidades “com qualidades e aptidões particulares” (Perrot, 2022, p. 186). Essa visão natural, portanto, inscreveu-se culturalmente, e determinou quais setores homens e mulheres ocupam na sociedade.

A fronteira a qual Perrot (2022) situou, contida na citação supramencionada, que o mito do matriarcado gerou mais ideias de reversão no discurso do que na prática cotidiana, no que diz respeito à representação política e de domínio. No entanto, constituiu-se vertentes antifeministas, pois a sociedade dominante entendia que os espaços mais tímidos estavam sendo conquistados pela mulher, logo, o domínio estaria nas mãos das mulheres, e com isso, surgiu a aceitação de fato da sociedade patriarcal por parte de mulheres frente aos movimentos.

Por essa razão, a instituição patriarcal não somente sobreviveu à suposta tentativa do matriarcado, como se serviu desse mito, pautado num discurso, intitulado por Francis Dupuis-Déri (2022), como “crise da masculinidade”. O professor retromencionado, introduz o discurso de crise do poder masculino da seguinte maneira:

O discurso da crise da masculinidade é, portanto, essencialmente misógino, já que o que é feminino é apresentado como um problema, uma ameaça, um elemento tóxico que afunda o masculino em crise, é aquilo que o destrói, que o transforma em seu contrário: o feminino (Dupuis-Déri, 2022, p. 38-39).

Em sua teoria, o cientista político acima, introduz como a luta feminista foi fragilizada. É visto que a concepção do binarismo entre sexos já discorrido por Patrícia Collins (2019), foi extremamente reforçado através de um discurso de ameaça em relação ao poder colocado em risco. A desleal introdução dessa crise não só chocou a sociedade, mas suscitou atos de violência contra as mulheres, e nesse lugar contrário ao masculino, o feminismo sofreu recuos e inaceitabilidade, e ainda na atualidade, percebe-se uma resistência, refutmentos quanto ao inferir a palavra feminismo. Tão forte, por sua vez, essa estratégia, ultrapassou as concepções do universo masculino e acampou também na consciência coletiva da maioria das mulheres, numa lógica que um outro não aceita como é ou como deve ser.

Esses eventos possibilitaram a polarização e entendimento semelhante entre os termos machismo e feminismo, patriarcado e matriarcado, porque a tendência externada pela voz dominante colocou o movimento de mulheres como inimiga de um sistema, que segundo a visão masculinista, sempre foi a que deu certo. No entanto, afirma-se que “o masculinismo é um contramovimento que procura dificultar, parar ou fazer recuar o processo de emancipação das mulheres, em nome dos ‘direitos’ e sobretudo dos interesses dos homens em relação às mulheres” (Dupuis-Déri, 2022, p. 42).

A série espanhola disponível na *Netflix*, intitulada “*Machos alfa*” (2022) faz uma analogia à crise da masculinidade contemporânea em que homens se sentem substituídos no mercado de trabalho. Essa representação está contida na personagem Pedro Aguilar, um homem bem-sucedido que perde o emprego para uma mulher por ter discorrido na televisão discursos com teor machista. A troca de chefia na empresa a qual trabalhava provocou mais insatisfação quando, o dono resolveu salvar a imagem da empresa contratando uma mulher, diga-se de passagem, uma mulher com perfil euro branca.

Nesse cenário de ser substituído e ter uma namorada com visibilidade na rede social que vende ideias de empoderamento feminino, a personagem se vê ainda mais em crise. Numa tentativa de desconstrução desses conceitos evidenciados sobre o machismo, a

personagem chega à conclusão de que devia suscitar socialmente a tese que os homens precisavam ser resgatados, e promove cursos e palestras, na internet e presencialmente, sobre essa constatação. Em um dos discursos ele fala “Eu vou resgatar os machos da escravidão, eu vou ser o Moisés do macho alfa” (Macho alfa, 2022). Mesmo em se tratando de uma matéria que realce mais o mundo masculino e as principais controvérsias que inundam a masculinidade, a série ao mediar a realidade que segrega um sistema atual em vigor desde sempre. A ideia trazida sobre o homem em apuros revela um mundo obcecado pelo ideal patriarcalista.

Cabe acrescentar que nesse viés, na noção de imagens dos personagens na literatura regionalista, entre masculino e feminino, Albuquerque Junior (2013), ao situar sobre a ideia de *Nordestino: invenção do falo*, especificamente sobre a invenção de um macho, articulou um conjunto de signos que acompanham essa ideia, dentre eles, o de traçar um perfil, personalidade ao masculino da região. Desse modo, a teoria diz que, com isso, demonstram que, principalmente no Nordeste a palavra homem, significa cabra macho, cabra da peste, homem de fibra, um reserva de virilidade nacional.

Ainda sobre essa opinião, Albuquerque Junior (2013) descreveu que essas significações sobre a masculinidade do homem nordestino, têm motivos eugênicos, telúricos ou históricos culturais. Esses protótipos dão imagem de uma figura específica regional que estão ligados tanto às características físicas quanto psicológicas do nordestino, que de certo modo, foi entendido como parte da sociedade nacional que venceu essa crise de masculinidade, movida pela feminilidade abordada anteriormente.

O Nordeste, nessa visão, serviu também de escape de uma resistência feminina, mantendo a hegemonia de poder do masculino, isso, porque, no entendimento de Albuquerque Junior (2013), a região rural estava isolada de influências cosmopolitanas, e com isso, vendeu-se a ideia, do povo que resiste aos flagelos sociais, dentre eles, a inserção de uma assimilação de equidade entre gêneros.

A invenção do falo, marcada pela manutenção da personalidade conservadora, e ainda mais, na ideia de que o homem é, “antes de ser um homem, tal como definido pelo pensamento moderno, iluminista, era um macho, que surgiu da reação contra a mulher” (Junior, 2013, p. 218-219), pelo atributo de poder, específica de um tipo de gênero, mantendo-se como uma instituição, evidencia pela imagem do homem nordestino esses caracteres presentes na literatura como símbolos representacionais.

Entretanto, percebe-se, dessa maneira, a concretização de uma ideia deturpada que não só deslegitima o feminismo no discurso, mas que atua constantemente no concreto. Simone

Beauvoir em **O segundo sexo** (1970) introduziu o questionamento sobre a gênese da submissão da mulher, pois segundo a filósofa e ativista, “nenhum sujeito se coloca imediata e espontaneamente como inessência” (Beauvoir, 1970, p. 12). Na concepção entre um e o outro, por Simone Beauvoir (1970) conflui estreitamente com a ideia de Francis Dupuis-Déri (2022) no que concerne ao discurso de crise da masculinidade, e principalmente quando os efeitos desse discurso: “o supremacista masculino tem também a tendência a encorajar o desprezo e o ódio contra as mulheres em geral e as feministas em particular (Dupuis-Déri, 2022, p. 71). Percebeu-se que partindo do posicionamento abstrato, o feminismo apresentado no viés da supremacia masculina enraíza a dicotomia de poder. Porém, nesse mundo que, supostamente, as mulheres estariam dominando, é um universo definido por eles, os homens, e na concepção deles.

Essas condições controversas à verdade acerca do ideal do feminismo, também, inseriram nessa ideia de que a fragilidade feminina apagava conceitos sobre o que se entendia por feminilização. Numa estratégia de masculinizar a mulher que reagiu foi criado o estereótipo da mulher dócil, gentil, frágil, àquelas que não se preocupavam com ideias político-sociais, porque isso era tarefa do homem assim como aquelas mulheres que estavam na luta eram mulheres viris ou masculinizadas. Por isso, atesta-se que a comparação entre simbologias objetivou propor um encaixe antimoralista acerca da feminilidade. E a verdade, porém, o que criou essa rivalidade ou rejeição entre mulheres sobre o feminismo foi essa introdução de falsa crise do masculino e da representação deturpada da mulher feminista: mulher com atributos de homem.

Gerda Lerner (2022), em **A Criação da Consciência Feminista**, fez uma historização dessa linha de consciência, e que, somente a partir do século XIX, foi discernida uma abordagem nova sobre a história das mulheres, além da imitação provenientes de registros anteriores publicados por homens. Numa concepção de autoconsciência, a história contada da escrita de mulheres por mulheres ganhou notoriedade no espaço norte-americano a fim de coletar e interpretar a fonte anterior.

No entanto, no final desse século, a discriminação sexual academicista convergiu para o distanciamento de corpos femininos nos mais altos graus de especialização universitária, momento o qual a historização regrediu ao campo do masculino, colocando a escrita histórica de mulheres mais distantes dos átrios acadêmicos, dos registros históricos, marginalizando-as. Todavia, no campo misto da história universitária apontada por Lerner (2022) convém mencionar os nomes de Mary Barnes e Kate Hurd-Mead, inclusive percebeu-se que o direito feminino quanto ao direito de aprender, trabalhar, explicar, ensinar foi resultado de seculares

anos de luta política. Os apagamentos de suas criações e introdução intercultural na sociedade prejudicaram o avanço dessa consciência e o que se vê ainda é que a legitimidade residida por parte da massa social, a matéria produzida por uma mulher sempre é colocada à prova.

Lerner (2022), entretanto, aborda que embora tenha esse apagamento sobre a produção intelectual da mulher, “foi por meio da discussão pela educação feminina que as mulheres encontraram o caminho para teoria da emancipação da mulher, uma teoria feminista” (Lerner, 2022, p. 241). O destaque que a historiadora deu como pioneira dessa defesa da educação feminina foi a Cristina de Pisano, a qual se tornou poeta, escritora e historiadora. Suas questões buscaram questionar a humanização da mulher, se tinha igual condição de assimilar a educação, utilizar o raciocínio, controlar as emoções, a partir de afirmativas oriundas dessas interrogações. Também discutiu que se a sociedade tinha consciência disso, por quais motivos ainda eram designados às mulheres em serviços sexuais, domésticos e maternos nos países da Europa, em destaque na Inglaterra.

Assim, também, no decorrer do século XVI a século XVIII outras mulheres encararam e resistiram às insinuações e desprestígio da escrita feminina, tais como, a poeta Louise Labé, que desenvolveu escritos sobre a urgência da educação para as mulheres; Anna Maria Von Schurman que incitou a libertação da mulher do trabalho doméstico, e seu público feminino eram as mulheres solteiras de famílias abastadas, e ainda “defendeu com vigor as mulheres contra as várias objeções masculinas à educação feminina, desafiando os homens a apoiar as mulheres em sua vontade de aprender” (Lerner, 2022, p. 245). Dessa forma, a historiadora diz que Schurmann tornou-se modelo e inspiração na Europa e Inglaterra, como uma mulher com heroísmo e exemplo às demais mulheres.

Nessa largada, a Gerda Lerner (2022) introduz que: “podemos resumir a situação das mulheres intelectuais europeias no início do século XVIII dizendo que alcançaram os três primeiros estágios da consciência feminista: a autorização para falar, o discurso inspirado e o direito a aprender e a ensinar” (Lerner, 2022, p. 261). É necessário também frisar que Lerner (2022) nesta linha temporal sobre a construção de consciência da mulher, pontuou também os contratempos presentes no decorrer destes séculos. Pois, algumas mulheres, usaram dessa liberdade a custo de muita luta, para enraizar ainda mais a cultura conservadora.

Entretanto, após a intromissão de ideias iluministas as quais defendiam uma revolução intelectual, foi a partir da tese do racionalismo que as mulheres solidificaram a ideia social que “homens e mulheres tinham o mesmo potencial de entendimento” (Lerner, 2022, p. 263). Daí, os efeitos desse movimento encorajaram mulheres como Mary Astell, Damaris Masham

e Marie de Gournay, a participarem dessas ideias, e principalmente promover um movimento contrário às demasias do mundo masculinizado.

É de lembrar também que muitas ideias iluministas, tinham teor conservador, mas foram nessas frestas que algumas mulheres encontraram meios para introduzir ideias ao universo feminino, bem como combater ideais de subserviência da mulher nesse sistema de racionalidade. O destaque que Lerner (2022) dá à primeira teoria feminista foi através de Mary Wollstecarft, a qual combateu ideias do Rousseau sobre os papéis destinados à mulher, bem como, os espaços a ocupar. Passou a reivindicar politicamente a igualdade de direitos entre os gêneros, através da obra *Reivindicações dos Direitos da Mulher*. Nessa teoria feminista Mary deu nome à opressão vivenciada pelas mulheres na sociedade e no mundo intelectual.

Logicamente, a partir dessas intromissões e da criação da consciência da feminista até o século XVIII, da Europa à América o contínuo apagamento da mulher nessas ressurgências, continuaram, pois a entendiam ser contagioso essa cultura de liberdade pregada por feministas, que podiam ser perigosos para a comunidade e o âmbito familiar. Pautados nessa ideologia de família, lar, conservadorismo, ainda assim, as mulheres americanas conseguiram que conservadores e liberais tornassem adeptos do movimento “Maternidade Republicana” o que garantia uma educação ampliada a todos sem distinção de sexo, e assim, possível a participação de mulheres na vida pública. Isso proporcionou, o encorajamento de mulheres a buscar a instrução educacional, a fim de ocuparem esses espaços mínimos cedidos pelo estado, serem independentes, autoconfiantes, e não aceitar nenhuma proposta de matrimônio.

Além disso, Lerner (2022) diz que a teoria revolucionou através da chegada da escocesa em 1824 no norte da América, considerada feminista com ideias profundas iluministas conseguiu enfatizar as suas demandas com todo um arsenal de reformas, dentre elas, o controle de natalidade e leis liberais de divórcio. Assim, em menos de 20 anos foram estabelecidos na teoria e prática, o que impulsionou milhares de mulheres a buscarem uma reforma social, assim como, combater estratégias de escravidão.

No entanto, as oportunidades não foram ampliadas no mesmo nível para as pessoas de descendência africana, restando a aceitar as migalhas educacionais. Mesmo assim, algumas mulheres negras fundaram escolas exclusivas em Washington, por Maria Becraft; e em Filadélfia, foi criado um grupo de professoras que desenvolveram escolas para pessoas negras com a ideia de tornar parâmetro, assim como as destinadas às pessoas brancas.

A historiadora austríaca ainda sustenta que foi a “educadora negra Anna Julia Cooper, ao escrever a primeira argumentação feminista completa na América elaborada por uma

mulher afro-americana, apelou aos homens negros para darem oportunidade às meninas” (Lerner, 2022, p. 272). Toda essa historização da consciência feminina na Europa e América do Norte instituiu, nas palavras da professora austríaca, fez com que a outra metade da raça humana ganhasse notoriedade, e que em algum momento a mulher apareceu e reivindicou a importância da sua voz, mesmo forma esporádica, e limitada por uma marca do sistema dominador institucionalizado.

Diante de tudo isso, abstrai-se que os pequenos ruídos sobre o espaço da mulher na educação, como uma pauta política, ficaram uma demanda em largos passos a conquistar posteriormente nesses países, bem como, nos outros continentes. É relevante pontuar que o fator da busca da educação foi basilar, e continuou nas gerações futuras, pois a exclusão desfavorece a desenvoltura intelectual como um todo, partindo da base da instrução até o registro academicista. Esse efeito tornou-se uma urgência devido à necessidade de uma mudança de consciência coletiva institucionalizada, que permitia a mulher sair do espaço privado familiar ao espaço público. Além disso, a obra da professora austríaca sintetiza a possibilidade de desenvolver alternativas a partir desse caminho acerca do pertencimento da mulher na historiografia mundial inscrita a partir da educação, um modelo que visa além de provar que sempre existiu o apagamento da mulher, inferir as legítimas instrumentalizações de conquistas individuais e coletivas.

Nesse contexto, faz necessário constar que, a partir dessas informações trazidas por Lerner (2022) historicamente, reflete também nos resultados dos trabalhos e obras publicadas como instrumento de informação artística, acerca da representação da mulher na literatura, no decorrer desses séculos. Pois a mulher emudecida pela corrente de um sistema dominador, pouco ou nada se teve até o século XIX uma obra literária escrita por mulher e como se representa dentro dela, em exceção a Jane Austen e Virgínia Woolf, Maria Firmina dos Reis, Nísia Floresta, entre outras.

No Brasil, podemos citar a maranhense Maria Firmina dos Reis, como destaque, e que se evidenciou apenas na visão da crítica moderna-contemporânea, embora ter sido uma escritora abolicionista do romantismo. Pois além de ser uma escritora mulher, era negra e pobre. Esses estereótipos que dizem respeito ao gênero, a raça e classe serviram de chaves para enraizar a ilegitimidade da mulher no campo intelectual e artístico na academia e na produção desses intelectuais, bem como, representaram esses corpos sempre como objetos, ou de intelectos medianos, duvidosos. Também no Brasil, pode-se citar, Júlia Lopes de Almeida, Emília Freitas e Carmem Dolores.

O período conhecido como Modernismo, no século XX, no Brasil, foi que algumas mulheres ganharam destaque, como a Rachel de Queiroz, Clarice Lispector, Lygia Fagundes, Cecília Meirelles, Carolina Maria de Jesus, e partir delas, outras mulheres, publicaram as suas obras nas mais diversas representações, como Conceição Evaristo, Adélia Prado, Cristiane Sobral, e tantas outras que estão podendo em vida, apreciar o reconhecimento acadêmico e artístico de suas produções, que dentro ou por meio do texto literário apresentam uma nova concepção da mulher no eixo literário, preservando a feminilidade não como característica frágil, mas resistente com identidade.

Essas vozes femininas que contemporaneidade ganharam e ganham destaque na literatura, evocam a inscrição contínua da mulher, mas também rememoram como ao longo do tempo, foram invisibilizadas. Os estudos sobre a mulher na literatura só ganham destaque na atualidade, devido a essa insistência que o feminino enfrentou e continua resistindo para o reconhecimento de espaço e de sua imagem. Feitos que ficarão registrados através da memória literária, como campo apto para deformar essas insurgências.

No entanto, este trabalho está focado nas representações femininas negras, como estas são representadas dentro da literatura do paraibano José Lins do Rego, especificamente em **Menino de Engenho, Doidinho e Banguê**. A postura de José Lins do Rego na intervenção e/ou adesão de uma criação literária além modernista, ora afortunada sob o rito tradicionalista nos tratos de objetos locais regionais, corresponde sem dúvidas, a uma literatura sem abandono dos problemas internos de minorias no nordeste brasileiro.

A trilogia reguiana situada após a abolição situa o leitor num contexto ainda escravagista, mesmo diante da lei em vigor. Os senhores de engenho continuavam com seus “empregados” no mesmo regime da mão-de-obra, a diferença é que nesse contexto, o narrador suscita a vontade própria da pessoa negra na continuidade servil. Sobre a primeira obra da trilogia menciona-se que:

Em sua defesa da escravidão, o velho coronel [Zé Paulino] situa no ponto de vista do negro, dizendo que, na realidade, os plantadores ganharam com abolição, já que agora estão apenas obrigados a pagar a diária de seus trabalhadores, não sendo mais responsáveis por sua alimentação e vestuário, como na época do cativeiro (Rabassa, 1965, p. 176).

É de se observar que a transição entre a escravatura e a liberdade ainda custou muito tempo a partir do século XVIII. Essa consciência de que tendo a necessidade de permanecer nas mesmas situações, ou ainda em mais intensa servilidade, deu legitimidade para que a mão-de-obra do negro continuasse constante, e o determinante, não foi quem optou por

permanecer, mas de um sistema que não deu subsídios para que aquelas pessoas deixassem de fato o trabalho escravo, e romper a exploração, conforme notado nas palavras do narrador.

A coerência de Lins do Rego sobre os problemas sociais nas obras *Menino de Engenho*, *Doidinho* e *Banguê*, objetos desta pesquisa, deve-se à autêntica experiência pessoal enquanto neto de Senhor de Engenho, que mesmo que o seu lugar de fala seja de um descendente patriarcalista, transcreve desnudado de eufemismo os tratos despendidos aos subservientes nos espaços de produção açucareira no Nordeste. Se conivente ou não, o fato é que trazer para a modernidade escritos que inserem os miseráveis numa convicção patriarcalista, apostadamente, traz uma reflexão em quais trânsitos a sociedade relativizou a mão de obra de negros nos engenhos aristocráticos, assim como, evidencia nos espaços rurais de latifúndios, já no século XIX e XX, essas representações em contínuas repetições, o que se materializou em ficção literária.

Embora o texto literário seja uma deformação do realístico, convém ressaltar questões que podem representar o verídico de uma sociedade, como espelho, como retrato. José Lins do Rego, segundo Rabassa (1965) por ser de origem nordestina e paraibana, o escritor, talvez, o mais qualificado a tratar dessas questões, isto porque, foi um descendente de dono de engenho, vivenciou situações semelhantes ao trazido na trilogia, nos aspectos pessoais e de todo representado em suas obras que concernem a temática do ciclo açucareiro.

Ademais, a adoção de temáticas que José Lins do Rego emprega na trilogia em tom memorialístico, explicita desde o auge da economia açucareira até o declínio, colocando essa temporalidade, em paralelo ao crescimento do narrador, uma sequência narrativa, que assim como a economia, quanto mais o tempo passava, mais era conflituoso permanecer naquele regime de caráter escravista, enquanto adulto ficava, Carlos de Melo, o narrador, se enfraquecia psicologicamente. O retrato de decadência social é transposto na pessoa de Carlos de Melo em cada fase descrita nas obras do ciclo da cana-de-açúcar.

Ainda segundo Athayde (1980) o poder narrativo de Rego tem osso e músculo, ou seja, é sobre o homem, a vida que vive entre o triunfo e mesquinhez, na humilhação, na violência ou na bondade, típico comportamento paradoxal comum da sociedade. E, de fato, revestido de memórias, o narrador dessas obras está entranhado nos instintos e ideias da terra de José Lins do Rego, conforme posto em:

Na experiência do “menino do engenho”, avultam primeiramente as figuras humanas que terão nos romances um relevo predominante, o que também se verifica no cronista-memorialista, sobretudo evocar certas figuras expressivas da escravidão, como as pretas íntimas da casa-grande (Castello, 1961, p. 54).

É exatamente sobre essa experiência memorial que o corpus de pesquisa objetiva identificar como as mulheres pretas são evidenciadas nessas narrativas, uma vez que são narradas no viés patriarcalista. As três narrativas estão sob a perspectiva do narrador Carlos de Melo, em que em *Menino de Engenho*, expõe as suas memórias e experiências no engenho Santa Rosa, do Avô, o velho José Paulino, em quarenta capítulos. “**Doidinho** dá continuidade à ficção de José Lins. Muda o cenário - o colégio interno em lugar do engenho - permanece o narrador: Carlos de Melo, agora revisitando a adolescência no internato” (Trigo, 2002, p. 174), organizada em 36 capítulos.

Banguê, a última obra da trilogia, é o “romance de transição, no sentido em que o romancista julga libertar-se da predominância da memória, para continuar a realizar uma obra sobre sua paisagem de origem, agora propriamente de fora para dentro” (Castello, 1961, p. 129), é, portanto, o último romance que tem Carlos de Melo como narrador e nele se encerra o ciclo pessoal-memorial entre infância-adolescência-adulto. A obra é organizada em três partes, a primeira e a segunda com 10 capítulos cada, e a terceira 23 capítulos, somando-se o total de 43 capítulos.

Na perspectiva narrativa de fatores externos aos objetos pessoais do narrador, é observável como são descritos os fatores sociais-históricos. Trigo (2002) diz que “José Lins não escreve para entreter: ele nos puxa pela mão para mostrar não uma representação de um mundo, mas o próprio mundo” (Trigo, 2002, p. 174). O estudioso nessa citação contribui com o pensamento de que a literatura se faz necessária nesse campo de fazer refletir sobre questões que dizem respeito à realidade humana nos diversos encadeamentos na sociedade.

Nas questões trazidas sobre o feminino na trilogia, a despeito das mulheres negras, são sob a perspectiva do narrador Carlos de Melo, que traz dados com teor naturalista em **Menino de Engenho** e **Doidinho**, e conseqüentemente, refletindo na fase adulta. Por grosso modo, pretendia atribuir a essas personagens a responsabilização da antecipada iniciação sexual dos meninos, das doenças do mundo e a contribuição para a miséria psicológica e de perversão do narrador. Em **Menino de Engenho**, essas personagens são: Zefa Cajá, um mulata, filha escrava com gente branca, que angaria alimentos para sobrevivência através da atividade sexual, conhecida como a mulher mundana, responsabilizada pela doença venérea do narrador com a prisão; Luísa, uma negra que vivia nos trabalhos domésticos da casa-grande, e quem iniciou na vida sexual, uma espécie de comparsa das depravações sexuais com Carlinhos, mas também descrita pelo narrador como a “sombra negra” com “arrebatamentos de besta” (Rego, 2012, p. 121).

Há também as personagens negras idosas que restaram da escravidão, tais como a Maria Gorda, com mais de 80 anos, a quem o narrador descreve com o sentimento de medo, assombração, por não distribuir as simpatias almejantes; Galdina, a velha que fora ama de leite do velho José Paulino, escrava furtada da Angola pelo irmão e vendida aos compradores de negros, com marca no rosto, e que no tempo narrativo de Carlinhos, tinha uma perna quebrada. Exalava um ar de mãe, por isso querida entre todos, desde adultos, crianças e as outras negras; Generosa, a eterna escrava da cozinha, que reconhecia a sua liberdade, “os tempos de cativoiro”, expressão direta, anotada por Carlinhos ao se referir à sua descrição, mesmo assim, na velhice, continuava na servilidade.

Na personagem Generosa se vê o primeiro ensaio de revolução feminista negra africana dentro de **Menino de Engenho**, embora, ainda em situação escravista, resiste às ordens dantes grosseiras provenientes de seus donos: “Quem quisesse mandar na cozinha que viesse para a boca do fogo. E quando iam reclamar qualquer coisa, saía-se com quatro pedras na mão: – Que se quisesse, era assim. Tempos do cativoiro já tinham passado” (Rego, 2012, p. 80).

Além disso, o narrador expressa que outras personagens que também viviam ali: “A senzala do Santa Rosa não desaparecera com a abolição. Ela continuava pegada à casa-grande, com as suas negras parindo, as boas amas de leite e os bons cabras do eito” (Rego, 2012, p. 80). E realmente são colocadas no texto como outras, sem nome, e a maioria sem um discurso direto. Outra personagem que merece destaque nesse percurso é a Francisca, que também morava na senzala do Santa Rosa, descrita como uma mulher em viva atividade sexual, assim como outras mulheres negras, sendo umas das representações da fecundidade da mulher negra, mito, que segundo a Lélia Gonzalez (2020), essa dialética, faz com que a história da mulher negra seja esquecida, tirada de cena. Portando, são efeitos de discursos, que ocultam uma identidade racial e reforçam o racismo, os estereótipos.

Essas figuras são concebidas na construção do narrador, num viés, que foi construído do ponto de vista estereotipado, que fala do corpo da mulher negra como um objeto, nos corpos jovens e das idosas, entre a continuidade da servilidade na casa-grande, e da sexualização e sensualidade. Também tem a velha Totonha, uma sinhá que vive de engenho em engenho, retratando o rompimento da escravidão, e como foram tratados, cria histórias, fala de forma clara os ímpetos das pessoas escravizadas, supõe castigo aos malfeitores.

Em **Doidinho**, o realce é para as impressões narrativas quanto às personagens femininas cozinheiras do internato, Paula, a quem Carlinhos atribui a presença diabólica sob o crivo sexual: “E o diabo me visitou ali em carne e osso. O povo tinha saído. comecei a comer

melhor. A negra Paula me elegera para o seu coração” (Rego, 2020, p. 94); e ainda a sinhá Francisca, descrita como a mulher que veio ajudar Paula na cozinha do internato. Eram duas mulheres negras que dividiram o trabalho na feitura alimentar dos internos do colégio Nossa Senhora do Carmo.

Essas personagens são as que Doidinho ainda descreve alguns discursos diretos, mas assim como em **Menino de Engenho**, quase em toda a narrativa, elas não têm vozes diretas, são, portanto, reconstruídas pela ótica do narrador. Esse romance é permeado de memórias sexuais em que o antes Carlinhos tinha com as negras no engenho Santa Rosa, numa perspectiva que intervém registros de pensamentos abstratos marcados pelas lembranças, que empurram à concretude e repetição dos mesmos fatos com Paula. Nesta personagem, o narrador auto realiza as memórias sexistas de dantes com Zefa Cajá e a Luísa, como uma postura psicanalítica, entre a neurose e a perversão. Ainda mais, marcado pelo processo de degradação do eu, e assimilação de uma ideia de massa existente, que atua de modo narcísico, segundo Freud (2023) em seu livro *Psicologia das massas e análise do eu*. O psicanalista abordou a seguinte teoria:

A investigação psicanalítica das psiconeuroses nos ensinou que cabe derivar seus sintomas a partir de aspirações sexuais diretas recalcadas, mas que permaneceram ativas. Pode-se completar essa fórmula quando se acrescenta: ou a partir de aspirações sexuais de meta inibida cuja inibição não foi inteiramente bem-sucedida ou deu lugar a um retorno à meta sexual recalcada. Corresponde a essa situação o fato de a neurose tornar associal, de tirar o indivíduo por ela afetado das formações de massa habituais (Freud, 2023, p. 164).

Esse deslocamento acima exposto entre o latente e o manifesto, marcado pela neurose, o narrador de Lins do Rego, além de supervalorizar a masculinidade por uma ideia de massa, provoca na sua individualidade a sua própria degradação, de modo que este mesmo mundo que o absolve, o coloca numa crise psicológica à medida que se entende o mundo.

Na fase da adolescência, o narrador de José Lins do Rego inseriu todo um conjunto patriarcal da construção viril masculina, notoriamente, marcada pela objetificação de corpos descartados pelo social. A mulher negra no século XIX, como visto nas obras trilógicas de José Lins do Rego, são depreciadas nesse conjunto de concepções machistas e racistas. Os fatos em **Doidinho** são expostos em todos os pormenores que constituem uma construção individual a partir de uma coletiva, que evocam atmosfera de uma criação de mundo que separou quem é sujeito e objeto. Desse modo, a visão global separou sensorialmente as pessoas em grupos, raça e classe.

Em **Banguê** o primeiro destaque é para Maria Chica, a lavadeira do Santa Rosa com quem tivera um filho, que servia como aparato sexual do Dr. Carlos de Melo, quando suas

carências e frustrações estavam afloradas, de um adulto enfraquecido por sua própria incapacidade de amar e ser amado, ser um bom administrador, por ser um homem feito, formado, e que nada sabia fazer, usava-a para afogar esses sentimentos. Nessa obra, o narrador não faz referência memorial nenhuma das negras anteriores a quem atribuiu essa sexualização antecipada, as culpabilizando por seus destemperos sexuais. Maria Chica, assim como toda mulher preta naquele contexto que tinha filho com homem branco, criou o filho sem interferências educacionais ou suprimientos de sobrevivência, de Carlos de Melo, o pai.

Ainda se faz importante falar da personagem Josefa, a quem foi representada como a menina escrava de uma senhora da casa-grande. O narrador a descreve como peça de uma estrutura frágil que, sequer, tem condições de subsidiar a criação de filhos abandonados pelo pai, que, sugestivamente, entende ser filha de um homem branco. A mãe de Josefa entregou a filha à velha Sinhazinha, a tia-avó de Carlos de Melo, pela garantia de alimentos. Sobreviver pelo mínimo possível: uma casa e comida. Carlos de Melo descreve-a como uma menina de dez anos, que vivia em situações humilhantes de exploração e agressão física-psicológica por parte de Sinhazinha. Nessa personagem, percebe-se um impacto de crueldade vivenciado, em diversos ângulos. Percebe-se que essa matéria de opressão praticada por parte de uma mulher a outro corpo feminino pertence a um rugido típico da realidade e diferenças entre classes, e vigorou em Josefa, um caráter violento que engrenou uma parte do romance do prosador paraibano José Lins do Rego.

Ao trazer o foco sobre a análise dessas personagens femininas pretas na trilogia de José Lins do Rego a fim de fortalecer a pauta da crítica literária feminista, sobretudo, o feminismo negro, *corpus* deste trabalho, é que esse movimento sociológico interessa no combate de resquícios e falhas que o feminismo universal não lutou para incluir mulheres pretas como protagonistas na literatura. Por isso, pautado nessas reminiscências marcadas na presença delas na trilogia de Rego, recai sobre um contexto histórico-social patriarcal e com caráter escravista da mão-de-obra e do corpo da mulher negra no espaço rural nordestino. É por essas literaturas que se vê os passos da mulher negra cerceados pelo estigma da mucama, serviçal, sensual e libidinosa, e que nesse paralelo entre um tempo passado se repetindo no moderno-contemporâneo, nessa estirpe dos estereótipos possíveis.

As reflexões aliadas ao feminismo negro é porque entende-se, esse movimento, como integração social entre gêneros, o cujo visa quebrar os estereótipos opressivos, exploração econômica que elevam o racismo-machismo como uma “neurose cultural brasileira”, trazendo efeitos violentos à mulher negra, conforme Lélia Gonzalez (2020). Isso deve-se ao fato de que as concepções racistas e machistas no Brasil deram partida às perspectivas que o movimento

feminista negro identificou e tratou em discussões da questão da mulher negra: “mulata, doméstica e mãe preta” (Gonzalez, 2020, p. 76), que ainda vêm revestidos de ideias fundamentadas na mitologia da democracia racial.

Por essa razão, ainda, é necessário evidenciar nos debates acadêmicos, partindo de análises opressivas por um sistema dominador sobre a mulher negra presente na história da literatura brasileira. Como matéria investigada neste capítulo, será por meio das representações da mulher negra a partir da visão masculina, tendo como corpus as obras **Menino de Engenho**, **Doidinho** e **Banguê** de José Lins do Rego. Busca-se, com efeito, no primeiro tópico intitulado “Trajetória do movimento feminista negro”, evidenciar as perspectivas feministas no tocante à defesa da autenticidade da mulher negra como sujeito social; e, no segundo tópico, intitulado “O feminino negro em José Lins do Rego: uma fotografia da mulher negra nos anos 1930”, demonstrar que embora silenciadas todas as mulheres que compõem essas narrativas, as personagens negras são ainda mais objetificadas.

2.1 Trajetória do movimento feminista negro

As perspectivas tratadas historicamente por correntes feministas que viabilizam a luta para a descentralização de um olhar feminista nos moldes ocidentais, que patrocinam a branquitude classista como espelho da liberdade feminina, constituiu significativas reflexões sobre a mulher negra no âmbito das convenções identitárias tanto nas inscrições históricas, quanto literárias. Como sabido, para a institucionalização da mulher nesse campo intelectual que vibra as forças femininas, já percorridos por Lerner (2022) na introdução deste capítulo, ainda mais difícil foi a intervenção da mulher negra no campo academicista.

É precisamente expressivo confrontar, principalmente, a escrita das mulheres negras em detrimento das mulheres brancas, sendo ainda mais baixo comparado ao masculino. Na literatura, apenas no século XX que os objetos que tratam do negro começaram a tomar mais definição, conforme Gregory Rabassa (1965), de modo a tomar uma posição social sobre como escrevem a situação da pessoa negra dentro da literatura. Obviamente, personagens negros sempre estiveram dentro dos textos literários, mas em sua maioria representados nessa perspectiva do masculino branco.

A exemplo disso, Rabassa (1965) diz que foi Antônio Vieira quem primeiro no Brasil falou sobre o negro, e que negociou o processo de escravização, em seus cultos, sermões no país defendendo a substituição da situação escravista do índio para o negro africano. Nessa inspiração, Gregório de Matos também um literato do Barroco, período que perdurou entre os

séculos XVII e XVIII, e seus textos que cantarolou as atrevidas mulatas, que nas suas construções em “Obra Poética”, como exemplo a poesia intitulada “*Anatomia horrorosa que faz de huma negra chamada Maria Viegas*” culminou a ideia da mulher negra diabólica e que fedia, e corrompia o homem de bem.

Sem entrar no mérito do julgamento acerca da materialidade racista, a ideia de Rabassa (1965) repousou na perspectiva desse trânsito dentro da literatura quanto a aparição do negro. O teórico não define essas questões dentro do crivo do preconceito racial, mas de demonstrar como o negro teve as primeiras aparições no texto literário brasileiro desde o Barroco e no trânsito do Arcadismo, movimento literário no Brasil.

O curioso é que em sua logística de historização literária, o teórico não citou o escritor negro, o Domingos Caldas Barbosa, que primeiro entornou a culturalização do negro africano no Brasil, embora tenha citado Gonçalves Dias, que segundo ele, o Rabassa (1965), já no romantismo, em “A escrava”, tratou do desterro do escravo da África, também Castro Alves como o poeta dos escravos. Enfatizou também, no entanto, a elaboração de José de Alencar, em que o narrador apresenta o negro como “demônio familiar” (Rabassa, 1965, p. 90).

Assim, o teórico em questão, diz que “O romance é, sem dúvida alguma, o gênero literário que produziu a mais clara caracterização dos negros na literatura brasileira do século XIX” (Rabassa, 1965, p. 91). Nesse viés, a expectativa do negro, foi detalhado nos permemeiores, na literatura romântica romanesca. Daí surgiram a elaboração de uma canônica literatura brasileira, com os escritos de Manoel Antonio de Almeida, Joaquim Manuel de Macedo, Vicente Félix de Castro, e assim até o modernismo, ocorreram escritores masculinos nessa tratativa do negro em suas diversas representações.

Um ponto a destacar nessa historização, ainda diz respeito, o pagamento da primeira escritora brasileira negra, a Maria Firmina dos Reis, também pertencente ao Romantismo, assim como a Nísia Floresta. A finalidade de cronometrar a aparição do negro na literatura, por Rabassa (1965) limitou-se na vangloria de escritores masculinos, importantes, obviamente. Mas pecou na omissão da mulher negra que também propositou escritos sobre o negro.

Como se vê, nos trópicos da literatura brasileira, consolidou-se, essa visão do negro estereotipado, cujas faces descritas nos textos literários, do ponto de vista do branco, do burguês, do aristocrata. Dentro das visões sociológicas, por sua vez, David Brookshaw (1983), no livro **Raça e Cor na Literatura Brasileira**, determina conceitualmente a instucionalização do estereótipo do negro nos textos literários. Na introdução do livro citado

afirmou: “Um estereótipo pode ser inicialmente definido como sendo tanto a causa quanto o efeito de um pré-julgamento de um indivíduo em relação a outro devido à categoria a que ele ou ela pertence. Geralmente esta categoria é étnica” (Brookshaw, 1983, p. 9). Neste capítulo, o teórico falou também sobre a criação dessa definição cujo caráter é de controle social e que pode mudar de acordo com a sociedade pelo cunho ideológico e econômico.

Ainda o escritor da teoria literária citado anteriormente, diz que o modo pelo qual a pessoa branca enxerga o negro sempre foi associada ao mal praticado pelos negro e, que simbolicamente, o expôs nesse ar de demônio, transferido através de uma absorção de cultura europeia instalada no Brasil. Brookshaw (1983) diz que, na recepção brasileira, a questão do estereótipo, tem implicações ainda mais amplas, isto é, porque coloca duas culturas, a euro-brasileira e afro-brasileira, em povos rivais, incompatíveis, tanto que, “remonta ao simbolismo original inerente às cores” (Brookshaw, 1983, p.17). Nesse caso, o teórico literário em questão acentuou-se de modo pragmático, a questão cultural no Brasil, denominando-a em decorrência de duas morais, e faz com que esse conflito racial existente no Brasil, em que uma assimila a outra, e faz a diferenciação entre quem coloniza e que é colonizado.

Quando Brookshaw (1983) diz que a tradição afro-brasileira, por sua vez, não é portavoza de si, mas continuamente é desassimilada pela provocação da cultura euro-brasileira, que em tese, enfatiza os estereótipos do negro de modo negativo, violento, retrógrado, percebe-se também, sob essa teoria, que a assimilação do cultural branco, provoca no negro uma tendência em superar e absorver em si o estereótipo do “Negro Fiel” (Brookshaw, 1983, p.19), ou seja, aproximar o máximo a sua personalidade à àquele que escraviza. A título de exemplo, ele cita Machado de Assis, que foi bastante criticado por essa questão, pelo escritor Mário de Andrade. Brookshaw (1983) recuperou o livro **Aspectos da Literatura Brasileira**, de Mário de Andrade (1972) e sustentou a crítica ao Bruxo do Cosme Velho:

[...] enquanto escritor negro, não provocou debates diretos sobre a questão do negro na ficção literária. Mas embora, Machado não ter sido esse protótipo de ideal defensor do negro da literatura, não tirou o mérito da sua produção artística que deu confiança sobre o mestiçamento, e sobretudo, vaiou os absolutistas raciais, bem como o sedentarismo das filosofias de contemplação (Brookshaw, 1983, p. 20).

Um outro exemplo de Brookshaw (1983) diz respeito à personagem Isaura de Bernardo Guimarães, que foi criada nessa visão de mulata “excepcional” em contraste com a personagem Rosa, cuja personalidade, foi dimensionada de modo rude, inquieta. A visão do teórico, é que esses contrastes davam diagnósticos abolicionistas, portanto, numa hegemonia cultural branca, elevar uma pessoa escura com qualidades superiores, colocaria “em dúvida a estrutura social e étnica do Brasil” (Brookshaw, 1983, p.17). Entende-se que essa logística

entre a literatura do regionalista e a crítica do teórico retromencionado, repousa na questão da importância dessa introdução da pessoa escravizada num debate em movimento, cuja finalidade, provoca uma representação, mas também a evidência de um sistema dominante.

A caracterização de estereótipos dentro da literatura, a partir desse conceito trazido, como também, dessas anotações através de escritores brasileiros na ficção literária, como métodos a serem reconhecidos, estão ancorados na concepção entre a justificativa da escravidão, bem como, as razões dela, e assim, o negro não importando como apareciam, deixaram um impacto nas construções futuras sobre a questão do negro na literatura. Pois para a crítica contemporânea, esse resgate, não tem importância, já que estão aptos a promover esse quebrantamento de diferenças, entre sujeito e objeto.

A teoria que versa sobre a **Psicologia social dos estereótipos** de Marcos Emanuel Pereira (2002), caracteriza esse conjunto sociocultural dos estereótipos em virtude de surgirem em diversos tipos de contextos, por isso cabe a suposição “a partir de uma perspectiva multidimensional” (Pereira, 2002, p. 50). Isso quer dizer que podem ocorrer de modo individual ou dentro de um certo grupo social, segunda a teoria retromencionada. Acrescenta ainda que “Tradicionalmente os estereótipos são considerados sempre sob a perspectiva daquele que percebe, mas eles também podem, e devem, serem avaliados segundo a perspectiva daqueles que são percebidos de forma estereotipada” (Pereira, 2002, p. 51), nesse contrato entre são estruturas individuais ou daqueles próprias da visão coletiva-social.

O psicólogo acima citado, introduz ainda alguns métodos permissíveis na ótica da exteriorização, que variam desde investigação por meio de checklist até possíveis suposições, que categorizam manifestações que vão do abstrato ao concreto. Isso porque, sumariamente, esse conjunto de semânticas captadas pelo contexto, são bases para o preconceito e discriminação. O psicólogo também conceituou esses dois últimos termos: “A noção de preconceito refere-se a uma atitude injusta e negativa em relação a um grupo ou a uma pessoa que se supõe ser membro do grupo” (Pereira, 2002, p. 77). Sobre a discriminação, definiu: “um comportamento manifesto geralmente apresentado por uma pessoa preconceituosa, que se exprime através da adoção de padrões de preferência em relação aos membros do próprio grupo e ou de rejeição em relação aos membros dos grupos externos” (Pereira, 2002, p. 77), colocando-os numa conjuntura comportamental, cognitiva, afetiva.

Assim, esses elementos são protagonizados de modo hierarquizado num panorama que declina que são os legítimos componentes de um padrão social que domina:

A escala de dominância social permite mensurar o grau de dominância social de cada indivíduo, assim como identificar as relações entre a dominância social e

outros constructos psicossociais. Desta forma, no que se refere à questão de gênero, a teoria de dominância social sugere que os homens são mais orientados por atitudes hierarquizadas do que as mulheres, dando mais suporte a atitudes preconceituosas, ao racismo e apolíticas sociais conservadoras. (Pereira, 2002, p. 81).

Essas interjeições contidas na opinião de Pereira (2002), casam com o cerceamento contínuo de uma psicologia em movimento que tenta ser igualável e romper estruturas hierarquizadas. A Atenuação de mínimos conflitos que operam as distinções estão alocadas dentro dessas orientações que tendem invisibilizar o outro. Nesse enlace, a manifesta ameaça de ter sempre um alvo para concretizar uma poderosa dominação, constituem pressupostos básicos de investigação nas ciências humanas, que visam além de diagnosticar essas modalidades, inferir proposições de refutamento e valorização étnica e cultural, numa brasilidade multifacetada.

É de tom receptivo, que em se tratando das inquietações que o movimento negro feminista no Brasil busca a resistência, recai sobre momentos escravistas na história nacional, e que no intercâmbio da criação literária no país, reflete como a arte literária integra assinaturas reais de uma sociedade. Essas se encontram na trilogia do ciclo da cana-de-açúcar de Rego, e permitem a sua visualidade na interação revelada por Compagnon (2014) na qual a história, toma um lugar, uma construção que repousa entre passado e presente, ou melhor, como uma transcendência, quando fatos fictícios são encontrados dentro da realidade social e vice-versa.

Nesse ponto, a bússola da obra reguiana "é a revisão da vida no Nordeste açucareiro, nas casas-grandes e nos banguês" (Trigo, 2002, p. 53), e acrescida de uma realidade local sem receita, o regionalismo nordestino. Nesse viés, o movimento dos regionalistas propunha uma visão objetiva sem excessos saudosistas ou românticos, como pontua o teórico retromencionado. Nesse ímpeto, explica-se o estilo modernista-regionalista:

O começo da década de 30 foi um período de grandes transformações no país: revolução, questionamentos das oligarquias e das tradições, choques ideológicos, acirramento das diferenças políticas. Tudo isso exigia um romance de denúncia social, de documento de realidade brasileira, que expusesse alta tensão nas relações do indivíduo com o mundo. É o que faz o romance de 30: volta ao coração da realidade brasileira (Trigo, 2002, p. 77).

Luciano Trigo (2002) explicou esse movimento regionalista como uma necessidade no âmbito da produção literária modernista, iniciada na Semana da Arte Moderna no Brasil, pois segundo ele, havia uma revolução na sociedade brasileira, que caberia um registro não somente na história, mas na ficção brasileira. Como materialidade das questões sociais que

envolvem as questões entre o homem e o mundo, a literatura regionalista ganhou aceitação nesses quesitos que desencadearam essas solicitações sobre o vivido no mundo moderno.

Especificamente a José Lins do Rego, a sua literatura tinha a reflexão própria de escritor-personagem. A voz é de quem fala de dentro para fora, conforme Castello (1961), revolucionária mais que reacionária, isso porque o legado das escritas do paraibano pairava sobre a crítica de estruturas poderosas, inclusive as estruturas literárias em que o modernismo primeiro promulgava.

Com o repertório da decadência de uma aristocracia rural no nordeste brasileiro, a Paraíba é o cenário do narrador de José Lins do Rego, o Carlos de Melo, na trilogia compostas pelas obras *Menino de Engenho*, *Doidinho e Banguê*. As contingências alocadas do espaço rural para a literatura recaíram sobre polêmicas que versavam questões memoriais e crítica social. Assim, feitas as anotações das reminiscências memoriais nas narrativas, no primeiro capítulo, instala-se neste, a via da crítica social quanto à tratativa da mulher negra num contexto evidenciado por Lins do Rego nas obras da trilogia. Além do processo inexorável da decadência do patriarcado, o qual reflete no próprio autor a migração de um estilo ao outro quanto à sua produção literária – a do memorialista de *Menino de Engenho e Doidinho* para o crítico em crise existencial em *Banguê*, foi elaborado dentro dos estudos de perspectivas das críticas literárias sociológica e feminista.

É preciso, portanto, pontuar que nestas obras embora sejam articuladas assinaturas de memórias, que ora se confundem com a vida do autor quando revelam coincidências pessoais entre narrador-personagem, o ponto crucial das evidenciadas marcas patriarcais contidas nas lembranças do narrador-personagem nos espaços engenho-internato-engenho, desnuda todo um processo opressivo direcionado à mulher descendente da escravidão naquela época, e que em um perfil opressivo literal, propunha designações excessivas para tais. Isso faz com que dentro do viés crítica feminista contemporânea, reflita em quais processos de opressão a mulher preta vem ao longo do tempo sendo colocada na Literatura, e sobretudo, por que a evolução sobre identidades ainda são desafios correntes. Bourdieu (2021) ao falar sobre a dominação masculina e a violência simbólica sobre a mulher, enfatiza:

A linguagem do “imaginário” que vemos aqui e acolá, um pouco a torto e à direita, é sem dúvida ainda mais inadequada que a de “consciência”, dado que tende particularmente a esquecer que o princípio da visão dominante não é uma simples representação mental, uma fantasia (“ideias do corpo”), uma “ideologia”, e sim um sistema de estruturas duradouramente inscritas nas coisas e nos corpos” (Bourdieu, 2021, p. 73).

A deixa sobre a ideia supracitada é sobre como são impregnados os variados tipos de violência que sequer são identificados, mas que conferem a um “poder hipnótico”, que reside em consciências dominantes alimentadas por mitos que solidificam a subserviência da mulher, como um estatuto social que rege e domina. A análise das obras de Lins do Rego, são, portanto, contextualizadas no século XIX, publicadas no século XX, *Menino de Engenho* em 1932, *Doidinho* em 1933 e *Banguê* em 1934. Convém mencionar que, há entre as obras e suas análises o choque do machismo-racismo do passado com as manifestações no presente. Essa linha temporal contextual são marcas comuns entre aquilo que foi dito e o que ainda está sendo dito quando o assunto é sobre a mulher preta, ou seja, trata do caminho traçado sobre a dominação e racismo do século XIX e as reflexões dos entraves que essa dominação evoluída para o simbólico provoca na contemporaneidade.

Percorrer a investigação nas obras modernas de Lins do Rego, sobretudo as que integram o ciclo da cana de açúcar, momento que para muitos significava um processo dado como superado nos quesitos de rebaixamento de personagens pretas nos escritos literários, entende-se que o paraibano restaurou em suas obras a hierarquia de poder dominante como problema social que ainda torna necessária uma reflexão nessa continuidade de inscrição sobre identidade que a evolução literária requeria. Por conseguinte, traz à tona que o racismo estrutural tem uma gênese fíncada na estrutura da sociedade dada como intelectual, contemporânea, que ainda incessantemente viola a ascensão de espaço da mulher preta, mesmo que se diga estar em momento de representação identitária. Nesta perspectiva, deve-se a todo um processo de crise que ao longo do tempo tem sido falho nas suas extrínsecas e intrínsecas disposições.

Retomando sobre a historicidade escravista ao qual interpôs a subjugação e exploração do feminino negro, por muito tempo, os estudos literários e sociológicos invisibilizaram como figuras femininas pretas, as quais, eram apresentadas de forma estereotipada, secundarizadas e sexualizadas no âmbito literário, principalmente, àquelas que a crítica intitulou como cânone literário. Nesse sistema, a mulher escrava ou descendente da escravidão, era vista com uma dupla designação: a mulher do eito, ou a mulher mucama, esta última, servia à casa grande com a jovialidade e capacidade nutritiva para os filhos de seus senhores, sendo servil com a força dos braços e as gotas de sua produção natural do corpo, como pontua Lélia Gonzalez (2020).

Ademais, Lélia Gonzalez (2020) refaz um caminho sobre esse tipo de escravismo e como esses percursos foram, historicamente, projetados quanto ao lugar da mulher preta, e tem por parâmetro, o racismo enquanto construção ideológica. Isso porque as manifestações

múltiplas de discriminação atendem aos critérios de superpoder, e que, incessantemente, insistem na existência amigável racial no Brasil, recebido pela conhecida e equivocada mitologia da democracia racial.

A hegemonia do feminismo branco considerado por Lélia González (2020) fragilizava o próprio movimento de mulheres negras, pois até dado momento sequer a questão racial era pautada nos movimentos feministas, uma vez que a valorização da mulher negra sempre se deu pela sua força braçal, sexista e maternal. Ademais, “A serviço do sinhô, da sinhá e das crianças brancas” (Gonzalez, 2020, p. 201), que num tom mais escravagista do passado, repete-se nos lares dos brancos, a preta assalariada no mesmo nível de trabalho: o serviço doméstico. Nisso, a propositura de uma vaga de trabalho pago, não supre a diferença, mas reforça a discriminação racial da mulher, ou sequer se pode falar de evolução feminista para a mulher negra.

Em “A mulher negra no mercado de trabalho: condições escravistas das trabalhadoras domésticas”, Shirley Silveira Andrade (2022) trata do panorama da mulher negra na inserção no mercado de trabalho. Acautela-se por meio do relato desses corpos, que demonstram a continuidade no contemporâneo de uma espoliada prática legalizada, isto é, significa que a mulher negra, sofre de modo usurpado a privação de um direito que, segundo a sociedade atual, ela tem que agradecer pela oferta do trabalho [assalariado].

Esse conceito de trabalho doméstico assalariado, Andrade (2022) diz que, na análise das entrevistas com as trabalhadoras, foi possível diagnosticar elementos específicos dessa relação de trabalho, e a que a mais visível é a falsa ideia de que, nessa prática, o empregador não tem lucro advindo por meio da prestadora de serviço. Pois segundo a estudiosa, há sim, uma reprodução capitalista, pois para o empregador e empregado (esposo e esposa), só conseguem realizar a atividade externa ao lar, porque há alguém “cuidando” da base dessa família. Em geral são mulheres brancas elitizadas, que conseguiram conquistar o trabalho externo, e contratam outras mulheres para desempenharem as funções de dona de casa, e provocam em verdade, lucros diretos e indiretos.

Em continuidade, Andrade (2022) preocupou-se em desenhar como a recepção do trabalho doméstico é apreendido, numa concepção moderna-atual: de trabalho livre. Em vista disso, ela explicita que as regularizações legais contemporâneas não asseguram a real liberdade da mão-de-obra feminina no âmbito profissional-doméstico. Então sugere que, a atividade do trabalho doméstico assalariado invisibiliza a exploração contínua da mão-de-obra feminina. Além do mais, a estudiosa dá nome a essa falsa liberdade: escravidão moderna. E

ainda mais, às custas da mulher negra. Desse modo, conclui-se que a escravização contemporânea tem raça, e não é a euro-branca.

O marcador de raça introduzido no livro em questão, pontua questões estruturais ainda maior, quando nesse leito, também estanca na questão do feminino negro. A jornada exaustiva de uma mulher negra, está na realidade contínua destes corpos. Por ser pobre, há uma escolaridade limitada que não alcança a exigência do mercado externo, e ainda quando as poucas conseguem romper essas questões do espaço intelectual como demanda o sistema, ainda são barradas em decorrência do tom de pele e da identidade negra.

Essa exploração assalariada, por sua vez, dá previsão ainda de maneiras próprias da escravidão. Andrade (2022), cita o exemplo, principalmente, da empregada doméstica ter que permanecer no trabalho após o expediente porque a patroa resolveu passar no salão de beleza, no shopping antes, e “pede” que a espere, porque geralmente no lar, há crianças menores. Desse modo, percebe-se que além da exaustão própria da atividade doméstica, há o rompimento trabalhista legal e desvio de função.

Basicamente, as regras trazidas pela estudiosa acima são a de que as similaridades do antes nomeado trabalho escravo e presente, pelo trabalho assalariado, tiveram pouquíssimas progressões quanto à humanização nessa mão-de-obra, tal como as condições às quais são alocadas. Por mais que estejam nos lares de pessoas de classe média e alta, essas trabalhadoras, em geral, se alimentam de restos de comida, não usam o mesmo banheiro da casa, não se sentam à mesa dos patrões, numa espécie de limitação de espaço privado entre a dona e a empregada, mas que, esses corpos servem para desempenhar, o que Andrade (2022) nomeou de cidadania de segunda ordem.

Para concluir essa tese elencada por Shirley Silveira Andrade (2022) em conversação com interação da realidade histórica trazida nos objetos da literatura, é possível, diagnosticar uma herança que, sistematicamente, aprisionou a mulher negra nesse lugar de opressão contínua, pois segundo a estudiosa, a literatura aponta que elas tiveram vários destinos diferentes dos espaços direcionados à mulher branca, portanto, dissertou:

Por isso, é fundamental para a análise desse item a utilização de uma literatura baseada no feminismo negro que trará uma abordagem mais adequada à realidade dessas mulheres que não podem ficar em casa cuidando de sua família, mas que tiveram necessidade de sair às ruas. Essa diferença de realidades é fundamental para a análise das lutas e problemáticas das ex-cativas” (Andrade, 2022, p. 120).

Andrade (2022) demonstra ser uma questão delicada essa análise porque esses quesitos são vistos na atualidade, porém são multifacetados. E assim, ainda conclui que não se pode separar a raça do gênero, nem vice-versa, pois o “o gênero tem impacto com o racismo”

(Andrade, 2022, p. 122). Assim, a volúvel movimentação da prática do racismo engendrado corrompe a sociedade que se movimenta a custo das resistências. A importância que a estudiosa dar o ao feminismo negro como o principal movimento apto a falar sobre essas questões que envolvem a realidade da mulher negra, é por uma visão epistemológica, que à medida que a mulher negra fala, de forma didática pela realidade vivenciada, fica possível apreender questões simbólicas que são invisibilizadas pela dominação, no falso discurso de democracia racial.

Nesse sentido, esse mito de democracia racial é absorvido, principalmente na relação entre feminino e todo o universo feminino. O aparelhamento patriarcal consegue introduzir essa diferenciação entre mulher branca e mulher negra, e é absorvido inconsciente pelo feminino, em que uma representa empoderamento, a outra rompimento de uma “estrutura cultural”. É consternado quando de fato essas alteridades são absorvidas por mulheres que as reforçam. Então o feminismo tornou-se uma ferramenta questionável, em que bell hooks (2022) acentuou no livro *Não sou eu uma mulher: Mulheres negras e feminismo*, como abaixo mostrado:

Desde do início do meu envolvimento com o movimento de mulheres fiquei perturbada pela insistência das mulheres brancas liberacionistas que a raça e o sexo eram duas questões separadas. Minha experiência de vida me mostrou que as duas questões são inseparáveis, que no momento do meu nascimento, dois fatores determinaram o meu destino, ter nascido negra e ter nascido mulher. Quando entrei na minha primeira turma de estudos de Mulheres na Stanford University, no início dos anos 1970, aula cuja professora era branca, atribuí a ausência de trabalhos escritos por ou sobre mulheres negras à professora ser condicionada, como uma pessoa branca numa sociedade racista, a ignorar a existência de mulheres negras, e não ao fato de ela ter nascido mulher. Naquela época, falei com feministas brancas sobre minha preocupação de que tão poucas mulheres negras estivessem dispostas a apoiar o feminismo. Elas respondiam dizendo que conseguiam entender a recusa das mulheres negras em se envolver com a luta feminista, porque ela já estava envolvida na luta para acabar com o racismo. Enquanto eu incentivava mulheres negras a se tornarem feministas ativas, diziam-me que não deveríamos nos tornar ativistas do movimento de libertação das mulheres, porque o racismo era a força opressora na nossa vida, não o sexismo. Para ambos os grupos expressei minha convicção de que a luta para acabar com o racismo e a luta para acabar com o sexismo eram naturalmente interligadas, que separá-las seria o mesmo que negar uma verdade básica da nossa existência: raça e o sexo são ambas facetas imutáveis de identidade humana [Sic] (hooks, 2022, p. 35).

Como pontuado por hooks (2022) o feminismo foi precarizado no âmbito do universo feminino entre o conquistado pela mulher branca e a mulher negra, o que é defendido para uma e outra não. E isso é determinante para que a liberdade de algumas sejam às custas de outras, criando uma verticalidade nas representações do feminino.

Além da questão trazida por bell hooks (2022) sobre as questões entre raça e gênero, esse verticalismo de poder que repreende a solicitude de coalizão entre mulheres nos seus

espaços, opera, segundo Judith Butler (2021), porque “as dimensões não marcadas do privilégio de classe e de raça permanecem intactas” (Butler, 2021, p. 39), e sem dúvida, é o que mantém a liberdade contínua da mulher branca às custas da exploração da mulher negra, segundo Gonzalez (2020).

Sobre isso, Lélia Gonzalez (2020) eleva esse racismo elencado propositado por Judith Butler (2021), pois, além da força de trabalho explorada, conflui a ideia da sexualização do corpo feminino preto, apontado por hooks (2022) acima. Assim, ao longo do tempo, a questão da mulher negra na sociedade requer esse discernimento e absorção dessas questões que não foram absorvidas pelo feminismo. Um corpo de mulher não deve ser rechaçado por nenhum tipo de controle ou apagamento de suas questões que merecem a devida politização.

O racismo nas formas de manifestação macula a mulher negra, principalmente, no ratificado e eufemizado pelo mito da “sensualidade especial da mulher negra” (Gonzalez, 2020, p. 60). Gonzalez (2020) traz essa questão porque a questão da mulher negra objetificada “está muito além do que pensam ou dizem os movimentos feministas brasileiros, geralmente liderados por mulheres da classe média branca” (Gonzalez, 2020, p.60). E isso reflete genuinamente essa falha da inserção da realidade da mulher negra quando, estas, são tratadas como um todo, mas que são repassadas em razão de sua raça e classe por outras mulheres. Saffioti (2015) falou que assim, chegou-se a uma situação paradoxal, em que à medida que mulheres atacam o patriarcado, esquecendo de outras mulheres, advogam na mesma medida a força dominante.

Sobre esse mito da sensualização da mulher negra trazido por Gonzalez (2020), é visto na obra **Banguê**, quando Carlos de Melo se refere à personagem Maria Chica, a lavadeira da casa-grande, como ao longo da história, mulheres negras são utilizadas nos lares de senhores: “uma mulata de peitos duros e de braços bem rijos” (Rego, 2021, p. 69). Assim, percebe-se que desde sempre a mulher negra é apresentada pela cultura patriarcal nessa semântica de objetificação sexista.

Essa sexualização do corpo de personagens pretas na trilogia é, pois, representada em Zefa Cajá, negra Luísa, negra Paula, Maria Chica, na perspectiva do narrador. São mulheres que vivenciam os limites de exploração sexual do homem com a finalidade de afirmar o ser desejado, macho e poderoso. Carlos de Melo ainda na infância recebe as primeiras lições e práticas sexuais, o que era natural essa iniciação ser com uma mulher preta, libidinosa, segundo a cultura patriarcal. Essas personagens na trilogia reguiana são retratadas como seres marginalizadas, filhas e netas de escravos do Santa Rosa, e que viviam numa eterna dependência de subsistência proveniente das terras e cozinhas do avô de Carlos de Melo, o

velho José Paulino. E que em troca do corpo, consegue iguarias para se alimentar, como a Zefa Cajá, e também os elogios performáticos do corpo negro, o afeto do homem branco, cuja intenção masculina, era a satisfação sexual. Outro aspecto, era uma ratificação do servil sexual ser a base da troca da subsistência, eram mulheres que estavam diretamente ligadas às fontes que promoviam o sustento, proveniente do engenho Santa Rosa.

O curioso é que nos relatos de Carlinhos nas primeiras obras, **Menino de Engenho e Doidinho**, o personagem-narrador sempre se coloca como vítima da sexualização antecipada, justificando ser uma escravidão reversa provocada pela mulher negra. Esse sentimento de autopiedade em decorrência da sexualização de meninos com mulher negra reflete o mito estrutural do gênero feminino ser o anjo mau que encanta o homem no aspecto erótico. Teorias que, epistemologicamente, vão de textos bíblicos à mitologia grega (Afrodite) à romana (em Vênus), da história para a Literatura, são captadas essas significações. De modo psicanalítico, o narrador recai numa perspectiva multiforme: a neurose entre o eu e o outro, em que a obsessão, abre à perspicácia do amor próprio, mas que diante dos outros ele é vigoroso, e na sua individualidade, um menino em crescimento cheios de histerias, medos.

Além desse ponto de vista presente nos discursos do personagem: vê-se que o corpo da mulher branca simboliza a pureza, enquanto os das mulheres pretas carregam a lascívia. Um exemplo, é quando se refere à prima Maria Clara e Maria Chica, personagens de **Menino de Engenho e Banguê**, respectivamente. Na primeira, entendeu-se que era a mulher adequada ao casamento, branca, de família abastada e a primeira paixão da meninice. Já a segunda, na fase adulta, a mulher negra sensualizada, relata as experiências libidinosas que une as questões ligadas à raça, muito além do gênero a qual pertence.

São discursos em que colocam mulheres como anjos e como demônios, separadas por classe e raça. Também há relatos em **Doidinho** a diabolização da mulher negra nas memórias do Personagem, quando lembrou de Zefa Cajá e Luísa, expondo-as na narrativa, como uma ferramenta de poder do diabo, assim como, em *Banguê*, o narrador, reitera o perfil e pureza da mulher branca, quando se apaixona por Maria Alice e não reconhece publicamente a relação com Maria Chica, e o filho tido com a personagem negra.

Bell hooks (2020) ao perpassar por momentos de luta feminista expôs que os pensamentos feministas contemporâneos ainda ofuscam as raízes radicais que buscam intervir numa política antissexista do corpo feminino a qual é legitimado, especialmente, pela mulher branca privilegiada que não tem o corpo objetificado sexualmente quando, principalmente essa mulher que é pertence à classe média e alta, representam a figura adequada da atmosfera que eleva a supremacia branca em grau de santidade, leveza, e assim, assenta-se num espaço

de privilégio social em detrimento da mulher negra. Angela Davis (2016) diz que, no século XX, a supremacia branca e masculina estreitou os laços em se cortejar facilmente, nesse lance romântico ideal.

Neste sentido, compreendeu-se que, num viés patriarcal, são essas mulheres brancas também responsáveis pela reafirmação sexista masculina sobre a mulher. Todavia, o corpo dominando, não é o corpo da mulher bem-sucedida e branca, é o daquelas que estão em seus lares servindo com o trabalho doméstico, alimentando a visão erótica marcada pela raça e do corpo negro, que em muitos casos, os esposos dessas mulheres as objetificam. Em **Menino de Engenho**, o narrador diz ser iniciado sexualmente por Luísa, um corpo negro feminino da casa-grande.

O rompimento do patriarcado nas tentativas da transgressão de mulheres brancas adúlteras, prostitutas e regenerações até então explicitadas pela literatura burguesa revelam apenas o que o feminismo vinha fazendo na história, quanto ao combate do machismo. Por outro lado, personagens pretas continuavam ali sendo subservientes nos átrios domésticos das brancas nos sistemas classistas e racistas, isto é, não se pensava a interseccionalidade gênero e raça. Por essa razão, ressalta-se que a plataforma feminista se tornou uma luta contra o poder masculino sobre o feminino, ou seja, a luta dos gêneros que ofusca a demanda de raça e classe e, conseqüentemente, fragiliza a igualdade de espaços de mulher para mulher num sistema patriarcal. Sobre esse aspecto, o romancista Bernardo Guimarães em **A Escrava Isaura**, apresentou que bastava um tom de pele branca para que o tratamento viesse a ser diferenciado.

A propositura de tornar visível figuras femininas pretas, logicamente, ainda é debate incansável na ciência sociológica e feminista que deleita entre a história e a literatura constituindo veredas por meio de ênfases discriminatórias e machistas. Essas, sistematicamente, atribuem à mulher preta, lugar, nome e classe, ditados pela hegemonia patriarcal. Por outro lado, em análise ao racismo atemporal, o antagonismo entre gêneros impera o ego controlador e faz emergir vias de poder entre o homem branco e mulher branca, da mulher branca sobre a mulher preta, e ainda pior, do homem branco sobre a mulher preta.

Essa realidade é representada na obra na sociedade do século XIX rural. A personagem Sinhazinha, foi a personagem que, mais enfatizada dentro da obra, representava esse controle de mulher sobre outra mulher. Psicologicamente, o julgamento do personagem pode representar variados fatores, pois sentia-se acuado por essa personagem, mas focou no controle que esta mulher tecia sobre as pertencentes à casa-grande do Santa Rosa. Enfaticamente, nas três obras, Sinhazinha aparece nesse ar de mulher opressora.

Em se tratando do racismo, Grada Kilomba (2020) em **Memórias da Plantação Episódios de Racismo Cotidiano** define que a supremacia branca vigora sobre o tripé que entende o negro como diferente atendendo a uma hierarquia “articulada através do estigma, da desonra e da inferioridade” (Kilomba, 2020, p. 75), e acompanhadas pelo poder político, econômico, social e histórico. Daí surge o racismo. Ainda, Kilomba (2020) evidencia que os ataques provenientes do racismo são tributados em todas as experiências cotidianas que orbitam a “biografia de alguém” (Kilomba, 2020, p. 80), tanto quanto é manifestado quando o branco exterioriza aquela representação que não se quer parecer, e, portanto, atribui àquilo que só pode ser do negro.

Dito isto, obviamente, esclarece como as mulheres negras são reconhecidas historicamente, e reveladas em escritos literários, que verbera o corpus de pesquisa nas obras **Menino de Engenho, Doidinho e Banguê** de José Lins do Rego. Em primeiro lugar, ressalta-se que os discursos trazidos por meio de transcrições literárias das obras citadas, não objetivam de forma anacrônica julgar o escritor, mesmo que ligado ao plano memorialista, e por isso revelador das experiências vivenciadas no engenho nordestino. Mas atribuir à sociedade machista e racista as confluências históricas e sociais que transitam nestas obras, e como as estruturas de poder no contexto escravistas são entendidas na contemporaneidade. Longe de afirmar que as narrativas de Rego fomentam o racismo-machismo ou que de alguma forma alimentam uma literatura patriarcal num momento em que as produções modernistas caminham para as inclusões identitárias a fim de combater práticas opressoras do hetero patriarcalismo. A tradição tratada nessas narrativas, pode estar além da questão do reforço dos estigmas e estereótipos trazidos por aquela sociedade.

Falar de racismo nas literaturas com contexto escravista, requer um questionamento contemporâneo quanto aos lugares de fala, pois, onde uma mulher sob dominação em todos os quesitos possíveis, rompe com o silenciamento, a subalternidade colonial? É o que os movimentos do feminismo negro da atualidade ensejam suas pautas, que partem das mínimas evocações de liberdade ao médio e largo rompimento das máscaras que aprisionam a mulher negra. Longe dessa romantização de luta, o feminismo negro pouco tem conquistado ao longo da história feminista, por motivos de deslegitimação da fala da mulher que sempre é questionada, sobretudo em se tratando de uma mulher negra.

Grada Kilomba (2020) cita sobre os discursos marginais - Dor, decepção e raiva, escreve que talvez haja um lugar dentro do discurso que não está acessível porque são relatos racistas. Obviamente, essas margens às quais Kilomba (2020) acrescenta, tem a ver com os lugares de pertencimento os quais são impostos e classificados conforme o tom de pele. Esses

lugares não comuns que estabelecem padrões sociais e pleiteiam o racismo e, por conseguinte, uma pirâmide estrutural do poder que impossibilita mulheres negras de serem beneficiadas com as mesmas conquistas políticas-sociais em que as mulheres brancas vem ao longo do tempo ocupando. A branquitude é um movimento de forte violência que proporciona a grave supremacia que viola os interesses dos próprios movimentos de combate ao machismo, tendo a nomenclatura dada por Grada Kilomba (2020) de racismo genderizado.

Embora o manifesto de feministas negras, estando presente a Lélia Gonzalez, em 1980, um ano mais tarde do movimento geral das feministas, a revolução do feminismo negro no Brasil deve-se, segundo Gonzalez (2020), à militância de Beatriz Nascimento, em 1970 no Rio de Janeiro. A pauta do racismo para esse movimento já bem estruturado e visibilizado socialmente promoveu desconfortos nas estruturas do feminismo, uma vez que integrantes desconfiavam da nova pauta, entendendo ser uma forma de evidenciar a constante “exploração da mulher negra pela mulher branca” (Gonzalez, 2020, p. 61), enquanto que a sociedade sequer discutia questões raciais.

Beatriz Nascimento (2021) em “Uma história feita por mãos negras” integra ao pensamento de separação entre gêneros, a seguinte expressão: “Dentro desse arcabouço, qualquer expressão do feminino é revestida pela instituição moral. Ela representa em si a desigualdade caracterizada pelos conflitos entre submissão × dominação; atividade × passividade, infantilização × maturação. A contrapartida a esse estado de coisas coloca a mulher num papel desviante do processo social, em que a violência é a negação de sua autoestima” (Nascimento, 2021, p. 194). Desse modo, elencou a primeira simbologia que ditou regras entre os gêneros, onde o que faz e quem faz.

A filosofia de Beatriz Nascimento (2021) ainda interpôs sobre as especificidades que estão contidas na recepção social quanto à mulher negra: “A mulher negra, na sua luta diária durante e após a escravidão no Brasil, foi contemplada como mão de obra, na maioria das vezes não qualificada. Num país em que só nas últimas décadas deste século o trabalho passou a ter significado dignificante, o que não acontecia antes, pelo estigma da escravatura, reproduz-se na mulher negra “um destino histórico” (Nascimento, 2021, p. 195).

Assim, com a devida vênia, Nascimento (2021) escancarou a escada sobre a exploração da mulher negra em vias patrocinaadas pelo patriarcalismo. Mesmo esse sistema, como já apontado, ter gênero, raça e classe, conseguiu estabelecer no mundo feminino também uma separação em decorrência da raça e classe, mesmo em se tratando do mesmo sexo/gênero.

A discriminação racial e sexista da mulher negra pontuada pela historiadora, é que impossibilita a sua ascensão, e acontece a repetição moderna afins aos tempos da escravidão. Conversando sobre essa tratativa, fica claro com a seguinte teoria:

Na tentativa de comparar o sexismo e o racismo, as feministas brancas esquecem de conceituar dois pontos cruciais. Primeiro, que elas são brancas e, portanto, têm privilégios brancos. Esse fator torna impossível a comparação de suas experiências às experiências de pessoas negras. E, segundo, que as mulheres negras também são mulheres e, portanto, também experimentam o sexismo (Kilomba, 2020, p. 100).

Em pontuar essas questões que ficaram largadas na política feminista, as teóricas que versam sobre questões do universo da mulher negra, em consonância com bell hooks (2020), explicam como a revolução feminista se portou ao dar as mãos à hegemônica supremacia capitalista branca patriarcal:

Enquanto era interesse do patriarcado capitalista de supremacia branca suprimir o pensamento feminista visionário, que não era anti-homem, ou que fosse preocupado em alcançar para as mulheres o direito de ser igual aos homens, feministas reformistas queriam silenciar essas forças [...] E poderiam contar com o fato de existir uma classe mais baixa de mulheres exploradas e subordinadas para fazer o trabalho sujo que se recusavam a fazer. Ao aceitar, e de fato conspirar a favor da subordinação de mulheres trabalhadoras e pobres, elas não somente se aliaram ao patriarcado existente e ao concomitante sexismo como se permitiram o direito de levar uma vida dupla, em que são iguais aos homens no mercado de trabalho e em casa, quando querem ser. (hooks, 2020, p. 22-23).

Hooks (2020) ao discorrer essa problemática ao qual o feminismo vinha falhando deve-se ao fato do fracasso que impera o “inimigo interno”, que resistia aos confrontos necessários a título e a favor do movimento feminista a rigor do que era proposto, e são, portanto, uma ameaça perigosa à contínua evolução do feminismo. Gerda Lerner (2022) adverte que “A consciência feminista é um pré-requisito para a formulação do tipo de pensamento abstrato necessário para conceituar uma sociedade na qual as diferenças não impliquem dominância” (Lerner, 2022, p. 343). Ou seja, enquanto forem desencorajadas as percepções de silenciamento despendido às mulheres pretas e pobres, fortalece e fragiliza o processo de uma consciência capaz de combater a exclusão da mulher nas formas de violências sutilizadas pelas manifestações amigáveis do patriarcado que se reinventam no decorrer dos tempos com o mesmo propósito de dominação.

Exemplificando como isto é encontrado na obra *Menino de Engenho* de José Lins do Rego, é a situação da velha Sinhazinha, cunhada do senhor José Paulino, que num espaço de superioridade em relação à cor e classe social, é adepta a atos opressivos quanto com as negras que trabalhavam exploradamente no âmbito doméstico do engenho Santa Rosa.

A MINHA TIA SINHAZINHA era uma velha de uns setenta anos [...]
 [...] Era ela quem tomava conta da casa de meu avô, mas um despotismo sem
 entranhas. Com ela estavam as chaves da despensa, e era ela quem mandava as
 negras no serviço doméstico [...]
 [...] As pobres negras e os moleques sofriam dessa criatura uma servidão dura e
 cruel
 [...] Vivia a resmungar, a encontrar malfeitos, poeira nos móveis, furtos em coisas da
 despensa, para pretexto de suas pancadas nas crias da casa (Rego, 2020, p. 36-37).

É de se vê que a gênese desse poderio que patrocina o fator de uma mulher sobre a outra foi desde a escravidão, e que se arrasta por centenários históricos. Em 1930, uma publicação literária que rememora e reflete problemas atuais de superpoder da mulher branca sobre a mulher preta num conchavo patriarcalista, traz incômodos ao provocar que caminhos na sociedade brasileira, o feminismo desde a sua revolução primeira tem corrigido sobre essas diferenças de espaços, tratamentos, e conquistas entre o mesmo sexo, mas com cor diferente. Pois no ramo do trabalho doméstico na contemporaneidade, “Aquilo que é produzido pela empregada doméstica é para o consumo imediato da família empregadora” (Gonçalves, 2013, p.23) e de fato, essa família é composta por pessoas brancas de classe social alta, e nessa sociedade, amigavelmente, solidarizam-se quanto ao fator classista. Saffioti (2015) diz que se os conceitos de gênero não abarcar as relações de classes, pouco importa ou pouco faz. Nesse arrojo, a propositura é explicar que “não há dois processos, mas duas faces de um mesmo mesmo processo” (Saffioti, 2015, p. 139). Faces que estão acopladas entre a raça e a classe social, e, portanto, partícipes do racismo institucionalizado.

Quando a hooks (2020) propõe um trabalho de conectar raça e classe, é pela via da prática antissexista, e sobretudo, sem dominação de mulher sobre outra mulher. A finalidade das pautas feministas que integram as mulheres negras, surgiu com o objetivo de inserção social com os mesmos direitos, e sobretudo, em vencer o método separatistas entre o feminino, em que não há necessidade entre gêneros um auto ódio, e diferente daquilo que os movimentos reformistas têm encontrado e intervindo, como meio para “obter igualdade social para as mulheres dentro da estrutura existente” (hooks, 2020, p. 69), o modelo elencando pelas políticas do feminismo negro, ansiava-se pela integração total do mundo feminino em meio as correntes sistemáticas do silenciamento e subserviência da mulher no universo social.

A questão trazida pela precursora do feminismo negro no Brasil, a Beatriz Nascimento, como assentado por Gonzalez (2020) buscou tramitar essas advertências no campo de integração entre as mulheres. Essas raízes existentes e separatistas, oriundas da escravidão, em grosso modo, deve-se fazer aparecer, para que a sociedade atual não se esqueça, que num julgamento contemporâneo sobre privilégios, não esqueça quem sempre teve e quem tivera que resistir, nesse jogo de poder contínuo. De outro lado, a tentativa de

quebrar essas evidências também resolveria o não acometimento de práticas. Pois a mulher negra, nunca foi uma mulher silenciosa, mas foi silenciada, subjugada, postas à servilidade e a sexualização de seus corpos.

Em retrato, vê-se na trilogia reguiana esses passos característicos de poder masculino, poder social dominante sobre as mulheres negras. O projeto literário de José Lins do Rego, propôs para a crítica moderna-contemporânea, peças alargadas do machismo, do racismo, do sexismo. Ainda mais, figurou as representações de extensão sobre a prática e como são absorvidas socialmente.

2.2 O feminino negro em José Lins do Rego: uma fotografia da mulher negra nos anos 1930

Na teoria de Brookshaw (1983) a questão do negro em José Lins do Rego é resultado do triunfo natural a que tanto o personagem Carlos de Melo pertencia, quanto ao próprio escritor. No tocante à inscrição dos estereótipos trazidos na narrativa contida na trilogia, o teórico acima diz que cabe uma interpretação de licenciosidade branca, pautada na troca de favores entre raças, percorridas, principalmente em *Menino de Engenho*.

A sugestão dada a essa licenciosidade por meio da crítica de Brookshaw (1983) é quando há a tentativa dos discursos elencadas por meio da troca de favores, ou insinuações de cordialidade racial, em que o narrador branco se sente liberto quando se encontra na companhia dos moleques pertencentes ao Santa Rosa. Ou ainda, quando o narrador tenta propor que a personagem negra Generosa é melhor do que a velha Sinhazinha, a senhora que comandava a casa-grande. A conclusão do teórico é que: “*Menino de Engenho* também retrata, portanto, o mecanismo da sociedade patriarcal e a maneira como a harmonia é mantida através da troca de favores entre o opressor e o oprimido” (Brookshaw, 1983, p. 121).

Percebe-se na citação acima que a recepção crítica norteia os comandos em que as formas de opressão de cunho patriarcal dominante contida na primeira obra de Lins do Rego repousam, entrega de modo categórico como são as facetas da dominação, no que concerne às alteridades engendradas pela escravização tanto quanto pela abolição no espaço rural açucareiro.

No texto de Brookshaw (1983) é possível abstrair que há uma insatisfação por essa temática trazida nos certames regionalistas de José Lins do Rego que tratam do ciclo açucareiro. Isto é, na visão do crítico, o pilar da escrita do escritor paraibano é uma espécie de deformação das teorias de Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, portanto, postulados que comportam um passado colonialista.

Rabassa (1965) emprega a sua crítica na tensão de que José Lins do Rego agiu como um socialista, e mais ainda como um reacionário porque escreveu não somente sobre si, mas uma literatura que, embora não represente em suas obras um passado que se deva repetir, instalou-se na arte da escrita com um efeito liberalista. Falou de si, da sociedade a qual fez parte, de um sistema que dominou e que sucumbiu, como visto em:

Já no romance *Menino de Engenho*, como se pode ver pelo o que diz o velho José Paulino, as coisas são muito diferentes do que tinham sido. Os negros nesses romances são os personagens mais importantes além da própria família do fazendeiro. Isso é inevitável, já que o sistema se caracterizava por apresentar uma família branca cercada por seus trabalhadores, dos quais a maioria era composta de negros. Tem-se a impressão de que Zé Lins cresceu paralelamente a seus romances. No primeiro livro há muito menos conjecturas sobre o futuro da terra do que nos últimos romances. Quando ele translada seu personagem principal de Carlos de Melo para Ricardo (*Na obra O Moleque Ricardo*), pode-se ver que ele não está satisfeito com as memórias do jovem membro de uma família antiga, mas quer também mostrar o outro lado da decadência, através dos olhos dos trabalhadores negros” [Sic] (Rabassa, 1965, p. 208) [grifos meus].

Os dois teóricos que trataram da questão da pessoa negra na literatura, e analisaram a escrita de Lins do Rego, têm visões diferentes sobre a produção reguiana no campo das representações raça-gênero-classe. Rabassa (1965) na citação acima, embora demonstre essas relações entre senhor e pessoa em situação escravista, de modo “amigável”, opina que esse trajeto entre a abolição e pós abolição, também fez com que o patriarcado vivenciasse a visão da pessoa negra, através de Ricardo, na obra *O Moleque Ricardo*. As obras elaboradas com propósitos da atividade açucareira, não tiveram somente a visão do menino pertencente à casa-grande. Entretanto, a narrativa não é em primeira pessoa, sendo assim, a voz de Ricardo é também secundarizada.

À vista disso, pode-se inferir que, em se tratando da trilogia, José Lins do Rego através de Carlos de Melo teve a licença do discurso sob a ótica da sociedade patriarcal, enquanto que, na obra seguinte, entre um narrador em terceira pessoa e o personagem Ricardo, o protagonista, em *O Moleque Ricardo* publicada em 1935, tratam sobre as questões relacionadas ao negro que transgrediu e fugiu do poder do senhor de engenho e ir buscar melhorias de vida, no propósito entre a realidade rural sofrida e o vislumbre da possibilidade de melhores condições no espaço urbano.

O lapso de tempo entre *Doidinho* e *Banguê* converge exatamente com o tempo em que está contido em *O Moleque Ricardo*, vez que na narrativa, o narrador cita Carlos de Melo estudando na Universidade de Recife. O narrador insere essa informação da seguinte maneira:

O Moleque Ricardo pouco se interessando pouco se interessando por tudo isto. Somente quando Florêncio falou dos estudantes que assinaram um escrito contra o dr. Pestana e que um deles era um tal Carlos de Melo, da Paraíba, foi que o negro chamou o companheiro para contar a história:

— Eu conheço este rapaz. Ele é lá do engenho donde eu vim.

— Gente do engenho só pode ser contra nós — respondeu Florêncio.

O moleque ficou pensando. Carlinhos era contra eles. Lembrou-se então do companheiro. De todos os meninos brancos do engenho era o melhor, o que brincava mais com os pretos. Vivia o dia na casa deles. Mãe Avelina falava da mãe de Carlinhos com saudade:

— Moça boa era dona Clarisse.

E quando o branco adoecia, ele ia para o quarto fazer companhia. Parecia mais um amigo do que um senhor. Por isto Ricardo se espantou. Por mais de uma vez ele vira Carlinho em Recife, mas se escondia dele. Não era que tivesse medo, mas uma espécie de vergonha de falar com o povo do Santa Rosa. Em uma ocasião, porém, não pôde evitar. Estava na estação da rua da Aurora quando viu foi uma pessoa batendo no seu ombro. Virou-se e era Carlinhos [Sic] (Rego, 2022, p. 79).

No agrupamento de informações citadas acima, sobre Ricardo e Carlos de Melo, o narrador de *O Moleque Ricardo*, acentua-se nas teorias tratadas pelos dois teóricos, e que de fato, há a licenciosidade, mas também há a partida do personagem Ricardo em quebrar a linha de subserviência contínua no Santa Rosa, mesmo que na cidade, não alcançou os êxitos pretendidos, e que restou a ida à “Noronha”, lugar em que significava a prisão.

A ida de Ricardo do Santa Rosa causou uma instabilidade na rotina de seu senhor, pois, o menino que estava sempre às suas ordens, fugiu sem amarras ou nenhuma sensação de “gratidão” por permanecer no engenho, ou por ter a mãe dentro dos átrios do engenho do velho José Paulino. O peso contido no personagem pairava no assombro marcado pela saudade da mãe e dos irmãos. A consciência da falta consistiu na fuga e falha com que buscou suprir a família.

A imagem da mãe Avelina estava fincada naquela situação de pobreza extrema, sem sequer uma cama adequada, naquela vida de ter muitos homens, de cozinha da casa-grande, mas também na mulher que resistia, que mandou o filho para escola em Pilar. O maior orgulho de Ricardo, foi ter aprendido a ler, e encarava isso como privilégio que um negro usufruía como um branco.

Para a casa-grande Ricardo foi uma espécie de representação de “negro fiel” conforme Brookshaw (1983) retratou em seu livro “Raça e cor na literatura brasileira”, e de fato, o narrador disserta explicitamente essa definição: “Na casa-grande também sentiram a ausência, mas de outro jeito: — Negro fiel. Podia se fazer um mandado por ele sem susto. Fazia tudo depressa e com vontade” (Rego, 2022, p. 22).

Assim, no centro das representações, a literatura reguiana demonstra as duas faces dessa sociedade contida no período pós abolição entre os que se intitulavam sujeitos do poder, e os objetificados. Mesmo em se tratando de um personagem masculino, é presente também

as insinuações de personagens femininas negras em **O moleque Ricardo**, marcadas pelas lembranças das pertencentes ao Santa Rosa, bem como das pertencentes à cidade de Recife, espaço de **O Moleque Ricardo**. Como destaque é a personagem Guiomar, a paixão de Ricardo, que durou poucos dias em razão do suicídio da moça por ter sido levada da cidade ao engenho a qual pertencia contra a sua vontade.

A memória do personagem revelada pelo narrador onisciente tem uma funcionalidade social que paira sobre a linha do deslocamento entre a reflexão e o vivido, entre a permanência e a resistência. As mulheres trazidas na obra **O Moleque Ricardo**, em especial a mãe Avelina e Galdina, a personagem chamada de vovó, por todos do Santa Rosa, Ecléa Bosi (1979) em *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos* discriminou a ideia de que “Não há uma evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair de suas determinações atuais” (Bosi, 1979, p. 39). A constatação de mulheres que envelheciam naquele espaço sem perspectivas de melhorias, em tese, foi a gênese da decisão da fuga daquela realidade. Aquelas figuras femininas, representavam, um futuro idêntico na velhice igual a todos que não reagiu a tais situações.

Percebe-se, portanto, a despeito dessas proposições contidas na literatura reguiana o espaço para definir os diversos retratos que as personagens femininas são evidenciadas, seja no âmbito da memória da pessoa negra ou do personagem protagonista das obras corpus deste trabalho. A afinidade entre as obras da trilogia de José Lins do Rego com o pacto memorialista e histórico-social, embora exalte a figura masculina na criação do personagem, especialmente em decorrência de marcas pessoais vivenciadas no engenho Santa Rosa, as construções desses fatos narrados nessas obras, constituem o que se chama de confluência histórico-social entre ficção e literatura.

O narrador Carlos de Melo, através de seu discurso em *Menino de Engenho*, ao se denominar uma criança na orfandade, dissemina não somente a falta da mãe como a maior melancolia sofrida, como também a carga das mudanças comportamentais adquiridas no novo *habitat*. Os tributos de seus amores antecipados, despendidos nos discursos presentes ao inferir fatos de concupiscências sexuais com figuras femininas negras, são chaves para a formação da personalidade introspectiva do personagem no trânsito da criança ao adulto Carlos de Melo.

Luciano Trigo (2002) dissertou que “Carlinhos vê-se preso de uma escravidão às avessas: sexualmente dependente de Luísa ele se entrega de bom grado a esta provisória inversão de papéis sociais. A sensualidade da negra atenua e vira de cabeça para baixo a relação de hierarquia social com o menino de engenho (Trigo, 2002, p. 171). Essa constatação

do estudioso da literatura de José Lins do Rego, estão contidos os estereotipados em relação às mulheres negras as quais é atribuído a causa dessa sexualização do personagem ainda na infância, o que coloca esse patriarcado como vítima, sendo ele o algoz de toda essa situação. A exploração sexual de corpos femininos pretos desde a escravidão em que filhos, netos e demais descendentes dos senhores usavam as escravas e mucamas para a iniciação sexual, sob comando de uma cultura de poder dominante, funcionava como uma linha natural entre o branco e a mulher negra.

Os objetos reguianos sobre a figura feminina preta do olhar patriarcal recai nesse passaporte histórico-social de uma realidade local em decadência. A linearidade temporal percorrida na trilogia protagonizada na memória de Carlos de Melo marca essa transição causal do patriarcado que se choca com o próprio devaneio de dominação, explicitada do auge até a sucumbência de um poder engolido pelas mudanças correntes históricas, sociais, econômicas e comportamentais.

Nos tributos de análises críticas escritas por José Lins do Rego, Gilberto Freyre (2015) em **Interpretação do Brasil** relata que o paraibano foi, assim como Jorge Amado, “vigoroso mestre da caricatura e da sátira da espécie em que homens simples podem compreender” (Freyre, 2015, p. 190). Isso porque, na visão do sociólogo, Lins do Rego tinha em mãos matérias próprias de seu objeto, porque assim como seus personagens na literatura de suas primeiras obras, sabia o que movia os engenhos, o poder dos grandes, e com isso, ele tinha todo o poder de deformar e escrever a realidade.

Sobre essa tratativa, é visivelmente identificado esse brincar do autor na memória de Carlos de Melo ao discorrer sobre a existência de uma senzala, que embora já ocorrida a lei da abolição da escravatura, negras ainda permaneciam no engenho do avô, instaladas na mesma estrutura de quando escravizadas, conforme declarado em:

RESTAVA AINDA A SENZALA dos tempos de cativo. Uns vinte quartos com o mesmo alpendre na frente. As negras do meu avô, mesmo depois da abolição, ficaram todas no engenho, não deixaram a rua, como elas chamavam a senzala. Conheci umas quatro: Maria Gorda, Generosa, Galdina e Romana. O meu avô continuava a dar-lhes de comer e vestir. E elas trabalhavam de graça, com a mesma alegria da escravidão [Sic] (Rego, 2012, 75-76).

Essas são algumas das personagens remanescentes da escravidão, eram senhoras idosas que escolheram permanecer sob o domínio de seu dono, vez que não tinham condições além de suas liberdades ceifadas pela idade, sem ganhos mínimos de possibilidades de continuar a vida fora daquele espaço e assim continuaram numa escravidão eterna permitida. Ecléa Bosi (1979) em **Lembranças de Velhos** define esse aspecto como uma “memória-

hábito”, o qual consiste, sucintamente, “pelo esforço da atenção e pela repetição de gestos ou palavras” (Bosi, 1979, p. 11).

O destaque sobre esse excerto é a evidência das lacunas que a Lei Áurea possibilitou nesse processo falho de desescravização servil da mulher negra o qual cerceou a sua liberdade em sua plenitude, possibilitando a atual gratidão aos seus patrões em troca do mínimo para a sobrevivência enquanto as suas forças são eliminadas nas cozinhas dos grandes senhores, atuando nessa imagem de servilidade marcada pelo hábito da subserviência.

As primeiras experiências de trabalho livre após senzala experimentados pelos escravos, Emília Viotti da Costa (1982) em *Da senzala à colônia*, relatou que após a abolição, o Nordeste foi o estado que mais forneceu mão-de-obra escrava a outros estados. Pois a noção de trabalho assalariado, forneceu uma ideia de liberdade, quando na verdade essa transição exerceu outro tipo de escravidão. Pois mesmo antes da abolição no meio rural a prática do serviço assalariado, já era realidade no meio urbano.

Àqueles que permaneciam nas terras de seus senhores após a Lei, segundo Emília Costa (1982), continuavam separadas, social e culturalmente antagônicas: “Quer do ponto de vista legal, quer do ponto de vista político, o contraste entre as duas camadas sociais era completo. Todas as garantias sociais desfrutadas pela camada dominante não se aplicavam à camada servil. A lei consagrava o sistema escravista: a espoliação de um grupo pelo outro” (Costa, 1982, p. 270). Consubstancia-se, portanto, segundo a teórica, que o contingente social da abolição não inferiu uma ordem de igualdade, mas de separação de grupos.

Desse modo as vertentes tratadas pelos abolicionistas instaurados na literatura, do mencionado Brookshaw (1983) sobre a historização do negro da literatura, retratou essas divisões raciais, do branco no lugar de sujeito, e do negro, do objeto. Nesse sentido, as sombras do racismo suscitados por Carlos de Melo em *Menino de Engenho*, é imprescindível destacar que se trata de um discurso de quem ouve e reproduz, já que o enredo é narrado sob a visão de uma criança - adolescente, ou seja, inteiramente com cunho determinista-social. Sob o olhar de uma realidade local, o brincar do narrador de Rego exprime uma literatura que interpreta vigorosamente a visão do masculino branco de classe social superior a uma mulher preta pobre.

Nas palavras do narrador a denúncia sobre o patriarcado sexista repetidamente reitera uma crítica de que ainda se fazia necessário falar a respeito de problemas do sexo entre homem branco e mulher preta. “– Aquela ali já foi passada. Quem manda nela agora é o Dr. Juca. E eu ia sabendo que o meu tio Juca tinha mulatas em quem mandava” (Rego, 2012, p. 56). O discurso do protagonista entrega uma hierarquia simbólica de poder sexista do

masculino à mulher negra. O verbo mandar em si, é determinante na estrutura dominante de modo a instaurar uma verticalidade instintiva ligada ao gênero e à raça, no rito de coisificação do corpo da mulher negra. Nitidamente concerne na teoria de Lélia Gonzalez (2020) que o milagre do amor não chegou à mulher negra.

Na narrativa de **Menino de Engenho**, os domínios de grandes proprietários de terras no Nordeste com perfil ligado à exploração da mulher negra do passado escravagista, refaz todo um caminho na literatura para se atentar. No quesito sobre a liberdade, aquela que ensinou a alforria, de modo explícito acentuou-se, de outro modo, ou melhor, continuou de modo ensurdecador, a objetificação das mulheres negras. A deterioração semântica da representação de figuras femininas distribuiu esse estereótipo colonialista e que culmina na sociedade atual numa prática por omissão.

A construção moderna literária que se ensaiou no Movimento Modernista da primeira geração, provocou uma inquietação em escritores que não acendiam uma reflexão voltada às massas do Brasil. Pois, a literatura urbana, a qual a burguesia brasileira se repetia não sustentou uma identidade real brasileira, e que o surgimento do movimento o qual sustentou essa verossimilhança, foi a partir dos escritores regionalistas da segunda geração do Modernismo. Escritores nordestinos deformaram uma realidade em diversas matérias invisibilizadas na sociedade. Não interessando o lugar de fala, mas o conteúdo trazido para provocar um choque real, característico do Brasil em construção.

O choque moderno que se dizia combater essas formas literais que hora e outra ameaçavam o criar ficcional, requereu uma audácia muito superior além de versos livres, ou temáticas na prosa que retrata somente a vida dos nobres. Enquanto função literária não abrangia situações próprias da população brasileira no que diz respeito de figuras que sustentavam a vida nostálgica das elites. Neste contexto, surgem as pontuações cabíveis entre sociologia e a literatura, a literatura desnudada da inferiorização do estilo europeu, contendo autenticamente uma cultura própria a partir de suas íntimas problemáticas que mereciam destaques, entre versos e prosas ao estilo brasileiro.

Alfredo Bosi (2002) chama atenção ao íntimo cuidado que o Antonio Candido (2014) nega que “o ângulo sociológico” possa ser “imposto como critério único, ou mesmo preferencial, pois a importância de cada fator depende do caso a ser analisado” (Bosi, 2002, p.49). Sob essa perspectiva é notável nas palavras de Bosi (2002) a ressalva sobre a relativização de uma “tese que a leitura determinista propõe como critério absoluto, ou seja, a tese de que a composição imanente na obra obriga obrigatoriamente a estrutura suposta ou atribuída da sociedade em que foi escrita” (Bosi, 2002, p.49). Nesse sentido, identificar traços

literários que versam sobre problemas da sociedade, na concepção do crítico é, portanto, evidenciar um passado histórico que restou, porque somente o que ficou serve ao presente e ao estatuto de consciência histórica, porque é a consciência do presente.

Enquanto escritor, José Lins do Rego ateu-se a memórias presentes do patriarcado que ainda verberava em dado momento, o domínio no nordeste brasileiro, que nessa verificação da realidade concedeu em seus romances o entrelaço de um passado em contato com o presente moderno, intrinsecamente, ignorados pelos planos do modernismo já suscitados da primeira geração. E aliado ao campo da liberdade romancista dispõe-se entre o real e o imaginário, que na concepção de Bosi (2002), “o narrador cria, segundo o seu desejo, representações do bem, representações do mal ou representações ambivalentes” (Bosi, 2002, p. 121).

O traslado entre romancista e narrador movimenta, para Bosi (2002), a conquista para uma verdade da expressão, que ora resigna nas potências de múltiplas vozes e garante a resistência daquilo que a ideologia dominante evita no fazer literário. O crítico ainda adverte, cuidado para não exigir um patrulhamento ideológico do autor-obra, para que não julguem os escritos no viés condenador e ultra-ideologizante. Identificar aquilo que o narrador propõe na narrativa, é, portanto, proporcionar que o leitor possa acompanhar coletiva ou individualmente cada personagem, inclusive, o narrador em primeira pessoa.

Em resumo, Alfredo Bosi (2002) evidencia que o romance e o tratamento com os valores para a teoria e crítica literária, deve-se ir além de ideologias, e por conseguinte, visar que a literatura serve às diversas faces da sociedade, às vezes agradáveis, às vezes não é, por isso, julgamentos do presente não são capazes de ressuscitar escritores falecidos para pedidos de desculpas a favor de valores progressistas, ou liberais-conservadores. A literatura é um retrato da sociedade, seja qual for o tempo, a história, a ideologia.

Retomando a questão da mulher negra na literatura de Lins do Rego, percebe-se que, como voz do dominante, Carlos de Melo, segue uma linha visível sobre os estereótipos, desde a subserviência servil à condição dada às mulheres quanto ao racismo-sexista presente na consciência rural. O Santa Rosa, em **Menino de Engenho**, o internato em **Doidinho**, e novamente o Santa Rosa, em **Banguê**, são espaços que representam a classificação de poderes, entre o senhor e seus escravos, entre o diretor e os internados, e no perfil de um senhor que já sofreu a força dominante sobre a sua liberdade.

Carlos de Melo, vivenciou uma sensação de prisioneiro, quando se encontrou interno no tempo de colegial, e ainda assim, ateu-se a seus privilégios de um pertencente à casa-grande, e assim como os seus, usou-se de poder de modo sexista e racistas, distribuindo as

práticas que disseminam a opressão sobre as mulheres negras desses espaços. A proposta do protagonista na perspectiva adulta, é de uma figura ciente dessas questões de opressão. Pois, ainda na convicção de que o Santa Rosa é o mundo, perdeu-se naquela tradição que não quebrou todas as correntes de servilidade.

A fase adulta de um bacharel em Direito, que vivenciou movimentos de operários em Recife, como relatado na obra **O Moleque Ricardo**, mesmo que demonstrou não dispor da mesma consciência tranquila de antes num aspecto determinista, acabou entregando a mesma prática nas ruas de Recife quando relata o recebimento de Laura, uma mulher a qual teve relações íntimas, quando há a seguinte expressão na carta: “A tua negra Rosália casou-se. Está aí o amor dela e tu com a cabeça inchada por aquela quenga” (Rego, 2022, p. 63).

Entre processos equívocos, algumas demonstrações de horror percebidas quando analisa a vivência de Josefa, a criança escravizada de Sinhazinha, são expostas, ao mesmo tempo que exhibe a herança do patriarcado e de práticas antigas quando se serve sexualmente de Maria Chica. Assim, é repetida toda a vivência de exploração sexual do corpo feminino na casa-grande. Maria Pia, uma mulher negra, que trabalhava nas alcovas da casa do velho Zé Paulino, enquanto recolhia os lençóis para a lavagem, nesses mesmos, enrolava-se com Carlos de Melo.

Entretanto, numa linha psicológica, José Lins do Rego demonstra em *Banguê* por meio da personagem Maria Alice, a evolução desse perfil feminino que se incomoda também com os presentes aspectos de exploração no engenho e propõe uma reforma digna naquele espaço. Maria Alice, uma mulher branca, é a primeira voz veio a discordar das formas de poder, segundo o narrador, naquela ocasião, demonstrava uma forma de subverter o mundo. Talvez seja essa a figura que mais provocou inquietação sobre a crise existencial ao qual ele não conseguiu comandar o engenho sob o mesmo crivo do avô: “E dizia comigo mesmo que era um egoísta de marca. Só em imaginar um nível de vida mais elevado para os meus semelhantes, ridiculariza-os daquele jeito” (REGO, 2021, p. 106).

O que era visto ali por Maria Alice era um povo livre, mas escravo subserviente ao patrão por dívidas, num estilo encarceramento da mão de obra escrava, e nesse tributo de servidão contínua, não era somente as mãos trabalhadoras de homens que ainda continuavam sendo explorados, mas também a efetiva ação de mulheres negras livres que permaneciam dispendo atividades nas cozinhas do senhor em troca de alimentos, e que, repetidamente, eram alvos da exploração sexual.

Nesse caso, entre a mulher branca e as negras que permaneciam ali, não havia uma hierarquia de poder direta, mas ao analisar a representação entre estes corpos, no corpus do

masculino percebe-se exatidão do sistema racista e machista: Maria Alice, é a única mulher quem ganhou um capítulo na narrativa da trilogia, mesmo sendo uma mulher casada, que quebrava aquela estrutura da mulher angelical, moralista, enquanto, Maria Chica a mãe do filho dele, era silenciada em razão da maternidade, em razão da supremacia branca, do bem estar do branco.

A construção de mulheres que representam anjos e demônios, na primeira e segunda obra, as brancas em maioria receberam o prenome de Maria, o que remete à mulher santa virgem. Exceto Maria Pia em **Menino de Engenho**, e Maria Chica em **Banguê**. Ambas mulheres mães, que por alguma razão, receberam também essa nomenclatura, talvez por se tratar de uma benéfica semantização do praticado do homem branco sobre estes corpos.

As que representavam o amor, foram Maria Clara, em **Menino de Engenho**, Maria Luísa em **Doidinho** e Maria Alice em **Banguê**, formando também uma tríade, as três Marias, assim como, nominou as três personagens demônios: Zefa Cajá, Luísa e Paula. O fato maternal de Maria Chica, colocou-a noutro lugar: da auto- absolvição do homem branco em razão de sua opressão dupla: da negação - da mulher a qual se deitava, e do filho que teve com ela.

São postos em variadas proposições a instalação de poder sobre o feminino. A figura de Maria Alice nesta obra, também retrata como a sociedade absorvia os mínimos passos conquistados pela mulher branca, ao mesmo tempo que reforçava o pagamento da mulher negra. Carlos de Melo, evidenciou bem como a recepção feminina que estava latente logo após a escravidão, em que as mulheres não são apenas silenciadas, pelo contrário, eram silenciadas.

De modo mais ensurdecador é como as manifestações racistas e sexistas se perpetuaram de modo a integrar na linguagem, termos que desvirtuam o significado de origem da mulher negra. A condição atribuída a estes corpos é vista como instrumentos regidos de aplicação de força contínua. A literatura reguiana no trânsito da escravidão, entre contexto da obra e vivência real de um período, resgatou na literatura moderna os campos de significações que relacionavam os corpos das mulheres negras no espaço rural açucareira.

3 IMAGENS DAS MULHERES NEGRAS NOS ROMANCES DO CICLO DA CANA DE AÇÚCAR

A trilogia de José Lins do Rego explicita a questão da mulher preta mediante o contexto pós escravidão, em que na análise dessas personagens, é possível permitir a constatação de que esses corpos são silenciados, subalternos, corrompidos. Inseridas essas visões por meio do narrador protagonista Carlos de Melo, fica palpável identificar quais aspectos definem os corpos sujeitos e objetificados.

Tendo em vista essa matéria entre dominantes e dominados, demonstrada por uma estrutura que relaciona formas de exploração, permite a investigação literária do ponto de vista do feminismo negro e dos quesitos sociológicos com afincos em relacionar práticas do século XIX com as correntes deste século. Nessa senda os objetivos pairam nessa zona assimétrica quanto às diferenças sociais, com respaldos sobre questões de gênero, raça e classe.

Acerca das questões de gênero as quais focam na diferenciação e reavaliação dos espaços em que os corpos femininos ocupam nas obras *Menino de Engenho*, *Doidinho e Banguê*, bem como, das representações que os corpos de mulheres pretas remanescentes da escravidão são evidenciados, as reflexões por meio da análise literária despendem uma multiplicidade de vozes, que alocadas na literatura, dizem respeito também à uma realidade transcrita na ficção, pautados nesses rastros de memória história e social.

Mikhail Bakhtin (2011) em *A estética da criação verbal*, afirma sobre as concepções de criação de uma obra literária, como posto em:

A atualidade mantém o seu significado imenso e em muitos sentidos decisivo. A análise científica pode partir apenas dela e em seu subsequente desenvolvimento deve verificar-se nela. Como já dissemos, uma obra de literatura se revela antes de tudo na unidade diferenciada da cultura da época de sua criação, mas não pode fechá-la nessa época: sua plenitude só se revela no *grande tempo* (Bakhtin, 2011, p. 364).

Na perspectiva de Bakhtin (2011) sobre as representações de uma época na literatura que tendem a salientar elementos contínuos, ou seja, na atualidade emprega os objetos e problemas retratados na ficção literária como método de deixar e permanecer a obra viva. Além disso, os parâmetros culturais de uma época não são, portanto, meros dispositivos de regras sequenciais, mas de retomadas que traduzem como são constituídas no decorrer do tempo, bem como suas evoluções.

Nessa concepção, os estudos voltados para o diálogo entre literatura e história, ficção e realidade, em que nesses diálogos cabem as representações da feminilidade, carecem de um alcance tendo em vista o progresso cultural e científico. José Lins do Rego, empregou na sua construção literária mais do que imagens do engenho Santa Rosa. Do ponto de vista psicológico, empregou uma coletiva idealização de sociedade, em que no ciclo da cana-de-açúcar, em seu auge, trouxe riqueza, mas também exploração; e a sua decadência, a ruína de uma estrutura patriarcal, mas sensação de prestação de contas pelas opressões de senhores dos engenhos.

O estatuto literário dissemina a noção realística em meio à linguagem subjetiva e se emancipa como atividade mediadora que postula a lógica da criação e apresentação do mundo em movimento, em seus múltiplos elementos que fazem parte do físico e do psicológico humano. Deste modo, a literatura assimila e assinala objetos que compreendem a realidade e as pulsões por eles revelados, objetivando elevar o sujeito da interpretação.

As características que estão alocadas na base da crítica feminista sustentada por questões sociais que teceram o poder masculino, inclusive dentro da criação literária, reverberam a necessidade de crítica voltada aos diferentes modos de inserção de fatores que marginalizam a mulher enquanto sujeito. Por isso, afirma-se que, a rigor, o que debruça o olhar sobre o feminino é modulado aos parâmetros do patriarcalismo, o que Maria Marta Furlanetto (1994) sugere:

Não se pode perder de vista a dimensão social do fenômeno. Aqui se incorpora a relação de poder, aparecendo a dominação como atributo do sujeito homem. São as instituições sociais, assim legitimadas, que, sustentadas pela crença, estabelecem símbolos de poder em todos os níveis. A relação humana/social é simbólica/imaginária, funcionando através de representações *conferidas* /aceitas, que são da ordem do ideológico (Furlanetto, 1994, p.69).

Neste assunto, a estudiosa acima demonstra os deslocamentos em que ancoram as formas e se deixam transparecer a problemática quanto às relações de gênero. A imagem da mulher confere, nesse ímpeto, uma fusão do simbólico reprimido. Os níveis que sustentam a força masculina, além do gênero em si, incorporam outras questões, que, para este trabalho, acrescido à questão de gênero, são evidenciados nas questões diferenciais de raça-classe.

O capítulo está dividido em três partes: o primeiro intitulado **de mulheres negras em Menino de Engenho: entre silêncios e subalternidade** trata de questões diversas do machismo e racismo nutridos sobre o corpo das personagens na primeira obra de José Lins do Rego. Basicamente, descrito da seguinte forma:

Quadro 01: Mulheres negras em *Menino de Engenho*

PERSONAGEM	VISÃO DO NARRADOR- OBRA	A CRÍTICA PELA OBRA
MARIA PIA	Abuso sexual	Deslocamento de culpa, objetificação da mulher negra.
FRANCICA	A voz do masculino que cria e recria o discurso machista.	Sexualização e objetificação sexual.
ROMANA E FRANÇA	Vozes silenciadas, sem nenhum destaque.	Apagamento, mudez da mulher, peças de servidão da casa-grande.
GALDINA	A tia, a vó, ama-de-leite, figura materna.	O estereótipo de <i>mammys</i> .
GENEROSA	A serviçal doméstica.	A mulher grata a seu senhor.
MARIA GORDA	Figura aterrorizante, feia.	Espectro de deteriorização do corpo da mulher negra.
VELHA TONHA	A voz que hibridiza, entoia arte e denuncia.	A hibridização.
ZEFA CAJÁ E LUÍSA	A prostituta (mundana) comparsas, os demônios negros, a perdição.	As imagens de figuras que corrompem os meninos brancos.

Fonte: Autoria própria, 2023.

O segundo com título **Mulheres negras em Doidinho: retalhos de memórias das representações de Paula, Francisca e outras mulheres**, aborda, por meio da memória do narrador, as articulações exercidas de domínio e, por meio delas, sustentam a feitura de outras práticas no internato: da memória ao real, remontado da seguinte maneira:

Quadro 02: Mulheres negras em *Doidinho*

PERSONAGENS	LEITURA CRÍTICA
PAULA	Representa a permissividade legitimava o poder da força brutal sobre o corpo da mulher preta, na escravidão x pós escravidão: a repetição é normalizada e negada.
FRANCISCA	A representação da mulher que faz a inserção da realidade desejada por muitas pessoas escravizadas, a da justiça e a da reparação por danos sociais, físicos e psicológicos que a sociedade dominante havia por séculos causado.

Fonte: Autoria própria, 2023.

Por último, o terceiro versa sobre **Mulheres negras em Banguê: corpos corrompidos**, o qual traz a imagem quanto ao corpo da mulher preta nesta obra, e quais modos são corrompidos e por quais sujeitos, descrito, assim:

Quadro 03: Mulheres negras em *Banguê*

PERSONAGEM	VISÃO DO NARRADOR	CRÍTICA
JOSEFA	- A menina criada como a escrava da velha Sinhazinha: “Ela criava sempre uma negrinha, que dormia aos pés de sua cama, para judiar, para satisfazer os seus prazeres brutais” (Rego, 2012, p. 36). REPRESENTAÇÃO: Forças de dominação de uma mulher sobre a outra.	O sistema escravista definia o povo negro como propriedade” (Davis, 2016, p. 17). PATRÍCIA COLLINS (2019): transversalidade de grupos, batalha entre gêneros, a mulher branca foi penalizada pelo gênero, mas privilegiada por razão de raça e cidadania. MICHELE PERROT (2022): poder sobre o outro.
MARIA CHICA	A mulher com quem tivera um filho;	- O sexismo e a sexualização do corpo da mulher preta: “o engendramento da mulata e da doméstica se fez a partir da figura da mucama” (Gonzalez, 2020, p. 82). - A “liberdade” não permitida no corpo da mulher.

		• A representação da visão exótica e erótica do corpo da mulher negra aos olhos dos brancos.
--	--	--

Fonte: Autoria própria, 2023.

Ademais, essas visões dispostas pelo narrador na trilogia incorporam, também, do ponto de vista linguístico, mais especificamente da análise do discurso, as construções e variações do *ethos*, por meio das imagens de si nos discursos, entre o *ethos* do narrador-protagonista e de personagens secundárias, assim como, discorre a teoria de Maingueneau Dominique (2020). Esse método de análise encarna as convicções de representações descritas pelo narrador da trilogia reguiana. por meio do: “corpo e a fala, o texto e contexto, a linguagem e a ação, o singular e o coletivo” (Dominique, 2020, p. 168). Assim as figuras aqui analisadas, por meio dessas construções, revelam uma retórica que conserva dispositivos e alteridades, definem as proposições implícitas e explícitas.

Essa conjuntura concilia o signo e a interpretação, e rende à crítica literária, um conjunto de discursos que redigem as personalidades dos personagens construídos pelo seu criador como parte de um mundo situado no tempo, cultura e, que historicamente, emprestam enunciados, parte de uma estrutura que dimensiona e emerge um *ethos* pessoal de sobreposição entre um indivíduo e outro.

Na análise do *ethos* nas primeiras obras do paraibano, faz necessário frisar que vigorou a crítica entre o *ethos* neutro, por valorizar a sincronização das ideias marcadas pela sociedade do nordestino no século XIX, como elemento de representação e identidade, mas principalmente, no confronto com teorias que rebatem as estruturas de dominação, no mundo contemporâneo, criou-se um *ethos* que convence pelo discurso, outra ideia, visão sobre os corpos da mulher negra, além desses discursos contidos nos romances de José Lins do Rego.

3.1 Corpos de mulheres negras em Menino de Engenho: entre silêncios e subalternidade

No romance *Menino de Engenho* são precisos os discursos estereotipados sobre as mulheres pretas que circundam o espaço da narrativa. O engenho Santa Rosa, situado na Paraíba, estado do Nordeste, é onde acontecem os artefatos literários percorridos pelo narrador

Carlos de Melo que, num viés social patriarcal, deixa evidentes impressões e ações sobre como, no contexto da cana-de-açúcar, eram dados os tratamentos às figuras femininas pretas.

Primeiramente, sobre essa temática, convém salientar que será discorrida sob os pressupostos da teoria e crítica literária, bem como, de concepções que versam sobre o feminismo negro, em que contextualizam e dispõem sobre as prerrogativas que simulam o silenciamento e a subalternidade trazida pelo narrador acerca das personagens femininas remanescentes da escravidão dentro da obra em análise.

Por silenciamento entende-se na visão de Orlandi (2007) o silêncio como o real do discurso. Nessa perspectiva do linguista tudo tem de fazer sentido, pois o homem está ligado diretamente ao simbólico, até porque ultrapassa o limite da linguagem verbal e não verbal. Esse silenciamento disposto por Orlandi (2007) liga diretamente às diversas significações que este signo propaga. É precisa essa conceituação ao objeto trazido nesse estudo porque assim são dispostas as formas que silenciam determinadas personagens femininas pretas no romance *Menino de Engenho*.

Nesse contexto, a psicanálise já diagnosticou que as formas de silêncio causam traumas humanos e se aloca no inconsciente por meio do recalque, uma cadeia de ideias que são comprimidas e condensadas, e Freud (2022), colocou a inibição no mesmo pacote do sintoma. As proposições de silenciamento, possibilitaram ao pai da psicanálise desenvolver formas de hipnose a fim de que fossem reveladas no seu processo clínico terapêutico essas nuances de silêncios. Desse modo, as representações de silenciamento presentes na literatura revelam como se dão os comportamentos humanos em seus mais complexos contextos, que são objetos concretos da psicanálise no processo clínico-terapêutico.

De modo simbólico, a conjuntura entre a subjetividade literária e a perspectiva psicanalítica repousam nas motivações que provocam, por meio do silenciamento, a submissão, que no caso das narrativas deste objeto, são evidenciadas voluntária e, por vezes, involuntariamente. O triunfo de silenciamento dosa a distância entre gêneros, raça e classe, e minam “um misto de fascinação e medo, sedução e angústia” (Duarte, 2014, p. 133). O estudioso ainda diz que tanto o nada quanto o silêncio parecem ser duas negações absolutas.

Quanto ao termo de submissão, Raissa Cavalcante (1993) em *O casamento do sol com a lua: uma visão simbólica do masculino e do feminino*, diz que “é uma qualidade que subentende o uso do poder e do domínio de alguém sobre o outro” (Cavalcanti, 1993, p. 90). Nesse sentido, quanto a relação de poder sobre o outro, pode-se constatar, que em relação ao gênero, Cavalcanti (1993) a mulher foi imposta nessa condição de submissa dentro das linhas

culturais em conveniência com um sistema social que nutre esse caráter de inferioridade da mulher.

Também sobre a subalternidade diz respeito ao agenciamento de uma consciência de poder “orquestrado, vasto e heterogêneo” como propõe Spivak (2010, p. 76). Quando a teórica indaga sobre se o subalterno pode falar, faz um compilado de especificações sobre quais subalternos se fala, ou ainda quem os põe nessa condição: “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (Spivak, 2010, p. 85). Assim, se percebe que o curso do poder que dita os sujeitos privilegiados é posto em evidência, enquanto aqueles às margens dessas estruturas, seguem alinhados à mordaca simbólica, em que a dominação masculina, está além da diferença entre sexo.

No contexto atual Spivak (2010) trata da problemática que o feminino enquanto sujeito subalternizado enfrenta, principalmente quando esses corpos são de cor preta, pois diz que nessa condição, a mulher preta está implicada de três maneiras. É pertinente essa propositura não somente a grotesca realidade vivenciada na sociedade, mas também quando são revelados por meio da literatura ao longo do tempo.

A submissão da mulher preta no contexto da cana-de-açúcar, revelada pelo narrador de José Lins do Rego, se dava de variadas formas, desde as explícitas às veladas, e isso é um recorte dominante da sociedade branca e de classe social elevada que, estruturada, sustentava culturalmente, a camaradagem do machismo e do racismo. A submissão é vista na obra a partir de elementos que ponderam os espaços que tais mulheres estão alocadas, bem como, na cozinha da casa-grande, lares em torno do engenho, permanência na senzala, mesmo depois da abolição, e também pelas atividades desempenhadas a favor da casa grande, tais como, o serviço de doméstica, lavadeira, cozinheira. Além, de sua condição enquanto mulher, que era colocada à mercê dos desejos sexuais dos seus senhores, em busca de subsistência, ou ainda das que são postas em eternas dívidas de gratidão ao seu senhor, ao velho José Paulino.

Pelas predefinições sobre essas vertigens dominantes que ora são confundidas com atitudes de solidariedade, bondade, Carlinhos, coloca o avô como uma pessoa digna de todo o respeito por seus desiguais. Isso remete aos atos de microcósmicos literários e atos simbólicos depositados na teoria de Pierre Bourdieu (1996), de tal modo que, se institui de modos diversos.

Na obra em estudo, como *corpus* investigativo, serão abordadas as permissões literárias que a crítica requer sobre o que versa o texto literário. Neste sentido, alinhando-se à problemática encontrada, no âmbito do silenciamento de personagens femininas pretas que

são apresentadas como figuras subalternas, sem perspectivas; recai sobre a função da literatura defendida por Fábio Durão (2020), que defende o existir da crítica literária porque há uma função social.

Para Antonio Candido (2014) “a função social comporta o papel que a obra desempenha no estabelecimento de relações sociais, na satisfação de necessidades espirituais e materiais, na manutenção ou mudança de uma certa ordem na sociedade” (Candido, 2014, 54). Dentro do objeto de estudo, essa função social, será abordada sob as perspectivas das relações sociais sob a ótica feminina de cor preta dentro dos parâmetros da crítica feminista que se pode aplicar nos estudos literários. Lúcia Osana Zolin (2019) defende-a como objetivo a transformação da condição da mulher subjugada, conforme visto em:

Ler, portanto, um texto literário tomando como instrumentos os conceitos operatórios fornecidos pela crítica feminista, implica investigar o modo pelo qual tal texto está marcado pela diferença de gênero, num processo de desnudamento que visa despertar o senso crítico e promover mudanças de mentalidades, ou, por outro lado, divulgar posturas críticas por parte dos(as) escritores(as) em relação às convenções sociais que, historicamente, têm aprisionado a mulher e tolhido seus movimentos. (Zolin, 2019, p. 218).

Assim, pode-se abstrair que a crítica feminista tem como premissa neste trabalho, apontar no romance reguiano *Menino de Engenho* as violações quanto à igualdade social relacionada ao gênero-raça, buscando traçar um contraponto. Como apontado acima por Zolin (2019), a crítica por meio do texto literário, em que é possível encontrar partituras dominadoras, necessita do estudo e do conhecimento sobre posturas que, ao longo do tempo, infringem a liberdade feminina e/ou servem de validação cultural para a repetição de seus padrões. Por sua vez, sobre os corpos femininos pretos identificados na primeira obra de José Lins do Rego, tais quais suas condições sociais na esfera patriarcalista açucareira no Nordeste paraibano, são visibilizados por meio das personagens, Maria Pia, Francisca, França, Avelina, Galdina, Generosa, Maria Gorda, Romana, Velha Totonha, Zefa Cajá, Luísa.

A princípio, as personagens apresentadas por Carlos de Melo não têm suas falas demarcadas, culminando num silenciamento do feminino, com exceção de Maria Pia, Zefa Cajá, Generosa e Totonha, com poucos diálogos diretos. Ou ainda, estranhamente, a mãe de Maria Pia, que, embora haja um destaque à fala, a mulher não é apresentada com seu nome:

À tarde, estava o meu avô sentado em sua cadeira, perto da banca, no alpendre, quando chegaram Maria Pia e a mãe. Vinham todas as duas chorando. A velha correu logo para tia Maria, ajoelhando-se aos seus pés:
— Proteja a minha filha, Maria Menina. (Rego, 2012, p. 64).

Como se vê, as ações e vivências dessas figuras, portanto, são reveladas sob a ótica masculina e pertencente ao filo patriarcal, ou seja: no enredo, as existências femininas, para

serem percebidas pelo o leitor, só ocorrem após o “filtro” masculino. A respeito dessa oposição entre gênero e raça, Collins (2019) aplica a ideia atinente ao pensamento binário, sobre o qual essas diferenças definem não somente os opostos, mas sobretudo, a objetificação, que é uma ferramenta fundamental para esse processo de diferenciação, como visto em: “No pensamento binário, um elemento é objetificado como Outro é visto como um objeto a ser manipulado e controlado” (Collins, 2019, p. 137). A proposta de Patrícia Collins (2019) aplica esclarecidamente esse comportamento de força e dominação no trecho acima da obra de José Lins do Rego, pois a figurabilidade trazida diz respeito a um grupo subalterno: mulheres pretas.

Ainda discorre como método corporativo do objetificado o controle e manipulação, quando se capta aquele que se apresenta como sujeito e os que são objetos para os dominadores, isto é: “A dominação sempre envolve tentativas de objetificar o grupo subordinado” (Collins, 2019, p. 138). Nessa senda, se percebe que os dispositivos de controle tendem a negar a humanização da mulher negra tal como ela é, vêm ao longo do tempo, ao parametrizar a mulher branca e de classe social elevada.

Em decorrência da contínua exploração de corpos femininos pretos, o que se vê são maneiras opressivas em torno da interseccionalidade, raça-gênero-classe, dentre as quais, a demonstração de poder silencia a voz e, com isso, reafirma-se, segundo Collins (2019), a ideologia dominante. A condição da mulher negra mantida desde a escravização, retida na subserviência, silenciamento; o medo de atribuir os abusos sofridos aos que lhes são superiores, são achados importantes que a pesquisa revela dentro do texto literário de José Lins do Rego.

Pode-se observar como Carlos de Melo relata a situação de abuso sexual sofrida por Maria Pia. Na tentativa de alguma forma ser reparada pelo mal sofrido, a mulata, como assim descrita pelo protagonista, achou conveniente culpar Chico Pereira, um homem negro pertencente ao engenho Santa Rosa. O curioso é que o verdadeiro feitor do problema, não foi o trabalhador e sim, o filho do Velho José Paulino.

No decorrer do capítulo 18, onde o narrador situa tal situação em *Menino de Engenho*, é visível que a ideia de culpar um homem negro, tinha como objetivo, punir alguém pelo sofrimento vivenciado, tal como, pela perda de virgindade, ser amparada pelo matrimônio, e assim, livrar-se-ia dos apontamentos e seguidos abusos, posteriormente. Ademais, percebeu-se também que, se fosse aplicada a culpa a quem verdadeiramente atuou no abuso, jamais teria o amparo desejado. Chico Pereira seria o alvo fácil, pois também era negro, e assim, quaisquer negativas, seriam invalidadas socialmente. Assim, o velho José Paulino já aplicava

a pena em colocá-lo no tronco, tal como nos tempos da escravidão, sem, no entanto, averiguar inicialmente.

Outrossim, tal situação demonstra que a estereotipização do negro malfeitor, perdurava naquele ambiente social. O que não se esperava, portanto, é que sob pressão, Maria Pia revelasse a verdade em vez de reafirmar o que dantes havia dito:

O meu avô ordenou que acabasse com aquela latomia. E mandou buscar um livro que havia debaixo do santuário.
— Você vai jurar em cima deste livro santo como contará a verdade de tudo. O cabra está no tronco. Ele nega, prefere morrer a casar. Vamos, bote a mão aqui em cima e diga o nome de quem lhe fez mal.
[...] E a mulata com os olhos esbugalhados:
— Juro que foi o doutor Juca quem me fez mal (Rego, 2012, p. 65).

Ora, o filho do velho patriarca, senhor do engenho, ser quem de fato cometeu a violência sexual, todavia, ficou impune, e deste modo, a supressão da situação da mulher negra, permaneceu sem desagravo pessoal à personagem.

Na casa-grande só se falava baixinho no caso. A tia Maria não deu uma palavra. Na hora da ceia meu avô pouco falou. Tio Juca não viera para a mesa. Apenas no fim o velho José Paulino queixou-se:
— Não sei para que serve os estudos. A gente gasta um dinheirão, e eles voltam pra fazer besteiras desta ordem. (Rego, 2012, p. 66).

O que é visto no trecho acima é que embora demonstre insatisfação ao julgador do fato, por ter sido cometido pelo seu próprio filho, há uma confissão de permissividade de atos cometidos quando são propensos a pessoas pertencentes ao senhorio, pois, aquele que punia o homem negro trabalhador, apenas lamentava ser o culpado, o filho Doutor.

Gilberto Freyre (2006), em *Casa Grande e Senzala*, sociologicamente explica essa relação de dominação Senhor branco x escrava negra/ empregada doméstica. Os gargalos que entremeiam e corrompem culturalmente essa relação entre senhor e escrava, basicamente, na visão do sociólogo, tem toda uma contingência de influência de poder nos trópicos entre raça e classe da pessoa de origem africana. Collins (2019) por sua vez, diz que o padrão institucionalizado do abuso sexual de mulheres pretas, sobreviveu à abolição da escravatura.

Não deixa de ser também uma violência acometida pelo avô de Carlos de Melo, nesse passe de impunidade, em que suas penas são direcionadas apenas aos seus subordinados. Isso reforça o pensamento de Collins (2019), aborda sobre a diferenciação binária dos sexos e de raça. Ângela Davis como precursora desse pensamento explica:

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era

lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (Davis, 2016, p.24).

Como pontuado pela filósofa Davis (2016) essa relação de exploração sexual vai além de perspectivas de vulnerabilidade em que a mulher sofre, pois ao ser posta em situações típicas de mutilação sexual, o fato de sua cor também influencia no discurso dominante de que:

Apesar dos testemunhos de escravas e escravos sobre a alta incidência de estupros e coerção sexual, o tema tem sido mais do que minimizado na literatura tradicional sobre a escravidão. Às vezes, parte-se até mesmo do princípio de que as escravas aceitavam e encorajavam a atenção sexual dos homens brancos. (Davis, 2016, p. 39).

Dessa forma, a Sueli Carneiro (2020) situa essa herança comportamental, ao falar que após a abolição a população negra continuou à margem de mudanças estruturais, e que a herança colonialista persiste em paradigmas que privilegia aqueles que a dominam. A subalternidade, ainda é um dos crivos que permeia o legado instituído pela colonização no que se refere à prática de poder que marginaliza a mulher afro, ou ainda que a invisibiliza, calando-a.

Spivak (2010) ao tratar do subalterno, e desse mutismo à mulher a que é construída socialmente, defende um acolhimento em toda a recuperação no âmbito da história, da política e da sociologia. A filósofa ainda propõe uma redefinição sobre esse silenciamento que acarreta o feminino, pois os valores sobre o poder de falar ainda não são prioridades globais. Pois como se vê, em **Menino de Engenho**, os elementos que demonstram essa institucionalização subalterna da mulher, se repete ao longo da história, e demasiadamente, sob pretextos de raça, classe e gênero.

Além de Maria Pia, outras mulheres negras também silenciadas são mencionadas na narrativa, por exemplo, a Romana é citada sem nenhum destaque, mas que suscita a hipótese de que fazia parte do conjunto de seres femininos pretos que serviam à casa-grande. Ligeiramente, o narrador fala sobre França, ao exibir o legado dos amores antecipados, fruto da sexualização, a lavadeira que: “Batia no rio as minhas imundícies purgadas” (Rego, 2012, p. 136). Diante do mencionado, notou-se que o destino das mulheres negras, no Engenho Santa Rosa, era a servidão, seja na lavagem da roupa, nos cuidados com a casa-grande ou mesmo na expropriação dos seus corpos sexualizados para a satisfação das necessidades dos seus senhores e descendentes masculinos.

Outra personagem que também é vagamente citada é a Francisca. Carlos de Melo a menciona por discorrer sobre como se dava a realidade sexual dentro da senzala: “O meu primo Silvino nos contou um dia o que vira no quarto da negra Francisca: — Zé Guedes numa cama de vara ringindo” (Rego, 2012, p. 77). O curioso nessa passagem, é que o narrador evidencia a fala de o masculino em vez da mulher citada, ao relatar sobre algo relacionado às essas experiências sexuais. A seguir, acrescenta: “E todo ano pariam o seu filho. Avelina tinha filho do Zé Ludovina, do João Miguel destilador, do Manuel Pedro purgador. Herdavam das mães escravas esta fecundidade de boas parideiras” (Rego, 2012, p. 78).

Ainda sobre a sexualização de personagens pretas, Zefa Cajá, descrita como a mulata que era cheia das “sem vergonhices”, a mundana ‘dos cabras do eito’, e de conversa comprida; é a de maior destaque na obra juntamente com a Luísa, por se tratar de mulheres as quais Carlos de Melo manteve relações sexuais, ainda na sua meninice. Portanto, a riqueza de detalhes que traz no romance sobre essas mulheres beira o exibicionismo masculino sobre as práticas sexuais, e propagação libidinosa do corpo da mulher preta.

A respeito de Zefa Cajá, o narrador vivia beirando a tapera da mulher, mas que segundo ele, aquelas visitas causavam medo e vergonha: “Ficou comigo uma porção de vezes. Levava as coisas do engenho para ela — pedaços de carne, queijo roubado do armário, dava-lhe o dinheiro que meu avô deixava por cima das mesas” (Rego, 2012, p. 134).

A relação a qual Carlos de Melo apresenta ter com Zefa choca a casa-grande por razão do protagonista ainda ser um menino, e se encontrar viciado naquela mulher. Além do mais, o que é atribuído à estrutura da mulher em questão, nessa imagem descrita no lapso narrativo, remete à competência e inserção de estereótipos gênero-racial, fato que marca o discurso colonialista e patriarcal de poder sobre o corpo feminino nas sociedades patriarcais. Referente ao discurso colonialista, sustenta-se que “A construção do discurso colonial é então uma articulação complexa dos tropos do fetichismo — a metáfora e a metonímia — e as formas de identificação narcisista e agressivas disponíveis ao imaginário (Bhabha, 2013, p. 133). Esse hábito de cunho estrutural escravagista, coloca sempre a raça imposta com inferior, a mentora da voluptuosidade dos senhores.

A metonímia, por exemplo, se abstrai quando a Zefa Cajá serve como elemento representativo de outras mulheres negras que viviam em situações precárias de sobrevivência e que, os seus corpos eram utilizados como fonte para angariar recursos alimentícios. Essa personagem, embora não nomeada pelo narrador a visão social sobre ela, é metaforicamente, a prostituta dos átrios do Santa Rosa. Maria Eduarda Aires Guimarães Figueiredo Borba, em *Além do sexo: realidade da prostituição no Brasil (2021)*, relata sobre a historização da

mulher prostituta na sociedade tida como conservadora do século XIX. As escravas eram colocadas a serviço da satisfação sexual dos homens e de mulheres que se diziam donas desses corpos e, verdadeiramente, não recebiam nenhum julgamento por tal atitude, e sim, a mulher objetificada que era colocada como lixo da sociedade.

Importante destacar esses estereótipos atribuídos à mulher preta no decurso da história brasileira, no apontamento desses signos como partículas dominantes exercidas sobre o corpo feminino preto, que na sexualização, é demonizada e penalizada socialmente. Foi assim que aconteceu com Zefa Cajá: “Botaram Zefa Cajá na cadeia, e eu, desconfiado, com vergonha de olhar o povo” (Rego, 2012, p. 135). Fica uma lacuna sobre tal situação, pois, o motivo da prisão seria o fato de Carlinhos contrair doenças do mundo. Curiosamente, a culpa fora atribuída à mulher a qual tinha-se a notoriedade do caso sexual do menino. Entretanto, não houve um julgamento como assim foi feito com o homem que foi culpado de violar Maria Pia. Diretamente, ela foi aprisionada, em honra a saúde de Carlos de Melo.

Ao demonstrar sobre essa problemática trazida pelo narrador e a personagem Zefa Cajá, auferem-se a típica responsabilização atribuída à pessoa negra pelas doenças trazidas aos senhores brancos. E mesmo que tenha sido a origem em muitos casos, Gilberto Freyre (2006) salienta que foi a serviço dos brancos. A atmosfera auferida no que tange essa ideia da mulher preta adjetivos dados como mundana e impura, é uma instituição que serve aos interesses de dominação, sobretudo denominando qual raça é superior e qual raça é inferior, além da supremacia masculina sobre essa contaminação cultural.

A sexualização trazida também pelo narrador, emprega também sobre a Luísa, assim retratada na obra, Carlinhos atribui a função da personagem a de “comparsa das minhas depravações antecipadas”. [...] Ela seria uma espécie de anjo mau da minha infância [...] A moleca me iniciava naquele verdor de idade, nas suas concupiscências de mulata incendiada pela luxúria” (Rego, 2012, p. 121). Percebe-se nas falas do narrador uma marca discriminatória e diabólica em função da sexualização da personagem Luísa, como se fosse além de defeito de raça, como propõe Gilberto Freyre (2006), um método de auto absolver-se, e, portanto, culmina um discurso característico do imoral por ser escrava e de origem africana, incumbido uma moderação sobre quem determina essa prática de sexualização da mulher preta. O sociólogo acima citado, ainda esclarece que o absurdo é culpar o negro pelo que não foi culpa sua e sim do sistema que rege a escravidão, e por isso, a pertinência da depravação sexual.

Nitidamente, à Luísa, foram distribuídos os adjetivos mais violentos. Essa percepção é sustentada à medida que o narrador descreve a luxúria em detalhes de atos sexuais como uma

condição de vítima, não assumindo que os seus vícios tinham mais a ver com a cultura de masculinidade daquele meio, em que a todo custo queria afirmar a sua virilidade, como visto no trecho “O sexo crescia em mim mais depressa do que as pernas e braços” (Rego, 2012, p. 121).

O modo explícito a corporatura do profano, a que se refere à Luísa, entra em contradição, quando relata os desejos amorosos com figuras brancas. Essa onda estereotipada ao empregar o termo anjo mau empregado à mulher preta, repetidamente, é demonstrada até mesmo pelo adjetivo “negra” antes do substantivo [Luísa]. Sobre essa concepção trazida por Carlos de Melo, conflui com a visão de Xavier (2020): “Os anjos são brancos e de luz e os demônios são negros e da escuridão” (Xavier, 2020, p.43).

Outro aspecto importante trazido pelo protagonista, é como apresenta as senhoras idosas que vivenciaram a escravatura no Santa Rosa: Maria Gorda, Generosa, Galdina. A respeito de Maria Gorda, moçambicana, vivia no engenho Santa Rosa, porém não dominava a língua portuguesa. Carlos de Melo apresenta a personagem como uma figura que o amedrontava pela sua aparência física, pelos gritos ecoados, pela cultura africana:

Esta velha fazia-me medo. As fadas perigosas dos contos da sinhá Totonha, tinham muito dela. O seu quarto fedia como carniça. Na noite de São João era na sua porta somente que não acendiam fogueira. O diabo dançava com ela a noite inteira. Eu mesmo pensava que a negra tivesse qualquer coisa infernal, porque nela nada senti, nunca, de humano, parecido com a gente (Rego, 2012, p. 78).

Um ponto importante a se destacar sobre esse estereótipo aplicado à mulher afrodescendente, apontado pelo narrador, refere-se aos padrões dominantes de beleza, e como são representados para a branquitude. O próprio adjetivo substantivado atribuído ao nome da personagem, já demonstra a depreciação da aparência tida como bela. Pois ao enfatizar: “gritava com os moleques e as negras, com aqueles beiços caídos e os peitos moles dependurados” (Rego, 2012, p. 78), perdura a imagem depreciativa, porque os traços da mulher, estava em discordância com aquilo tido como belo, em que características faciais servem como signos para descrever e difundir instrumentos de controle, e por assim dizer, atestam o racismo no cotidiano dessas figuras, em que cada traço discorrido pelo narrador sobre Maria Gorda, carrega uma marca própria do sistema de escravidão.

Naomi Wolf (2018) em *O Mito da Beleza* pontua que a aparência da mulher tem muito mais a ver com as estruturas de poder, como se observa no trecho abaixo:

O mito da beleza não tem absolutamente nada a ver com as mulheres. Ele gira em torno das instituições masculinas e do poder institucional dos homens. As qualidades que um determinado período considera belas nas mulheres são apenas símbolos do

comportamento feminino que aquele período julga ser desejável. O mito da beleza de fato sempre determina o comportamento, não a aparência. (Wolf, 2018, p. 27).

Assim, é possível captar que a teoria da Naomi Wolf (2018) explica essa gênese própria da ditadura da beleza que se comporta além da aparência física. Para a teórica, também está contida na cultura corrente que empregam ao gênero feminino a imagem do belo representado por comportamentos que servem uma determinada estrutura. Ao atribuir a imagem de mulher diabólica com aparência física chocante, além da não culturalização brasileira à Maria Gorda, o narrador repercute em seu discurso uma ideia patrocinada pelo poder dominante. Além da ridicularização da beleza, é relacionada ao que se entende como assombroso, feio, chocante.

Nesse sentido, o racismo externado pelo narrador, pode ser classificado como Xavier (2020) denomina de racismo estético, o qual expõe esse tipo de racismo como método que corrobora com a degradação da beleza feminina afrodescendente, em que: “A branquitude sempre desdenhou as estéticas negras e exaltou e acolheu os elementos culturais europeus” (XAVIER, 2020, p. 55). E é basicamente esse retrato despendido pelo narrador quando ele evoca a imagem da mulher branca como doce e angelical, revelada pela figura da tia Maria e, enquanto à mulher afrodescendente, essa virtude negativa.

Sueli Carneiro em *Escritos de uma Vida* (2020), diz que: “é verdadeiro que as mulheres negras são socialmente desvalorizadas em todos os níveis, inclusive esteticamente, como é verdadeiro também que as mulheres brancas constituem o ideal estético feminino em nossa sociedade” (Carneiro, 2020, p. 94). Essa proposição remete ao modo de como foram instituídos na sociedade desde a antiguidade os elementos que constituem a feiura e o belo tratado por Umberto Eco em **História da Feiura** (2007) e em **História da beleza** (2004), cujas denominações tinham como parâmetros questões vinculadas a traços físicos e culturais na sua origem. O fato é que se percebe essa institucionalização contínua e renovada.

Outro quesito, diz respeito a demonização da cultura africana vivida por Maria Gorda, sobre a sua religiosidade. Freyre (2006) fala que sempre que a condição de escrava se sobressai quando “consideramos a influência do negro sobre a vida íntima do brasileiro” (Freyre, 2006, p. 397), faz com que se descarte a situação do escravo no cativo. Enquanto a demonização da cultura africana é destaque para os ruídos de cunho cristão ocidental patriarcal, a influência social da escravidão, perpassa culturalmente na sociedade do Brasil, como uma forma punitiva à pessoa de origem africana, o que Freyre (2006) aponta como absurdo, essa forma de julgar a moral da pessoa preta pautada pela função imposta de ser escrava.

Ao expor essa situação no espaço revelado por Carlinhos, a experiência cultural de Maria Gorda, beirava o que o Bakhtin (2010), denominou como grotesco. A receptividade da cultura africana, causava medo, espanto, demonização. A visão de Carlos de Melo representa toda a constatação de uma sociedade sobre os aspectos físicos e culturais da mulher preta no ambiente dominado por pessoas brancas. Pois fisicamente a aparência da mulher idosa com beijos caídos, e de cor preta, assim como relatada pelo protagonista do romance, apresenta essa visão coletiva da branquitude nos parâmetros europeus, haja vista, desde o processo de colonização no Brasil, a pessoa preta escravizada esteve em contraposição, ante os seus dominadores, sobretudo, ao todo o conjunto que a trazia de seu país de origem no processo de escravização: os costumes culturais, a cor da pele, os aspectos físicos e comportamentais.

O choque cultural e físico exposto na narrativa, não é motivo amedrontador apenas na visão do narrador, pois ele afirma que todos ali presentes, temiam Maria Gorda. Cida Bento (2022) em *O pacto da branquitude*, situa como as origens demarcadas pela escravização ditou essas referências sobre os contrastes entre brancos e pretos.

Assim, foi no bojo do processo de colonização que se constituiu a branquitude: Os europeus, brancos, foram criando uma identidade comum que usou os africanos, negros, como principal contraste. A natureza desigual dessa relação permitiu que os brancos estipulassem e disseminassem o significado de si próprios e do outro através de projeções, exclusões, negações e atos de repressão. (Bento, 2022, p. 21).

E assim, esses controles são apresentados de modo que regra os dispositivos aceitos e não aceitos por dada sociedade. A disseminação a que Cida Bento (2022) traz à toa, não são aspectos próprios de pessoas brancas na contemporaneidade, e sim, de todo um sistema que, nesse citar de regras, conseguem integrar-se e se estabelecer através de poderes que controlam, inclusive, comportamentos e culturas de pessoas pretas. Esse pacto da branquitude tem uma vertente histórica que requer uma atualização contínua que são cedidas ao curso do tempo, por pessoas que se integram nesse laço de contraste, com a finalidade de conformar o diferente, como inferior.

Ainda sobre o conjunto de mulheres pretas que são evidenciadas pelo narrador de Menino de Engenho, Galdina aparece na narrativa como uma senhora angolana, andava de muletas, pois havia quebrado a perna, ama de braço do velho José Paulino e que representava a figura maternal para as outras negras e todos da casa grande, como posto em: “Fora ama de braço de meu avô, e todos nós a chamávamos de vovó. As negras queriam-lhe um bem muito grande. A tia Galdina era uma espécie de dona da rua. Não se falava com ela gritando, e davam-lhe o tratamento de vossa mercê.” (Rego, 2012, p. 78). Gilberto Freyre (2006) situa

essa tradição brasileira, em que admite “para ama-de-leite não há como a negra” (Freyre, 2006, p. 444).

Além das marcas da colonialidade de poder sobre o corpo da negra, pois já é velha e doente, não serve mais ao trabalho, nota-se também a estima à Galdina quando a chamam “tia”, demonstrativo de afeição, laço de parentesco, atribuído aos irmãos e irmãs dos pais e, é ainda sinônimo de proteção aos menores: “Quando queriam pegar a gente para uma surra, era para junto dela que corríamos. Ela pedia pelos seus netos com os olhos cheios de lágrimas.” (Rego, 2012, p. 79).

Sueli Carneiro (2020) ressalta sobre como essa intitulação de “mãe-preta” pôs efeitos nos papéis estratégicos na escravização em nosso país. Carlos de Melo narra que no engenho, essas mulheres eram idosas, e compartilhavam as suas vivências enquanto ama de leite dos filhos de seu avô, bem como, metaforicamente, compara com uma bovina que serve leite: “Eu não tivera estes irmãos porque nascera na cidade, longe da salubridade daqueles úberes de boas turinas” (Rego, 2012, p. 76).

Quanto à Generosa, ainda trabalhava como cozinheira na casa-grande do Santa Rosa, era a única mulher idosa que restava na senzala que mantinha a mão-de-obra ao serviço do seu senhor. O personagem, no entanto, não menciona a origem dela como assim fez das outras supracitadas. É a única que o Carlos de Melo pontua as suas falas, não somente as insatisfações, como também a coragem de as externar. Aparece, desse modo, como uma voz em descompasso, defendido por Costa (2020), mesmo atuando como serviçal:

Negra alta e com braços de homem, tirava um tacho de doce do fogo, sem pedir ajuda ninguém. Só falava gritando, mas só tínhamos o que queríamos dela. A velha generosa era boa com os seus doces e as suas canjicas. Era só pedir as coisas nos eu ouvido, e ela nos dar, sem ligar para as impertinências da velha Sinhazinha.
— Quem quisesse mandar na cozinha, que visse para a boca do fogo.
E quando iam reclamar qualquer coisa, saía-se com quatro pedras na mão:
— Que se quisesse era assim. Tempos de cativo já tinha passado (Rego, 2012, p. 79-80).

Na citação acima, embora o narrador demonstra uma insatisfação por tal vivência, a personagem em destaque, a Generosa, continua sob o comando da casa-grande, por não ter condições de subsistir fora daquele espaço. Contudo, essas intromissões sobre estruturas de poder, quando são reveladas inquietações, podem sugerir que esses corpos explorados possam não somente falar de suas condições, mas promover discussão sobre como devem agir.

De acordo com Bhabha (2013) esse disparate intrometido da voz subalterna que se incomoda com o mecânico abuso de poder, sugere ambivalência que permite levar à frente argumentos capazes de transcender, subjetivamente, isto porque:

O que está em questão é a natureza performativa das identidades diferenciais: a regulação e negociação daqueles espaços que estão continuamente, *contingencialmente*, se abrindo, retraçando as fronteiras, expondo os limites de qualquer alegação de um signo singular ou autônomo de diferença (Bhabha, 2013, p. 345).

Concebe-se nas palavras de Bhabha (2013) os aflitos que condicionam esses discursos intersticiais que insurgem e são revelados por meio da literatura, beiram uma solidariedade que inaugura outra visão de novos atributos que estão por vir no contexto social histórico. Além do que, ainda, ao mesmo tempo, em que essas deformações dentro do texto literário são retratadas numa visão colonialista, permeia-se uma suplementação que suscitam ao moderno-contemporâneo, uma elaboração identitária de figuras ora objetificadas.

Mais do que isso, Bhabha (2013) interpõe a crítica sobre como, epistemologicamente, os discursos ocidentais da modernidade quanto às narrativas deslocadas que versam sobre a subalternidade colonial, residem em perspectivas que buscam nomeá-las como uma tradição que transpõe e que se afirma em suas estruturas. Assim sendo, o teórico-crítico, consoma o objetivo geral:

As diferenças na cultura e no poder são constituídas através das condições sociais de enunciação: a cesura temporal, *que é também o momento historicamente transformador*, em que um entre-espço se abre no intervalo da intersubjetiva “realidade dos signos... destituídos de subjetividade” e os desenvolvimentos históricos do sujeito na ordem dos símbolos sociais. (Bhabha, 2013, p. 382).

No romance em análise, são vistos esses aspectos, introduzidos pelo narrador de José Lins do Rego, quando uma personagem ganha um destaque diferenciado daquelas que estavam na subserviência da casa-grande, pois se percebe, a hibridização do localismo, além da oralidade. As histórias declamadas por Velha Totonha, também confrontavam com as vivências escravistas do povo no Nordeste brasileiro:

A velha Totonha sabia um poema a propósito do naufrágio do paquete Bahia nas costas do Pernambuco. Um náufrago contando o que vira do desastre.

Oh que dia de juízo!

Oh que dia de horror!

*Só as pedras não choravam,
porque não sentiam dor.*

*Ó mestres e contramestres,
pilotos e capitão,
vamos ver nosso Bahia
se quer afundar ou não.*

Incidente por incidente eram narrados nestes versos: meninos agarrados com as mães em prato; um choro agoniado de gente que vai morrer; a água entrando por dentro do navio; uma velha se salvando num garajau de galinhas.

[...]

Todo o poema era uma abundância de detalhes. E na voz plástica da velha, a tragédia parecia a dois passos de nós. (Rego, 2012, p. 75).

Antonio Cleonildo Costa (2020) em *Descompasso de vozes femininas na mega-narrativa de José Lins do Rego*, chama a atenção do leitor sobre uma perspectiva acerca da inserção da identidade da mulher negra na literatura, noutro plano:

A velha Totonha representa a mulher artista. Andava longas distâncias de engenho em engenho para externar sua prodigiosa memória. Narrava em verso, e vez ou outra explicava as histórias em prosa. Ninguém sabia contar como ela. O mais surpreendente é que os fabulosos contos eram sempre contextualizados pelo cotidiano do lugar em que a velha se encontrava (Costa, 2020, p. 96).

Nesse viés, o narrador pautado na memória de menino de engenho, demonstra como operam os minguados passos que a mulher preta naquele contexto ia conquistando, através da velha Totonha, por representar a mulher idosa livre, que não vive mais sob o controle de um senhor. “A velha Totonha de quando em vez batia no engenho. E era um acontecimento para a meninada. [...] A velha Totonha era uma grande artista para dramatizar. [...] Tinha uma memória de prodígio” (Rego, 2012, p. 71).

Além disso, pregava em suas histórias, como deviam ser os reis e rainhas, numa espécie de chamado para a mudança entre o tratamento de senhores e servos: “Havia uma nota pessoal nas modulações de sua voz e uma expressão de humanidade nos reis e rainhas de seus contos” (Rego, 2012, p. 71). Como uma metáfora, insinuava ao seu público, uma história altruísta desenvolvida nesse deslocamento dos signos que representam o dominador. Essa posição trazida reverbera a quebra eurocêntrica que diz respeito como se exerce os domínios de poder, onde a elite se colocava como figuras superiores, e que no texto, a personagem reinventa essa percepção, e introduz uma causalidade dialética.

José Lins do Rego, nessa tratativa, levemente por meio do texto literário, reúne a função que a literatura propaga através da voz da mulher negra em poesia, que enseja uma importância literária por expor os comportamentos de cunho patriarcal no final do século XIX. Por outro lado, no romance, através da menção dessa personagem, faz referência à História de Trancoso, ao mesmo tempo, que impregna um elemento intertextual. Além disso, do ponto de vista referencial sobre esse termo empregado dentro da narrativa, ao mesmo tempo que fala dos elementos trazidos por Totonha, os quais eram sempre contextualizados com o lugar da personagem, abstrai-se que, o trancoso, fazia referência ao tronco, ainda presente nos engenhos do nordeste paraibano após a abolição.

Essa inserção trazida em *Menino de Engenho*, que discorre impressões identitárias, mesmo de forma discreta, na literatura moderna, vem subsidiar a inserção da mulher preta na sociedade como sujeito. Nesta perspectiva, demonstra os impactos que o texto literário ecoado através da voz feminina negra pode provocar no leitor. E isso, propagado através de uma personagem preta, e tendo destaque na memória narrativa, o ouvinte “da artista” se atém a essa oposição de sentidos entre aqueles vistos como fortes e arbitrários, rendendo-se às novas perspectivas.

Isso rompe, principalmente, com o que alguns pesquisadores atribuem a José Lins do Rego, um autor canônico que reforça o patriarcado. Sobre essa visão, em uma pesquisa via Google Acadêmico, em busca de resultados que mencionavam os termos condizentes à mulher, à negritude em José Lins do Rego, foi analisado, o artigo intitulado *A mulher negra e as relações de gênero em Menino de Engenho de José Lins do Rego*, de autoria de Amélia Monteiro Bora e de Marina Rodrigues de Oliveira, publicado no ano de 2011 na revista **Signótica**, da Universidade Federal do Goiás. As autoras pontuam que a escrita reguiana viola a propositura de literaturas que buscam evidenciar as identidades, numa era em que surgiam as inovações do literário. Também, de forma simplista, atribuem ao autor a responsabilidade de promover um sistema colonialista na literatura moderna e não somente criticam José Lins do Rego como também outros autores que segundo elas:

O romance nordestino de trinta, através de escritores como Jorge Amado, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz e outros intelectuais, endossou como uma marca de diferenciação, embora autoritária, uma narrativa hegemônica aos moldes do patriarcalismo nordestino. (Bora; Oliveira, 2011, p. 232).

Percebe-se, ainda, que a natureza da crítica é pontuada por não haver lugar de representação identitária dos personagens, tocante às mulheres negras presentes na obra *Menino de Engenho*, haja vista ter como narrador o Carlinhos, a voz suprema que dá nome a todos. Logicamente, para sustentar a possibilidade de uma hierarquia intelectual que silencia a possibilidade de representatividade contemporânea das figuras femininas dentro da literatura, citam Gilberto Freyre seis vezes na pesquisa, como principal influenciador dessa propagação literária em Rego, conforme evidenciado no trecho:

Uma visão análoga às mulheres negras e mulatas em *Casa grande e senzala*, o que certamente não pode ser tida como uma feliz coincidência entre os dois escritores, uma vez que José Lins do Rego teve Gilberto Freyre como seu mentor intelectual, de quem recebeu grande influência, especialmente na construção do chamado Regionalismo ideológico e estético. (Bora; Oliveira, 2011, p. 236).

Sobre a massificada temática da tentativa de propor a influência freyriana sobre José Lins do Rego, ficou confuso entender na análise do artigo, se estão julgando os contextos sociais e históricos aos quais estão inseridos o tempo da narrativa ou se estão analisando as assinaturas que constituem o período da publicação da obra, pois evidenciam preferencialmente, que a obra gerou um duplo olhar e que reforça a divisão de diferenças sociais e raciais, denotando ser o autor o promotor de uma hierarquia dominante que conduz e cria a produção literária negando as identidades do feminino negro, apostas estas que servem ao que a maioria compreende nos escritos que regem marcas patriarcais, conforme abaixo:

Sem, no entanto, nos aprofundarmos nessa discussão sob a tentativa de reduzi-la, pode-se afirmar que o romance de trinta, do qual o de José Lins é parte, consegue, esteticamente, dar evasão a esses debates ideológicos, especialmente quando relacionado à discussão sobre a identidade nacional, sobretudo quando procuramos um entendimento sobre a origem da formação do caráter estereotipado da mulher negra nestas narrativas. **Entretanto, julgando a obra dentro de sua própria historicidade e circunstâncias sociais naquele período, o escritor aparece como partícipe e, ao mesmo tempo, crítico da sociedade em que viveu, julgando-a através das margens do seu texto romanesco** (Bora; Oliveira, 2011, p.235, grifo nosso).

Elas falam que ele é um partícipe, e um crítico da sociedade em que vivenciou. A noção abstraída é que não conseguem sustentar uma possibilidade em concreto sobre julgar os intrínsecos problemas sociais no contexto histórico ao qual o romance fora desenvolvido, ou se a crítica é sobre a data de publicação, ou a relação direta do autor sobre a obra, no que tange a inscrição pessoal, em prestigiar o homem branco que fala e transcreve apenas as vozes femininas pretas, sem ao menos dá-lhe nomes a algumas, em reforço a uma tradição controladora e hostil.

Ainda sobre essa provocação, todo o referencial teórico escolhido por elas, são bases que conversam com a problemática e apresentam um sentido de afirmação com o que propõem. A tentativa em propor uma crítica de literatura machista - racista no modernismo sob os escritos de Lins do Rego por não servir a políticas de representação cultural, fragiliza quando as autoras apontam no seu objeto, a reivindicação de representatividade do feminismo negro, sem no entanto, apontar que até então, teorias feministas também silenciam as vozes femininas pretas; não apontam a possibilidade, que mesmo secundarizadas, as mulheres negras da produção reguiana, nos seus entre-lugares de contextos em que o patriarcado comandava abertamente, constituíram pilares representacionais nessa estrutura canônica para a promulgação de diversos empoderamentos feministas na história literária.

Ora, se a modernidade propunha inaugurar uma literatura em que os sujeitos tivessem vozes, sabe-se que o movimento modernista seguia um padrão heterossexual eurobranco, e a

geração de 1930, que se opôs a este modelo, operando as problemáticas dessa gênese literária presente no Brasil nas mais diversas camadas por diversos campos, e consequentemente, os efeitos dessa cultura sobre a sociedade, sem dúvida, estabeleceram caminhos para que as representatividades pós-modernas, refletissem de fato o combate aos estigmas que arrastam os séculos. José Lins do Rego aponta a herança nua e crua do patriarcado dominante numa sociedade distante dos olhares intelectuais: o latifúndio rural do nordeste brasileiro comandado por homem branco. O limite da pesquisa é que criticam os temas regionalistas literários, mas silenciam dos moldes modernistas que servem um estilo cultural da branquitude e que não inscreveram ou deram visibilidade para a mulher preta falante, também.

Nessa senda, os corpos subalternizados, silenciados em **Menino de Engenho** são representações que servem como interpelação sobre a ruptura de instituições de poder que estão inseridas na história social. Além disso, na transitoriedade, são reafirmadas e postas em choque com as propostas de mudanças atravessadas pelos embates representados por figuras no trânsito do silenciamento e da auto - afirmação como sujeitos.

Pode-se constatar, a propósito, uma incorporação da teoria do *ethos* pelo que a Ruth Amossy (2016) defende, entre o que é mostrado e o que é dito. As cenas dispostas acima entre o narrador protagonista e as personagens femininas que, secundarizadas, em virtude de sua raça ou condição social, legitimam considerações com repertórios de acordo com os grupos e os discursos a partir de onde ocupam. Na leitura a visão concebida das mulheres negras são de figuras que vivem marginalizadas no espaço do engenho Santa Rosa, enquanto que, as falas do narrador ditam esteriótipos, discursos com códigos dominantes e de opressão.

A linguista citada anteriormente, ao dispor sobre a construção de um *ethos* discursivo, no âmbito da literatura, defende que esse *ethos* desempenha um papel de primeiro plano, haja vista, por “instaurar mundos que ele torna sensíveis por seu próprio processo de enunciação” (Amossy, 2016, p. 88).

3.2 Mulheres negras em Doidinho: retalhos de memórias das representações de Paula, Francisca e outras mulheres

No contingente romanesco do paraibano José Lins do Rego que versa sobre os espectros memoriais ligados ao espaço rural nordestino quanto ao período da produção açucareira, a obra *Doidinho*, é uma parte que se concentra uma produção artística que revive a memória do engenho Santa Rosa, e a realidade vivenciada no internato, ou seja, este romance

dá continuidade à escrita memorialista do menino do engenho que saiu do espaço rural e foi para o ambiente escolar: O internato Nossa Senhora do Carmo em Itabaiana na Paraíba.

Nesse campo da memória entende-se, que o narrador ressurgiu de modo intersubjetivo as lembranças de sua prática sexual praticada enquanto criança no engenho do avô, de modo latente, e a partir delas, impulsionou os novos comandos circunstanciais que deram a concretude de ações que são afins à obra primeira, no que diz respeito ao olhar sobre os corpos femininos.

Ou seja, os pensamentos abstratos armazenados na memória restabelecem o mesmo rito circunstancial quando direcionados às mulheres negras discorridas nesta obra, evidenciadas por uma visão sexista, assim como, a semelhante ideia da imagem da mulher que serve às atividades domésticas e, também, como figuras subalternas, se materializam nesta narrativa, e assim sai da memória psíquica à consciência de fato.

Em “A vida Simbólica: escritos diversos”, Carl Gustav Jung (2015), diz que essa consciência é resultado das relações psíquicas com o eu, e que ainda é dotada de uma série de funções que orienta no campo de fatos ectopsíquicas e endopsíquicas². Nesse caso, as emoções as quais o narrador discorre estão alocadas no campo da endo psique, pois se trata desse compilado transitado entre a memória consciente e o que se foi postulado no inconsciente do protagonista, de tal modo que as ações narradas são fontes de manifestas realizações provenientes do desejo. Freud (2022) em *Além do princípio do prazer*, tratou dessa extensão. Pois, segundo o psicanalista, esses princípios se dão por meio da constância entre as sensações de prazer e desprazer, consubstanciados entre a realidade concreta e psíquica.

A partir dessa visão sobre a memória pessoal trazida pelo protagonista da obra analisada, concebida pela presença de artifícios do passado, a consciência narrativa se assemelha ao ponto de vista da memória individual proposta por Halbwachs (2006), em que discorre sobre feixe de memórias pessoais como um resultado de um panorama da história vivida. Isso porque para o teórico “A história não é todo o passado e também não é tudo que resta do passado” (Halbwachs, 2006, p. 86). Assim é considerado todo um conjunto de experiências que concretizam o que se é revelado através de memórias, entre a história concreta e a abstrata.

² A ectopsique é um sistema de relacionamento dos conteúdos da consciência com os fatos e dados originários do meio ambiente, um sistema de orientação que concerne à minha manipulação dos fatos exteriores, com os quais entro em contato através das funções sensoriais. A endopsique, por outro lado, é o sistema de relação entre os conteúdos da consciência e os processos postulados no inconsciente (Jung, 2015, p. 20).

Logo, para o teórico, é “dessa precisão abstrata e dessa relativa simplicidade que dela fazem um contexto em que nossa memória individual poderia se apoiar” (Halbwachs, 2006, p. 79). Desse modo, os episódios que tratam sobre a evidência do tratamento dado às mulheres pretas em *Doidinho*, marcam uma representação do vivido individual do narrador, e, sobretudo, subsidiam marcas e proposições de memória coletiva e real na recriação da ficção reguiana.

Primeiramente, é ideal relatar como o narrador Carlos de Melo situou as suas memórias entre o engenho Santa Rosa e o internato, numa espécie de comparação, os significados que esses espaços representam são representados de modo diferente: uma antítese entre a liberdade do campo e a prisão da escola e ao pensar nesse fato, o protagonista chora, conforme se lê em:

Na cama começavam a chegar os meus pensamentos. Éramos seis no quarto pequeno de telha-vã. Ninguém podia trocar palavras. Falava-se aos cochichos, e para tudo lá vinha: é proibido. A liberdade licenciosa do engenho sofria ali amputações dolorosas. Preso como os canários nos meus alçapões. Acordar à hora certa, comer à hora certa, dormir à hora certa. E aquele homem impiedoso para tomar lições, para ensinar à custa do ferrão o que eu não sabia, o que não quisera aprender com os meus professores, os que não me davam porque eu era neto do coronel Zé Paulino. Agora não havia mais disso. Era somente um Carlos de Melo como os outros, menino atrasado, no segundo livro de leitura, quando existiam menores no *Coração*. E aos poucos, como uma dor que viesse picando devagarinho, a saudade do Santa Rosa me invadiu a alma inteira. O meu avô, os moleques, os campos, as negras, o gado, tudo me parecia perdido, muito de longe, de um mundo a que não podia mais voltar. E comecei a chorar mordendo os travesseiros. Mas o choro era daqueles que violam o silêncio, e cortei os soluços na garganta. (Rego, 2020, p. 21-22, *grifos do autor*).

Percebeu-se, no excerto, que o narrador tem consciência da liberdade que o mundo dos engenhos dava a ele, sobretudo por se tratar do neto do coronel Zé Paulino. De outro lado, as normas de funcionamento do internato, em que tudo tinha horário certo e o ser tratado sem distinção invadem o pensamento e extirpam a liberdade do sujeito que se vê aprisionado como um pássaro em um alçapão. Rogel Samuel (2011) ao tratar da crítica psicanalítica na literatura, aferiu que: as diversas críticas descobrem os mitos pessoais. Entre o imaginário e a linguagem simbólica, painel de investigação lacaniana, o texto literário dá impulsos que ultrapassam o obscuro.

Pode-se ainda dizer que, no Instituto Nossa Senhora do Carmo, Carlos de Melo, é um corpo condenado, pois para ele seu corpo foi “colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições” (Foucault, 2014, p.16) E, é por causa desse novo sistema instituído sobre seu corpo de menino de 12 anos, o qual não permite mais o contato direto com as negras, o gado, o avô e os campos que um dia seriam dele que o faz chorar.

Ao situar o estudo da narrativa sobre os comportamentos de Carlos Melo, embora não se pretenda nesse estudo o uso, a priori, da crítica psicanalítica, uma pergunta invade a consciência do leitor – por que José Lins do Rego escolhe *Doidinho* para título da sua narrativa? Quem leu *Menino de Engenho* sabe do desajustamento do menino, da sua liberdade licenciosa comum aos meninos de engenho, particularmente, os filhos dos senhores; os moleques, nascidos do contato entre as negras e os cabras do eito já seriam desajustados por natureza, sequer tinham um nome e sobrenome, poderia supor ser essa uma razão do título.

Todavia, o narrador explica, no capítulo dois, *Doidinho*, é o apelido do narrador dado pelos colegas ao narrador-protagonista após sua chegada no internato, em razão do nervosismo e outros comportamentos demonstrados por ele conforme notado no excerto que segue:

Fazia um mês que eu chegara no colégio. Um mês de um duro aprendizado que me custara suores frios. Tinha também ganho o meu apelido: chamavam-me de Doidinho. O meu nervoso, a minha impaciência mórbida de não parar em um lugar, de fazer tudo às carreiras, os meus recolhimentos, os meus choros inexplicáveis, me batizaram assim pela segunda vez. Só me chamavam de Doidinho. E a verdade é que eu não repelia o apelido. Todos tinham o seu. (Rego, 2020, p. 28).

Além do mais, observa-se na obra, essa reiteração da importância que esse apelido fazia com que o narrador se auto absolvesse pelos atos praticados. Era um menino em crescimento, já assim denominado, portanto, mais confortável se sentia diante das reações pelos atos praticados. Diferentemente, daquele dantes que chegou no Santa Rosa assustado pelo assassinato da mãe, recolhido, tristonho.

Nesse contexto, é possível apontar que embora em outro espaço, a lembrança traumática da perda da mãe ocasionada pelo assassinato cometido pelo seu pai, fato ocorrido em *Menino de Engenho*, acompanha o adolescente:

José Augusto chegara de casa para me atormentar. Trazia na ponta da língua a história do meu pai e da minha mãe, e contou aos outros. Até aquele dia a minha família para o colégio era o meu avô. Quando os meninos se referiam à história de meus pais – meu pai disse isto, meu pai fez aquilo – eu botava logo o velho Zé Paulino na frente. Toda essa importância iria desaparecer com a chegada de Zé Augusto. Ouvira em casa o que os seus sabiam da minha gente.
 – O pai de Doidinho matou a mãe dele - afirmou no recreio sem maldade alguma, somente para se mostrar aos outros.
 Foi um choque rude para mim.
 [...] A minha memória fugia até o dia em que a vi estendida no chão e o meu pai me abraçando, mas isto era só comigo, na intimidade das minhas recordações.
 [...] Zé Augusto, sem querer, metera os dedos por dentro dessas chagas. Deixou-me sangrando.
 – O pai de Doidinho matou a mãe dele.
 Foi o mesmo que se tivesse descoberto ali, à vista de todos, a maior das vergonhas. (Rego, 2020, p. 102-103).

Acerca desse elemento da infância que marca uma transição de tempo, do físico e psicológico do narrador, a professora Marisa Lajolo (2020), intitulou a apresentação do livro de José Lins do Rego, como “o menino que aprendeu o Brasil” (Lajolo, 2020, p. 7). Nesse tom metafórico em que Lajolo (2020) coloca o narrador com uma representação do Brasil que cresce, aponta também como a grandeza econômica que sofre alterações entre o arcaico modo de produzir o açúcar e as primeiras introduções da moderna Usina, que viria a substituir os banguês.

A estudiosa nessa apresentação do romance de Lins do Rego (2020), realça, além disso, os vários nomes que o narrador obteve até essa fase da adolescência. Pois, o Carlinhos, o Carlos de Melo, o Carlos, até chegar no apelido Doidinho, e posteriormente, o Dr. Carlos — em *Banguê* — marca uma passagem individual do protagonista da obra e, cumulativamente, as transformações do Brasil.

E nessas mudanças se nota, pela visão unilateral desenvolvida por Doidinho, hábitos que estavam contidos em toda a sociedade dos que se sentiam os donos de poder, e os que estavam na instância dos dominados. E assim, partindo, particularmente, aos comportamentos que estão inseridas práticas de violências e atitudes estereotipadas direcionadas às mulheres de descendência africana, demarcadas na voz do narrador, como um piedoso vocativo que chama a si. Doidinho naquele espaço, também deixava claro que estava nesse lugar de dominado, numa tentativa de desmontar essa hierarquia de poder. Ele, neto do maior senhor de engenho, também se apresenta como um prisioneiro daquele sistema de ensino que internava os alunos em tempo integral, sob ordens arbitrárias de convivência e de ensino.

Em síntese, esse choque de realidade, também favoreceu ao narrador a refletir sobre essa mudança espaço-temporal no que diz respeito, não somente às implicações alegadas de forma pessoal, inclusive, no que se refere às implicações de tratamento quanto às mulheres subservientes, na exibição desenfreada do sexismo que reverbera as memórias entre o protagonista e uma mulher preta do engenho: Zefa Cajá é uma personagem que faz parte do romance *Menino de Engenho*, mas que se repete seis vezes na obra *Doidinho*. Nessa perspectiva, o sexo solitário concretizava essa lembrança de Zefa:

O sexo me visitava nas noites frias do colégio. A chuva batia no telhado. Corriam as biqueiras como as noites invernosas do Santa Rosa. E os maus pensamentos rondavam-me, como pássaros que procurassem ninho quente para pousar. Zefa Cajá andava por perto. E me esquecia de Coruja, do diretor, do livro de leitura, dos bolos. — A cama de Doidinho está tremendo - Diziam no quarto. E as risadas abafadas nos nos travesseiros botaram para correr o demônio do vício impertinente (Rego, 2020, p. 45).

Também nesse ápice, vinham as lembranças das práticas vividas com a Luísa:

Uma referência qualquer, um simples golpe de memória, e lá chegava o diabo para me tentar. Diabo que não vinha fedendo a enxofre, mas acariciando-me os sentidos com afagos de rapariga. Da negra Luísa, da Zefa Cajá, do quarto dos carros, dos moleques de engenho de todo este mundo longe, o diabo dos meus silêncios de prisioneiro se aproveitava. E o sexo inchava com um papa-vento (Rego, 2020, p. 64).

Ainda se percebe que há a contínua visão da mulher negra sob a ótica sexista e diabólica. A culpabilização desses assombros percorridos por Doidinho que acompanharam as fases da vida no internato, remeteram sempre essa vivência da infância do espaço do engenho, marcada pela sexualização e atribuição de termos racistas e pejorativos às personagens femininas, como visto em: “O diabo me pegava desprevenido em tais momentos. As recordações da Negra Luísa e da Zefa Cajá ficavam ali, diante do tanque. E nem o medo de Deus, que estava em toda parte, me salvava das deleitações libidinosas (Rego, 2020, p. 93).

Esses fatos percorridos e, repetidamente enfatizados, beiram, sobre esse material reproduzido em uma e trazida à outra, através da memória, os mecanismos que Freud (2020) utilizou para interpretar os sonhos. Ora esses pensamentos que acarretam o imaginário do narrador em cada momento solitário, aparecem no texto, de modo provocador, mesmo que as situações em cada lembrança, ganhe uma dimensão maior, numa espécie de elaboração secundária, um dos elementos freudianos utilizados para a interpretação.

Nessa linha psicanalítica, é possível contrair na citação acima, uma espécie de estímulos frequentes que servem como matérias tidas como não dignas, e, portanto, concorre em sentidos reprimidos que se arrastam da infância à adolescência de *Doidinho*, e acrescenta-se que, conforme aparecem no texto, são produtos do inconsciente individual, e se representam como um espelho coletivo.

Frantz Fanon (2020) ainda propõe que essa catarse da psicanálise que está repousada na compreensão quanto à representação da pessoa preta na sociedade, é herança de uma cultura proveniente do europeu, em que repousa as definições sobre o bem e o mal. “Formou-se nas profundezas o inconsciente europeu um recôncavo excessivamente negro, onde repousam as pulsões mais imorais, os desejos menos confessáveis. E, como todo ser humano sobe em direção à brancura e à luz, o europeu quis rejeitar esse incivilizado” (Fanon, 2020, p. 201). Como se vê na citação de Frantz Fanon (2020) essa compreensão inerente ao povo preto, têm rótulos e, essas tensões socialmente diz que “esses negros eram princípios do mal” (Fanon, 2020, p. 201).

Desse modo, explica como a sociedade dominante nesse entrelace da via psicológica perpetua, pois, inevitavelmente, esse inconsciente individual reflete em recorrência pelo aparato da estrutura coletiva, que se constitui simbolicamente, e se concretiza por diversos artefatos da consciência e inconsciência humana, que Carl Jung (2015) explicou e assim comparou: “Os símbolos, como nos sonhos, são produtos da natureza, mas eles não aparecem só nos sonhos; podem surgir em qualquer manifestação psíquica: existem pensamentos, sentimentos, ações e situações simbólicas” (Jung, 2015, p. 285).

Por meio dessa via simbólica e por atos assim revelados, segundo a teoria do psicanalista, é possível, portanto, inferir que dadas as ações e reações provocadas pelo racismo universal, uma imagem sólida revela fenômenos capitados por elementos intraceptivos, pois “um símbolo não dissimula, ele revela no tempo oportuno” (Jung, 2015, p. 287). E de fato, a imagem dada ao que foi colocado como marginal periférico de um centro que denomina “a imagem do negro-selvagem” (Fanon, 2020, p. 209), e por assim captadas através dos métodos que são dissolvidos as estruturas de lugares e representações sociais ocupadas, dizem respeito à negação e ao repulsivo sentimento entre sujeito e objeto.

A fim de concretizar essas imagens abrigadas em seus pensamentos, o narrador demarca os acontecimentos libidinosos com uma personagem preta do internato, a Paula. É a mudança do pensamento erótico à realização de fato, ou seja, conforme a teoria do psicanalítico Freud (2020) acontece o mecanismo da figurabilidade. No fato abordado da obra em estudo, é explicada pelas imagens psicológicas de Zefa Cajá e Luísa à transformação delas para a Paula.

Agora sozinho no colégio, num dia que estava trancado no banheiro, bateram na porta:

— Abra, Carlos.

Perguntei quem era.

— Sou eu, abra.

E o diabo me visitou em carne e osso. O povo tinha saído. Comecei a então comer melhor. A negra Paula me elegera para o seu coração. (Rego, 2020, p. 94).

Essa transformação de uma imagem em outra, há uma cisão do pensamento abstrato à realização concreta tocante ao sexo, se inclui ao concatenar os significados que cada mulher representa, seja no passado memorial do narrador ou do trazido na continuidade desses fatores apontados, como lido em: “A negra Paula tinha sempre um menino preferido para os agrados [...]” (Rego, 2020, p. 93). Inclusive ficam evidentes o privilégio do pertencimento a um estrato social mais alto: “[...] E aquelas tapiocas que a negra Paula lhes dava pareciam regalias

de uma classe privilegiada. Eles não deviam ter esse direito, porque pagavam igualzinho como a gente” (Rego, 2020, p. 49).

Não somente no aspecto do sexo, que leva a inscrição narrativa de uma mulher para a outra, o excerto acima demonstra uma oposição sobre como essas imagens sexistas são pontuadas entre Zefa Cajá e Paula: a que recebia alimentos em troca de sexo com o narrador, e a que fornecia alimentos para mesmo objetivo sexual, respectivamente. Ora, no quesito sexismo, ambas tinham a mesma apresentação, uma mulher que se aproveitava de meninos dos brancos.

Assim, essa figuração de uma pessoa à outra com mesmo significado, apenas é transferida, ao que se tem na memória do passado (Zefa Cajá) como um tipo relação causal para o presente (Paula), que segundo Freud (2015) é uma figurabilidade pela transformação causal e sucessiva, em que não há uma relação de substituição sobre essas representações, mas sim, de acréscimo, em ambas as personagens são equiparadas no mesmo significante: objetificação.

Percebe-se, portanto, uma mudança de comando promovido pelo lugar em que tais circunstâncias aconteciam. Zefa Cajá, nessa memória voluptuosa, representando uma servil dos instintos heteropatriarcal em troca de sua subsistência. Enquanto a Paula, mesmo no lugar de mulher que tinha muitos homens a seu dispor, é trazida à narrativa, como quem conduzia o fato, haja vista o objetivo do sexo para a personagem, na instigação do narrador, não ter finalidade de sustentabilidade, e sim de desejo, satisfação sexual, luxúria.

Esses apontamentos insinuados entre *Menino de Engenho* e *Doidinho*, não somente discorrem sobre uma mudança social enquanto toca a liberdade feminina sobre as suas escolhas, mas há uma pitada de auto-defesa, por parte do narrador, nesse intervalo. Ou seja, não seria mais o “menino vadio” que fugia de casa para junto de Zefa Cajá em *Menino de Engenho*, a situação com Paula era diferente. Ela quem batia em sua porta, quem dava os agrados em troca de sexo. E isso é uma barreira que a mulher preta não consegue romper socialmente, porque aqueles que instigaram as situações sexistas, colocam-nas não como subversivas, mas como corruptoras de meninos.

Safiotti (2015) diz que as raízes do sexismo são tão antigas quanto ao do racismo. Entretanto, se observa que, nesse vácuo entregue pelo narrador sobre a Paula e essa insinuação de liberdade, a mulher estava ainda no espaço de trabalho que era destinado a maioria das mulheres remanescentes da escravidão: na cozinha. O internato acolhia mulheres negras para comandar as refeições do alunado.

Embora exercendo apenas a função de cozinheira, não sendo destinada a serviços de camareira, lavadeira, ou arrumadeira, simultaneamente, pairava no mesmo patamar da obra anterior ou da personagem destacada acima pertencente ao engenho: o do servilismo e do sexismo acometido à mulher preta. A teórica estadunidense bell hooks (2022) em *E eu não sou uma mulher* situa, pelo curso da visão escravista da seguinte maneira: “O sexismo era uma parte integral da ordem social e política que os colonizadores brancos trouxeram das suas terras da Europa e teve um impacto grave no destino das mulheres negras escravizadas” (hooks, 2022, p.37).

No contexto da obra, é possível averiguar essa afirmativa introduzida pela a ativista bell hooks (2022), haja vista, conter esses ditames frequentes no discurso de Carlos de Melo, O Doidinho. A personagem Paula representa o reforço dessa marca machista e racista promovida pela institucionalização do patriarcado que se repete. Neste sentido, bell hooks (2022) traz para a modernidade a reflexão sobre qual o espaço e liberdade que a mulher preta está inserida ou que sequer conquistou desde a escravização.

No debate acadêmico, a teórica expõe que os temas relativos ao sexismo e ao servilismo tocante às mulheres no século XIX nos estados Unidos, eram abordados como se isso fosse apenas uma memória do passado, no tempo da escravidão, quando milhares de mulheres pretas no mundo moderno sendo vistas como meras empregadas domésticas, mulheres com corpos exóticos e destinados a iniciação sexual ou objetos de luxúria por homens brancos, sequer tornaram-se pautas nos estudos de produção científica.

Isso é uma pauta importante de se destacar nesse curso paralelístico entre passado, presente e futuro dos estudos acadêmicos e da internalização do real significado da liberdade feminina. A provocação “e eu não sou uma mulher” por uma ativista preta que se sente incomodada na sociedade branca e racista que silencia e normaliza a subalternidade e o sexismo na modernidade traz uma provocação quanto tem a sociedade a estabelecer os parâmetros de igualdade social, independente de gênero, classe e raça.

Ademais, isso converge na literatura reguiana quando contrapõe esses registros frequentes engendrados pelo escravismo, mas que reflete na modernidade. A ficção de José Lins do Rego tratada em *Doidinho* quanto essas marcas de exploração de corpos femininos, dialogam temporalmente com as ideias trazidas acima por bell hooks (2022).

É pela cozinha do internato que o narrador insere estas sugestões e ainda outras perspectivas que dizem respeito às relações de domínios, não somente através de Paula, mas também de outra personagem, a Francisca, ou como revelada na obra: Sinhá Francisca.

“VIERA UMA NEGRA TRABALHAR com Paula. Dizia que era de Recife, e sabia histórias para contar, histórias de feitiçarias de brancos castigados” [Sic] (Rego, 2020, p. 89).

O narrador no capítulo onze da obra, faz toda uma introdução das visões da mulher sobre a sociedade branca, e que por meio das histórias contadas, revelava não somente o descontentamento pelo sistema escravista pelos comportamentos dos brancos sobre os pretos, e dos senhores sobre os servos, mas também ações de punição, e deslocava essas insatisfações e o desejo de justiça, para a ficção dentro da ficção. As histórias contadas por Francisca reveladas por Doidinho, denunciava que [...] “Os brancos têm muita soberba” [Grifos do autor] (Rego, 2020, p. 90). A personagem demonstra uma inserção da realidade desejada por muitas pessoas escravizadas, a da justiça e a da reparação por danos sociais, físicos e psicológicos que a sociedade dominante havia por séculos causado.

O diabo da negra me arrastava para a cozinha e enquanto lavava os pratos ia batendo com a língua, contando os seus casos. Em tudo mostrava o seu ódio aos brancos. Como era diferente das negras do Santa Rosa - da vovó Galdina, da tia Generosa, para quem os brancos eram as melhores coisas do mundo.

[...] E continuava as suas histórias de casas mal assombradas, de senhores de engenho pagando os seus pecados neste mundo. A mãe dela fora escrava do velho Suassuna do Pombal. A casa dele ainda estava de pé para se ver. A senzala parecia solitária de soldado. Aquele também o diabo o levará. Eu lhe perguntava se também tinha sido escrava:

— Deus me defenda! Eu peguei o ventre livre.

— Que diabo é ventre livre, sinhá Francisca?

— Não sabe, não? Branco deve saber de tudo. Quer dizer que eu nasci livre, menino. A lei mandava que as negras não podiam mais parir cativos (Rego, 2020, p. 91).

Como anteriormente discorrido sobre os impactos de dominação atribuídos à branquitude pela mulher cozinheira do internato, a Francisca, esses relatos tomam dimensões intrínsecas no narrador, em que dizia respeito às relações de domínios muito além de suas imaginações concupiscentes.

O fato de uma mulher negra sem medo, verbalizar esse ódio aos brancos, o Doidinho tenta verticalizar no romance essas percepções em outra perspectiva, a da transgressão. Ao perguntar se a personagem havia sido escrava também, percebe-se uma ironia sobre os motivos porque havia tanto ódio naquelas palavras. O discurso de Francisca apresenta, conforme Coutinho (1980), a figura e o mistério contido naqueles que nasceram estigmatizados, pois, Francisca discorre que o fato de ser livre no momento, não apagava as memórias danosas que o patriarcado causou na sua ascendência. E assim, o narrador faz esse paralelo entre o passado e o presente.

Esse ponto trazido na ficção de Lins do Rego, reflete também não somente para aquele público do século XIX a insinuação de esquecer o passado, mas essa proposição se repete na

contemporaneidade, quando a sociedade branca e embranquecida questiona se são os mesmos métodos que colocam a negritude nesse lugar de exclusão. Não tem objetivo, entretanto, de adicionar visões suplementares de solidariedade ou sororidade, mas a finalidade de ridicularizar esse paralelo. Isso devido à consciência coletiva de que o presente não se repete essas atrocidades. Uma notícia publicada em 20 de junho de 2023 no site da UOL³ revela que os homens ainda continuam sendo os “donos” dos corpos femininos, e que o corpo da mulher preta é o mais violentado física e sexualmente.

As práticas abusivas além do sexismo e do servilismo que são arrastadas de forma simbólica também refletem na atualidade questões precisas inerentes ao escravismo quando no passado, hooks (2022) põe em destaque a versão de que “O tratamento brutal das mulheres negras escravizadas pelos homens brancos expôs a profundidade do ódio masculino às mulheres e ao corpo das mulheres” (hooks, 2022, p.23), e tendo registros presentes sobre práticas violentas, as inserções capitais de silenciamento e servilidade, são postas de forma obscura, invisíveis, e por isso, consentem com a ideia trazida no texto literário, como se somente quem viveu o tempo árduo da escravatura tivesse a legitimidade para expor os propósitos sofridos. Todavia, o que se vê é ainda como se propagam os relatos, internalizados e postos ao externo sob os pontos de vista do dominador.

Ao tratar dessa simbologia interdiscursiva que fala a visão coletiva de uma sociedade, a Chimamanda Ngozi Adichie (2019) em *O perigo de uma história única* diz que é impossível fazer um relato de uma história sem este estar contido inteiramente na relação de poder. A partir desse ponto de vista, entende-se, pois, ser discurso dominante que propaga a verdade sobre os fatos sociais. Na obra em análise o narrador é parte dessa estrutura que autentica o retrato da mulher preta entre o tempo passado e presente situado dentro da narrativa, em que ele mesmo faz esse paralelo, expõe, critica e se serve dela.

Ao dar destaque à Paula e Francisca, o Doidinho expõe como são diferentes as formas pelas quais esses campos são automatizados e consideram que a mulher preta do século XIX era uma espécie a ser objetificada, mesmo na consciência de que a lei da abolição havia colocado em xeque tais imposições como uma legalização da exploração sob a nova forma de legitimação que os subservientes permaneciam nesses lugares por conveniência e não por obrigação. Essa herança tradicionalista do patriarcado tratado por José Lins do Rego nessa obra, situa o leitor de que as rupturas de poder institucionalizadas ainda requerem um

³ Disponível em :<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/06/negras-tem-maior-risco-de-sofrer-violencia-fisica-e-sexual-no-brasil.shtml>. Acesso em 01.07.2023 às 9h30min.

percurso de reflexões e correções, essas que no campo científico-acadêmico podem refletir sob tendências literárias que prestigiem as identidades de modo privilegiadas.

No entanto, percebe-se que, na insistência de reafirmar as forças rompidas como singulares no que concerne a visibilidade de figuras outrora marginalizadas física e sexualmente, em contraponto com a realidade presente da personagem Francisca, o narrador situa essa camada silenciada ao percurso da insurgência dos aspectos ainda necessários a rupturas dominantes.

Se na escravidão a permissividade legitimava o poder da força brutal sobre o corpo da mulher preta, na pós escravidão, a repetição é normalizada e negada. Em *Doidinho*, ainda que a transição proposta no acoplado de obras que versam sobre o ciclo açucareiro no Nordeste paraibano de José Lins do Rego, marque por meio dos lapsos de tempo nos discursos através dos termos como, *escrava e senzala*, em paralelo com o *ventre libre, nasci livre*, o fato de situar o lugar onde saem esses discursos relatados por Francisca ainda ser no âmbito da cozinha, mesmo não sendo no espaço rural, mostra que o *nasci livre* exibido pela personagem ainda era limitado.

Deste modo as formas variadas pelas quais intercalam sobre determinações sociais atribuídas às mulheres pretas expostas por *Doidinho* na perspectiva patriarcal, coloca em evidência os plurais significados que se pode abstrair do racismo e do machismo no decorrer na historicização, quando as pautas literárias revelam os comandos sociais, e revelam as hierarquias de poder, por meio de personagens que representam o poder dominante, e os que são subjugados e objetificados.

Retomando os excertos contidos na obra *Doidinho*, se faz necessário mencionar que dadas essas possibilidades, as frequentes repetições de machismo e racismo perpetuavam sobre as mulheres pretas de modo consciente e inconsciente, quando por meio da declaração memorial, o narrador acrescenta a seguinte situação:

Uma negra junto de mim contava a história da filha:

— Se perdeu, caiu no mundo.

Queria dizer muita coisa aquele triste “Caiu no mundo” [grifos do autor].

[...] — O dono da terra fez mal à menina. Só fez encher a barriga da pobre; nem deu um vintém para os panos do filho. E foi indo, e foi indo, até que levou o diabo.

A negra contava isto com uma amargura cândida nos olhos que marejavam.

[...] O dono da terra fizera mal. Os pobres lhe pagavam este foro sinistro - a virgindade das filhas. (Rego, 2020, p. 75).

O destaque primeiro é em relação da invisível nomeação das personagens. Ao evidenciar que tratava de um relato de uma mulher negra sobre outra mulher negra, o narrador situa essa verticalização de poder entre o poderoso e a figura feminina objetificada, dada sem

nenhuma importância. Acrescida ao fato narrado, há a contravenção por parte de Doidinho nessa mesma hierarquia ao esconder diretamente quem falou e de quem se falou, especificamente. Logo, é visto que as personagens pretas nomeadas neste romance aparecem de modo que exhibe não positiva visão da figura feminina, mas ao do narrador e, conseqüentemente, da estrutura que o representa, como o que tudo pode fazer e falar. Em toda a obra, o narrador nomeia apenas as personagens Paula e Francisca.

Paula posta em contraponto à Francisca, em que as suas individualizações apelam apenas para duas possibilidades. À Paula a imagem da mulher da cozinha que viola e rompe os meninos do internato, à Francisca a servil, que pela idade era destinada apenas ao trabalho de cozinheira. O narrador deixa explícito essa diferença quando interpõe as seguintes frases: Sinhá Francisca parece que desconfiava da história: “— Olha o teu menino, Paula. Disse uma vez na cozinha. [...] Foram passados assim, entre Deus e o diabo, os dias de minha quaresma. Mais com o demônio, que se mostrava para mim nos dentes brancos e nas boas carnes da negra Paula” (Rego, 2020, p. 94-95).

Consoante o fragmento anterior é possível nesses retalhos e representações entre um personagem masculino, branco e com poder aquisitivo alto e as personagens femininas, estas que socialmente são avistadas apenas pelo significado do ser “negra”. Além disso, estão vinculadas ao serviço a favor dos mais poderosos, principalmente marcados pelo sexismo do corpo da mulher preta, carecem os signatários no curso da inscrição literária como método de contrapor esses equívocos remanescentes da escravidão, mas também apontar formas de combate.

O Brasil representado na obra **Doidinho** que marca uma transição pessoal e histórica não se destaca preferencialmente ao quesito econômico, mas às fontes dessa conhecida economia ou por ela produzida. Evidenciar as partes invisibilizadas por correlatas proteções de uma estrutura dominante do patriarcado expõem os aspectos complexos que reverberam o racismo. O desinteresse em conceber a mulher como sujeito na sociedade, contempla a repetição temporal dos métodos que há séculos estão em dívida com grupos “minoritários”. Por último, ressalta-se que a mulher preta nessa aparente objetificação do ser ligado ao diabólico, servil, sensual, sexista, e demais atribuições negativas ligadas ao corpo e status, no entendimento da branquitude, infelizmente, obedecem a esse retrato trazido pela ficção de José Lins do Rego no contexto do século XIX e, presente, no mundo pós-colonial.

3.3 Mulheres negras em Banguê: corpos corrompidos

A obra *Banguê* foi publicada em 1934, sendo a última a compor a trilogia a qual narra a história pessoal de Carlos de Melo. Nesta obra o narrador fecha o ciclo individual baseado na vida pessoal em confronto com a propositura histórica sobre o período da cana-de-açúcar como fonte principal da economia nordestina no início do século XIX.

Organizada em três partes, sendo a primeira intitulada de *O velho José Paulino*, a segunda *Maria Alice*, e a terceira *Banguê*, onde o espaço situado é o engenho Santa Rosa, após um lapso de tempo entre a infância tratada na obra *Doidinho* e a apresentação do narrador já na fase adulta, bacharel em Direito. Nesta obra, são evidenciados os porquês da transição dos banguês à usina, e quais prejuízos ocasionados ao narrador e ao engenho Santa Rosa.

Com a morte do avô José Paulino, a figura que melhor representava o poder de um patriarca, referência repetidamente trazida por Carlos de Melo, a ruína do antigo sistema econômico rural ocasionou consequentes abalos psicológicos e crises existenciais ao protagonista, ao de perda da referência de poder patriarcal e a da incapacidade de seguir os parâmetros de produção no mesmo auge enxertada nas obras *Menino de Engenho* e *Doidinho*.

O Santa Rosa em *Banguê* deixa de ser o paraíso, e passa a ser o espaço de disputa psicológica pessoal do Dr. Carlos, como assim era chamado por seus subordinados. Nesse romance a concretização do declínio açucareiro refletia sobre a imagem que o narrador fazia de si diante daquela sociedade de forma contraditória de modo que aclara as formas pelas quais se nomeia um fracassado.

Ao centrar ideias sobre decadências, o narrador condensa em si, variadas perspectivas sobre os equívocos dispensados pelo patriarcado, e no curso da obra, elabora sistematicamente como a civilização moderna dos meios de produção chocaram com o tradicional método de explorar a cana-de-açúcar. Além disso, esta obra traz um prenúncio de como a decadência humana refletiu sobre esse sistema de produção.

Embora essa temática sobre a decadência seja epistolada em *Fogo Morto*, obra narrada em terceira pessoa e publicada em 1943, José Lins do Rego nesse compilado de obras que versam acerca da cana-de-açúcar, faz esse ensaio referenciado sobre a derrocada de um grupo através do narrador-personagem de *Banguê*, nove anos antes de sua obra tida como a obra prima de Lins do Rego.

De modo particular, essa marca em *Banguê* intensifica os fios memoriais que tratam em miúdos das travessias humanas entre os panoramas que abarcam as insinuações tratadas em *Fogo Morto*, pela voz pessoal de quem vivenciou e fracassou. O narrador num viés de

continuidade melancólica já anunciada em *Menino de Engenho* por causa da sua orfandade, com a morte do avô, se sente órfão pela terceira vez: perdeu a mãe, o pai, e o avô.

Como dito no tópico anterior, desde Doidinho os prenúncios sobre essa inovação da atividade açucareira já estava sendo inserida nos engenhos. Doidinho faz essa anotação da seguinte forma:

— Eu vi a usina Cumbe. O açúcar lá sai branco. Usina, sim, que é bonito para se ver. Você nunca viu usina. Ouvira falar das usinas pelos moradores que voltavam de Goiana. Quando ele me dizia que as moendas puxavam a cana numa esteira, eu me espantava. (Rego, 2020, p. 97).

Nesse contexto de transição econômica, é possível identificar que o espaço de produção também dá destaque à presença de mulheres remanescentes do tempo escravagista. Quanto ao que versa a figuras femininas a qual essa análise abarca foi analisada a inserção das personagens Josefa e Maria Chica.

Primeiramente, em se tratando da personagem Josefa, o narrador nomeia a personagem como a finalidade de destacar uma situação vivida de crueldade a qual ele está inserido, pois em *Menino de Engenho*, a menina criada como a escrava da velha Sinhazinha, cunhada do Velho José Paulino, o senhor do engenho Santa Rosa, sequer era citado o nome, como se vê em: “Ela criava sempre uma negrinha, que dormia aos pés de sua cama, para judiar, para satisfazer os seus prazeres brutais” (Rego, 2012, p. 36).

Em *Banguê*, a personagem aparece como o nome: “Ela estava criando uma negrinha de uns dez anos, chamada Josefa” (Rego, 2021, p. 35). Nos retromencionados discursos cabem a informação de que o destaque não é dado à personagem Josefa pela situação de escrava, mas sim, como fio entre a interpretação sobre quem é mais malvado: quem escraviza, ou quem é posto como aproveitador sexual de meninas.

Deste modo, já se tem uma ideia sobre quais os corpos eram corrompidos nesse espaço rural, e quando elas ganham destaque na trilogia. Em *Banguê*, logo no terceiro capítulo, o narrador aponta a vítima escravizada pela Sinhazinha, em decorrência do acontecido, cuja finalidade se dava porque, num jogo de disputa, a crueldade ultrapassou o corpo de uma menina escravizada.

A situação a qual a menina é submetida na narrativa, é de violência física e psicológica causada por sua dona, fato posto como comum no período escravagista e no pós-abolição, uma vez que era vigente entre as senhoras terem uma escrava jovem como acompanhante e que, eram lugar de descarrego das frustrações das donas. Fato em decorrência da grande massa de pessoas libertas permanecerem nos átrios da casa grande em busca de sobrevivência,

e a maioria das mulheres pertencentes a estes súditos, herdaram filhos e filhas de seus senhores ou dos filhos do proprietário, numa contínua exploração sexual do corpos das mulheres pretas, o que resultava em meninos e meninas sem nenhuma perspectiva digna, e assim, as mães sem condições de subsistência, apelavam para a entrega de filhas aos que detinham condições de ao menos oferecer-lhes comida. Até porque segundo Laurentino Gomes (2019) a verdadeira liberdade nunca foi atuante em sua literalidade, e que a realidade das pessoas pretas e outrora escravizadas pelo sistema da escravidão, o historiador esclarece que após a abolição no Brasil:

Liberdade nunca significou, para os ex-escravos e seus descendentes, oportunidade de mobilidade social ou melhoria de vida. Nunca tiveram acesso a terras, bons empregos, moradias decentes, educação, assistência de saúde e outras oportunidades disponíveis para os brancos. Nunca foram tratados como cidadãos. (Gomes, 2019, p. 25).

No caso de Josefa, é assim que Carlos de Melo exemplifica: “Mãe me deu aqui, porque estava morrendo de fome. A bichinha apanhava por tudo. Os cachorros da velha eram bem mais tratados. A sua vida miserável começava a me tocar, sentindo por ela uma simpatia misturada de pena” (Rego, 2021, p. 36). Logo, vê-se um duplo problema trazido através da menina Josefa: a violência em seu corpo e a desigualdade social econômica.

A situação de ser tratada pior que os animais da casa, não somente impõe uma força exploratória, mas de ênfase sobre a propriedade como objeto. O caso de Josefa, por ser ainda uma criança, visibiliza o protótipo do escravismo percorrido por Angela Davis (2016): “O sistema escravista definia o povo negro como propriedade” (Davis, 2016, p. 17). E nessa visão, essa agregação de poderio não respeita sequer as faixas etárias de vida. Josefa é uma criança ainda, que vive à mercê de ordens rígidas de servidão e debaixo de chicote. Para Sinhazinha, Josefa representava um animal como os outros que criava.

Pode-se ainda mencionar o fator da relação de superpoder que viola aqueles que foram colocados à margem, pautados na enfática prática de domínio. Essa repressão marcada pela fala “Mãe me deu aqui, porque estava morrendo de fome”, traz muitos significados a respeito da condição dada às crianças vítimas do escravismo histórico. Para Foucault (1979) em *Microfísica do Poder*, as relações de poder são desiguais e relativamente estabilizadas de forças, “o que implica um em cima e um embaixo” (Foucault, 1979, p. 250). Nesse caso, para Foucault (1979) o poder está relacionado às estratégias que se representam numa espécie piramidal, onde os mais fracos sustentam as projeções de poder central.

Que uma classe se torne dominante, que ela assegure sua dominação e que esta dominação se reproduz, estes são efeitos de um certo número de táticas eficazes, sistemáticas, que funcionam no interior de grandes estratégias que asseguram esta dominação. (Foucault, 1979, p. 252).

De acordo com o teórico supracitado os interstícios de poder que pairam sobre a estrutura dominante, provocam uma cadeia de relações com representações contrárias, e assim uma se torna maior em detrimento de outra. Para aplicação sobre o objeto tratado, a relação de poder entre Sinhazinha e Josefa fica subentendido, nessa posição de subalternidade, é um conformismo pela oportunidade de continuar existindo, e isso converge quando Foucault (1979) denomina esse tipo de poder existente porque há relações recíprocas. O que significa que essas personagens, representam em si, essas camadas sociais. O que não implica que haja um acordo entre o subserviente e quem detém um poder, ou seja, é uma estrutura involuntária de manutenção de domínio instituído na sociedade, todavia às custas de explorações, e assim os objetificados e os sujeitos mantêm uma relação vertical, em que apenas os dominantes gozam de privilégios.

Como se vê, o espaço do Santa Rosa resistia após a abolição por essa marca de “gratidão” e assim, o escravismo legal revogado, é revelado e contínuo por meio da troca de comida e da servilidade destes corpos. O trabalho destinado às figuras vítimas do patriarcado após a lei da escravatura, é bem representado na trilogia de José Lins do Rego, e essa exploração, se desenvolvia de diversos modos, bem como: o trabalho doméstico permanente na cozinha do engenho, no rio pelas lavadeiras, nos quartos pelas arrumadeiras, na exploração sexual de corpos subjugados, além de simbólicas fissuras do machismo-racismo institucionalizado.

Nos discursos de Carlos Melo sobre Josefa é essa imagem captada: um ser objetificado, a que servia à casa-grande e tinha o seu corpo maculado pela força patriarcal que intensificava o poder por meio da violência e exploração. É uma marca típica que emerge da realidade dúbia da pessoa escravizada, pois a fala de Josefa além de insurgir a corrente dureza da servilidade, entoa uma amargura pela circunstância a qual foi submetida: a da miséria de sua ascendente que sequer tinha condições de oferecer-lhes o alimento, fonte premissa da sobrevivência.

Nessa esteira, essa onda do escravismo que fazia os libertos se submeterem à servilidade contínua, atuava como uma hereditariedade, pois entre a realidade da mãe de Josefa e ela, dizia respeito às iguais circunstâncias de classe social. Como visto, essa investigação da matéria do corrompido através da personagem Josefa pela hegemonia de exploração e trabalho escravo, evidencia de forma documental os hábitos dominantes que

regiam a sociedade açucareira do início do século XIX no nordeste brasileiro do romance reguiano. Mesmo em se tratando de arte ficcional o romance em estudo, é uma deformação realística de uma sociedade que comandava a economia regional. É uma atenuação esclarecedora, obviamente, no limite da arte e realidade.

A Sinhazinha vivia a todo custo, na visão explicitada pelo narrador, reafirmando as forças de dominação de uma mulher sobre a outra, a que era branca sobre a preta, a que tinha poder econômico, e a que não tinha o que comer, a que vivia de confortos, e as que permaneciam na senzala. Essa personagem é posta como um elemento metafórico sobre como na relação entre mulher e mulher existe uma falha no quesito sororidade, desde os tempos da escravidão. A Collins (2019) ao mencionar sobre a transversalidade de grupos, exterioriza que ao longo da história, especialmente à batalha entre gêneros, a mulher branca foi penalizada pelo gênero, mas privilegiada por razão de raça e cidadania. Nesse espectro, a Grada Kilomba (2020) situa essa perspectiva trazida por Patrícia Collins (2019):

Esse modelo de mundo dividido entre homens poderosos e mulheres subordinadas tem sido criticado fortemente por feministas *negras*. Primeiro, porque ele ignora estruturas raciais de poder entre mulheres diferentes; segundo, porque não consegue explicar por que homens negros não lucram com o patriarcado; terceiro, porque não considera que, devido ao racismo, o modo como o gênero é construído para mulheres negras difere das construções da feminilidade branca; e, por fim, porque esse modelo implica um universalismo entre mulheres, que localiza o gênero como foco primário e único de atenção e, desde de que “raça” e racismo não são contemplados, tal ideia relega as mulheres negras à invisibilidade. Para reconhecer a realidade de mulheres negras, temos de distinguir os entrelaçamentos de “raça” e gênero em estruturas de identificação. A incoerência do termo “sororidade” torna-se óbvio no episódio que recordei no início deste capítulo, pois ele não consegue explicar o porquê de uma menina negra ser convidada a tornar-se a serva de uma mulher branca e de sua filha branca. Nessa cena, não há “sororidade”, e não há cumplicidade entre as mulheres, mas sim uma hierarquia - hierarquia racial, pois eu fui interpelada a tomar-me a serva de uma mulher branca (Kilomba, 2020, p. 101).

Essa crítica trazida por Kilomba (2020) demonstra a omissão por parte da mulher branca na busca interseccional da mulher preta, pois esses rastros mesmo antes de lutas feministas já se faziam presentes, como demonstram as artes literárias. Também cabe reiterar que é pontual, sobretudo pontuar que a mulher branca buscava seu reconhecimento enquanto mulher poderosa, ao mesmo tempo, que participava de uma estrutura que explorava outros corpos femininos. Grada Kilomba (2020) situa esse fenômeno de falsa ideia de sororidade: A luta antirracista não é parte das feministas ocidentais, principalmente porque suas precursoras brancas não foram e não são confrontadas com a violência racista, mas “somente” com a opressão de gênero (Kilomba, 2020, p. 103). Percebe-se por meio da exposição acima que quando os direitos são negociados, resulta em parcelas universais de poder. Pois, ao

evidenciar que o feminismo ocidental deixou de inserir as mulheres pretas para os mesmos ideais de liberdade e, desta maneira, compactua com a binaridade racial.

Embora a luta pela equiparação de direitos no que concerne ao gênero possa ter sido em sua totalidade alcançando o todo feminino, a realidade é que as mulheres de cor, serviram de escadas para que outras conseguissem transcender socialmente. Diante da ideia de falsa sororidade social, apresentada por Kilomba (2020), constata-se essas representações na literatura, na qual é demonstrado os estratos que se fazem reais na vida operante.

A forma em que é narrada a personalidade de Sinhazinha, é a de que atormentava as suas subordinadas, sendo que, o seu maior poder era o das chaves da despensa do Santa Rosa. Desse modo, percebe-se que esse poder privado de Sinhazinha constitui o eixo da representação da mulher tocante ao poder feminino.

Michelle Perrot (2022) situa que no século XIX é comum observar esse poder sob outro poder. Pois a mulher que ordena o familiar, o espaço doméstico, só possui parte desse espaço para dominar: “A fronteira entre o público e o privado é variável, sinuosa e atravessa até mesmo o microespaço doméstico” (Perrot, 2022, p. 189). Conforme a historiadora, dentro desses interstícios culminou uma corrente de segregação, em que para a mulher tal poder correspondia ao ambiente e trabalho doméstico, quanto aos afazeres, e nunca quanto ao gerenciamento das finanças das famílias.

É possível, portanto, abstrair esse compacto progressivo de poder alcançado pela mulher desde a abolição, transferiu esse poder minimizado de forma também segregada e opressiva, ocasionando um estado de irmandade entre o poder masculino e o feminino que se estabelecia nesses microespaços. E desse modo, é considerável também pontuar que o confronto com os dispositivos patriarcais, não foram em toda a luta feminista capaz de equiparar as intersecções entre gêneros, e o que é pior, promoveu uma falha extensa tocante às questões de raça e classe.

Angela Davis (2016) explicita que no “período pós escravidão, a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos” (Davis, 2016, p. 98). Assim, se vê como a eufemização da escravidão serviu os lares de pessoas brancas, em que as companheiras mulheres serviram-se e servem-se da mão-de obra da mulher negra. A teórica ainda menciona que essa equiparação que instituiu a mulher negra ao trabalho doméstico, não se trata de um vestígio exclusivamente da escravidão, pois nunca desapareceu no decorrer do tempo. Nesse paralelo a respeito da dualidade quanto à liberdade feminina, Davis (2016) pontua que:

As mulheres brancas – incluindo as feministas - demonstraram uma relutância histórica em reconhecer as lutas das trabalhadoras domésticas. [...] Nos programas das feministas “de classe média” do passado e do presente, a conveniente omissão dos problemas dessas trabalhadoras em geral se mostrava uma justificativa velada – ao menos por parte das mulheres mais abastadas – para a exploração de suas próprias empregadas (Davis, 2016, p. 104).

Nesse viés, fica claro como é refletida no corpo da mulher preta a extensão do patriarcado, em que consiste em fornecer situações de exploração e limites sobre quais conquistas podem alcançar. A simples oferta de emprego, não é suficiente para declarar a liberdade feminina quando estes trabalhos são as sobras do que outros não querem fazer. E o trabalho doméstico em si, é uma sina que fora instituída para a mulher negra desde a escravidão, e que, continuamente, se repete. O problema grave trazido tanto por Kilomba (2020) e Davis (2016) é o descaramento das mulheres brancas enquanto peça objetificada pelo homem branco, compactua com a objetificação do corpo de mulheres pretas nos lares desse público, como simples serviçais.

No largo temporal apontado por José Lins do Rego na trilogia por meio da personagem Sinhazinha, são condensadas essas gênesis seletivas sobre a liberdade feminina no decorrer do tempo, marcada pelo pertencimento da classe com poder aquisitivo. Pois Sinhazinha já era uma mulher divorciada, que em *Menino de Engenho*, Carlinhos a qualifica:

Vivia separada do marido desde os começos do matrimônio. [...] Era ela quem tomava conta da casa do meu avô, mas com despotismo sem entranhas. Com ela estavam as chaves da despensa, e era ela quem mandava as negras no serviço doméstico. Em tudo isso, como um tirano. Meu avô, que não se casara em segundas núpcias, tinha, no entanto, esta madrastra dentro de casa. (Rego, 2012, p. 36).

Assim, esses pequenos espaços de comando demarcados pelo narrador de Lins do Rego, demonstram também quais espaços que a mulher em sua condição de matriarca ocupa: detentora de um micropoder, que, para Foucault (1979) esses dispositivos intrínsecos e extrínsecos de poder devem ser observados da seguinte maneira: “O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia” (Foucault, 1979, p. 183). Com frequência, esse poder adquirido pela personagem Sinhazinha, estava sobre os comandos de trabalhos que diziam respeito à organização e manutenção da casa-grande. Isso é na contemporaneidade, dito que a mulher é quem é a dona da casa, nesse ar de sempre subalterna aos ímpetos domésticos, da família, e sempre nesse lugar de dona de casa.

A estratégia de conformar a mulher nesse “lugar de dona” transmite uma falsa ideia de igualdade de espaços de poder, isto é mais relacionado tentativas de obter permissividade social, numa espécie de comparsa do patriarcalismo, em que a aceitabilidade da mulher num

patamar de senhora dona, a sociedade a recebia como mecanismo de igualdade de poder entre os gêneros. Mas tal comando a fazia naquele espaço uma detentora de força dominante, pois, a esfera mais importante no âmbito doméstico, conseguia determinar quem recebia os melhores alimentos, assim como, quem exercia as atividades domésticas no Santa Rosa. Logicamente, nenhuma mulher branca. Nesse sentido, há uma revelação de como a mulher branca, pertencente à família patriarcal, reforçava as forças dominantes sobre a mulher preta presente na casa grande no contexto da cana-de-açúcar.

Estranhamente, a relação de Carlos de Melo com a tia-avó é apontada pelo protagonista como uma espécie de tormento em *Menino de Engenho*: “Logo que a vi pela primeira vez, com aquele rosto enrugado e aquela voz áspera, senti que qualquer coisa de ruim se aproximava de mim. Esta velha seria o tormento da minha meninice” (Rego, 2012, p. 36). Em *Doidinho*, o narrador ratifica essa imagem assombrosa que a personagem o causava: “Muitas vezes a velha Sinhazinha me deixava esta impressão de pavor” (Rego, 2020, p. 26). Dessa forma percebe-se que há todo um percurso negativo quanto ao que representava a tia-avó ao protagonista desde a primeira obra até *Banguê*.

Embora esse aparato de dominação tivesse um parâmetro singular de concretização de poder patriarcal, que estava relacionado apenas ao comando da casa-grande quanto aos afazeres domésticos e com os integrantes do lar, a Sinhazinha, nesse lugar de comandante malvada, patrocinava mais a estrutura de domínio do que a inserção da mulher em conquistas de comandos. Isso recai sobre o que a Heleieth Saffioti (2013) se refere ao dizer que “O sistema produtivo de bens e serviços de uma sociedade constitui um núcleo, aquilo que define seu tipo estrutural” (Saffioti, 2013, p. 63). Assim quer dizer que o núcleo dominador está fincando na norma do patriarcado, que sabe conscientemente até onde cede aos dominados. Dessa forma, o ciclo de poder sai da hegemonia masculina, e passa a constar na estrutura masculino-feminino. Cabe destacar que esse método mantém as forças de poder, quando estão mancomunadas em nome de um único sistema controlador.

Toda essa revelação elaborada pelo discurso de Carlos de Melo, baseados nos sentimentos de raiva que acompanham os discursos na trilogia, é em *Banguê* que se concretiza o pesadelo real para o protagonista, além logicamente, da surra que levou no Santa Rosa, fato narrado em *Menino de Engenho*. Na condição já mencionada que Josefa se encontrava, a Sinhazinha faz acontecer a maior crueldade na perspectiva do narrador, ou ainda pode-se constar o clímax deste enredo que inseriu a personagem para concretizar as suas impressões desde menino acerca da velha Sinhazinha.

A situação trazida pelo narrador é de que, por enxergar em Carlos de Melo, neto doutor que herdaria todo aquele império, a senhora utilizou-se uma estratégia para atingir o rapaz e destruir socialmente a imagem enquanto senhor, o de que se servia sexualmente de suas subservientes: “A VELHA SINHAZINHA⁴ começava a me fazer oposição. A idade não tinha consumido a violência de seus processos. Sabia ainda cercar o inimigo por todos os lados” (Rego, 2021, p. 33). A construção narrativa desenvolvida por Carlos de Melo, é a de que, como estratégia para aniquilar o seu inimigo diante da esfera social, a velha espalha o boato de que o sobrinho neto abusou sexualmente da sua escrava de companhia.

Era, portanto, uma tática que traria confiabilidade, pois havia dois álibis para ser sustentado perante a sociedade presente e os limites dela. O primeiro era o de resgatar os antecedentes do Carlinhos, que servia sexualmente de mulheres negras e assim ter sido iniciado sexualmente. Por essa razão, era fato sabido por todos dessa postura sexista do narrador, então ninguém ia confrontar e enfrentá-la. O segundo, é de que em se tratando de uma figura feminina preta, essa situação não caberia sequer desconfiança, pois comumente nas casas-grandes, o tributo da exploração sexual era frequente. E, isso não seria confrontado, porque o corpo da mulher preta tinha essa predestinação sob os critérios patriarcais de domínio.

A negra Josefa não me apareceu mais. estava proibida de chegar perto de mim. Depois soube de tudo. A surra fora para que a pobrezinha confessasse que queria lhe fazer mal. Tia Sinhazinha andava dizendo que eu vivia beijando a negrinha. Em breve, em todos os engenhos corria a notícia. Seria um monstro pra todo mundo. Com uma menina de onze anos!

Havia de engenho a engenho uma cadeia de intrigas. família grande dava em imundície, dizia-se sempre. Baltazar andava almoçando no Santa Rosa, jantando no Oiteiro, ceando no Maravalha. Transmitia as novidades uma regularidade de correio fiel. O que passava no Santa Rosa, sabia-se na Várzea toda.

[...] A minha história com a negra, o meu ataque, estariam de boca em boca, nos cochichos, nos espantos das primas do Maravalha.

—Lembre-se disso. Que rapaz perdido!

Era assim que elas comentavam, censuraram. Todos eles faziam o pior juízo de mim (Rego, 2021, p. 39).

Conforme notado no trecho acima, havia um ponto em comum sobre essa tratativa: tanto Carlos de Melo quanto Josefa tinham a confirmação social de um boato que se fizesse evidenciar relacionado ao uso do corpo da menina: a de um pervertido sexual e a de uma negra, que só por ser mulher e de cor, já carregava o estereótipo de oferecida para os homens da casa-grande. Frantz Fanon (2020) diz que “em relação ao negro, na realidade, tudo se desenrola no plano genital” (Fanon, 2020, p 171). Em outro excerto, ele fala que o negro simboliza o biológico. Pois, Fanon (2020) coloca esses arquétipos que, historicamente dizem

⁴ A transcrição do texto mantém a originalidade do texto de origem (Rego, 2021, p. 33).

respeito aos princípios de diferenças tocantes à cor da pele, e que suscita socialmente o desencadeamento de encruzilhadas que definem privilégios ou sacrilégios, registrados como seres superiores e inferiores. Frantz Fanon (2020) ainda ressalta que, partindo dessa premissa biológica, o negro também representa, do ponto de vista da branquitude, outra coisa. A experiência coletiva absorvida pelo racismo implica, portanto na hegemonia do negro ser o simbólico do mal, do pecado, agressivo, o instinto sexual.

Assim, Collins (2019) diz que a sociedade nega a humanidade das mulheres pretas, e deste modo trata-as “como o Outro objetificado em múltiplos binarismos, demonstra o poder que o pensamento binário, a diferença formada por oposições e a objetificação exercem nas opressões interseccionais” (Collins, 2019, p. 139). Desse modo é pertinente patentear essas inscrições presentes nos textos literários, como finalidade de suscitar métodos humanizadores sem o ponto de vista da dominação.

Pois, a estratégia de Sinhazinha em usar Josefa na trama do sexismo ligado ao Carlos de Melo, reflete na estrutura hierárquica de poder, e documenta a objetificação que corrompe o corpo e alma da mulher preta. Percebe-se que ao fazer o fato inventado ganhasse publicidade, destruiria a força de senhor que estava prestes a se instituir.

E de fato, a notícia se espalhou, conforme anunciado pelo narrador, ao ponto de ser conteúdo da carta recebida pelo amigo Mário Santos da cidade, amigo de faculdade. No registro da carta sobre tal situação, mesmo em pós escrito, é revelado que tinha ido longe demais o boato alavancado pela Sinhazinha. “P.S.: mande-me contar a história da negra. Não acreditei. Logo você, que vivia falando em pureza de raça. Mande-me contar esta história com todos os “efes” e “erres” [grifos do autor] (Rego, 2021, p. 49). Diante deste fato, o imaginado tinha ganhado uma repercussão prevista pela velha.

Esse registro memorial de Carlos de Melo ao colocar todo o conteúdo da carta, sobretudo, da relação entre ele e o amigo Mário Santos, faz também recuperar toda a imagem que despertou enquanto estudante no espaço longínquo de Santa Rosa. Recife foi onde o narrador viveu a boemia universitária, pois pouco se tem informação desse lapso de tempo entre a adolescência e a vida adulta por meio de *Doidinho* até *Banguê*. Vagamente o narrador de *O Moleque Ricardo* faz referências do neto do velho José Paulino na cidade grande diante dos movimentos estudantis. Embora ter sido publicada após *Banguê*, o romance *O moleque Ricardo* é contextualizado entre esse lapso temporal da vida de Carlos de Melo.

Somente essa carta em *Banguê* traz algumas informações de como era visto Carlos de Melo pela sociedade acadêmica da qual ele também era partícipe, era além de herdeiro do Engenho, um bacharel em Direito. Demonstra sobretudo a velha imagem do avô enquanto

senhor de engenho e, pela carta, percebeu-se o tom da ironia por parte do amigo, ao dizer que no Santa Rosa ainda devia ser como os velhos tempos: “homens dignos, mulheres recolhidas e santas e a vassalagem cheirando a escravidão” (Rego, 2021, p. 48). O narrador nesse espaço acadêmico, como revelado pela carta, exibia o Santa Rosa como um troféu e dava a cada indivíduo as suas representações.

Todo aquele mundo imaginado percorrido enquanto estudante pelo narrador-protagonista estava sendo uma farsa diante do boato criado pela Sinhazinha no estado afora, o jovem bacharel em Direito era agora um abusador das negras ainda pueris. Os homens dignos que ele exibia não existiam mais, a mulher branca e santa, sendo um diabo atormentador e destruidora dessa imagem. E sim, a vassalagem naquela cólera escravista. O amigo Mário Santos, mesmo enfatizando que não havia acreditado, fazendo-o lembrar que, ao externar essa dignidade dos homens do engenho não caberia um boato como o agora espalhado, que a pureza de raça, a raça branca, não se misturaria com a raça preta através de beijinhos carinhosos.

Isso posto, notou-se que o narrador foi colocado na condição de hipócrita diante da sociedade a qual estava inserido e que a pessoa digna a qual tanto elevou essa personalidade foi destruída pela vergonha de “desvirginador de novinhas” (Rego, 2021, p. 49). Essa inquietação da maledicência provocada pela Sinhazinha o rebaixaria enquanto homem digno, após os antecedentes de outrora enquanto menino-adolescente, uma vez que, no passado, ele era um sujeito sexualizado que aos doze anos já tinha conhecido as curvas do corpo feminino, inclusive adquirido doença sexualmente transmissível. Também, Carlos de Melo via essa situação como destruidora de sua alma, inclusive revela que enquanto menino, aquilo era visto grandioso para a vida inicial da afirmação masculina através do sexo mesmo que fosse antecipado e que como homem estudado, o boato ganharia outra semântica, pois não era mais o menino se sentindo usado, seria um atributo de posse de uma criança para o sexo e uma negra do Santa Rosa.

Não tinha como escapar da responsabilização moralista social pregada na vida acadêmica, por isso, ele desabafa dessa maneira: “A estas horas todos me teriam na cota de uma besta humana, correndo atrás das novinhas do Santa Rosa como um pai d’égua fogoso. Nas minhas doenças do mundo, de menino, os parentes achavam graça. Agora, não haveria negra que se aguentasse comigo” (Rego, 2021, p. 54). A surreal preocupação de um estrago de imagem através de um boato vingativo, entre uma mulher que queria se manter no poder já que o velho senhor de engenho, aos poucos, perdia as suas faculdades mentais e com saúde

física fragilizada, ocorreu essa manipulação marcada pela inverdade segundo os relatos do narrador. Ademais, como a Sinhazinha comandava, intrigava Carlos de Melo:

Impressionava-me a força daquela mulher no Santa Rosa. E curioso, enquanto o velho José Paulino perdia as suas autoridades de chefe, com a idade, ela ficava mais forte, mas ranzinza, mais impicante. Não tinha um cabelo branco na cabeça, não sofria de nada, não tinha coração para bater pelos outros. E a gente assim os anos respeitavam (Rego, 2021, p. 57).

O modo pelo qual era recepcionado esse comando por parte da tia-avó desde *Menino de Engenho* fez com que Carlos de Melo desenvolvesse uma antipatia e desprezo pela personagem, inclusive citou em *Doidinho* que desejava a morte dela. Na citação acima, implicitamente deixa essa ideia também ao mencionar que os anos respeitavam a vivência de uma pessoa ruim como era Sinhazinha. Desse modo, em toda essa exposição é perceptível a forma como se dá a rubrica do machismo institucionalizado, pois na condição de mulher, a Sinhazinha é demonstrada como uma partícipe desse sistema. Assim, a personagem de José Lins do Rego é colocada na trilogia como uma pessoa representacional de outro ângulo – o da mulher que, a qualquer custo quer se manter no poder e ir além, mesmo custando a destruição de outras mulheres, no que concerne à violação do corpo, da alma.

O corpo de Josefa tornou-se em *Banguê* a concretização do quanto o patriarcado se serve às custas dos menos favorecidos, posicionado através da violência marcas físicas e psicológicas. Josefa representa toda a estrutura da miséria que sobrou da escravidão nos engenhos marcada pela ira de uma Sinhá, pelo servilismo, pela imagem destruída em função do estereótipo sexista na infância, pelo silenciamento e o mais grave, a sensatez de gratidão por ter um lar e comida, ou seja, sobrevivência.

Em segundo plano, a tratativa quanto a Maria Chica reverbera uma marca mais acentuada sobre o sexismo do corpo da mulher preta no espaço rural açucareiro. Esse corpo é uma linha de idealização e realização sexual avistada pelo rito dominante machista e racista. O narrador inicia o discurso sobre esse apontamento de modo a se justificar pela pressão social sofrida em razão da fofoca produzida por Sinhazinha. Ele se coloca como uma pessoa injustiçada, e tenta a todo momento, se colocar como um homem que o amor corria distâncias mórbidas.

E ainda mais, a dignidade dantes apregoada em função da razão social quanto ao gênero e classe, construída no universo urbano universitário, estava a passos da deterioração. Toda essa complexa reflexão psicológica trazida pelo narrador, é constituída uma base para que buscasse a realização e reafirmação dessa prática sexista com a mulher de cor pertencente dos átrios do Santa Rosa. Maria Chica é descrita pelo narrador no capítulo nove, como “uma

mulata de peitos duros e de braços bem rijos” (Rego, 2021, p. 69). Falando sobre a sexualização do corpo da mulher preta, considerado como mito colonialista, conforme Gonzalez (2020), se tem a extração que aponta que esse perfil criado e observado pela fala do narrador quanto ao corpo da mulher preta que encaixa no que a teórica retro o considera em que “o engendramento da mulata e da doméstica se fez a partir da figura da mucama” (Gonzalez, 2020, p. 82). Ou seja, exibir o corpo da mulher preta a partir da caracterização física com cunho sexista configura uma exaltação mítica, segundo Gonzalez (2020).

Desse modo, a fala acima de Carlos de Melo, se percebe como o corpo da mulher preta representa a imagem exótica aos olhos do homem branco, entretanto, essa imagem é revelada apenas no âmbito do sexismo e virilidade masculina, e nunca como um corpo satisfatório à construção de uma família entre branco e mulher preta.

Entretanto, o sexismo engendrado pelo mito do corpo erótico e exótico conforme apontado por Gonzalez (2020), explica sobretudo essa enfática descrição do narrador quanto à Maria Chica, captada como uma mulher que é usada para revelar “a vida sexual da rapaziada branca” (Gonzalez, 2020, p. 86), o mais grave ainda, além dessa prática sexista, representa também a mulher que concebe uma gravidez e tem um filho da casa-grande e, sequer, tem o reconhecimento da paternidade para o filho.

Na continuidade deste capítulo, é explicitado entre a visão exótica do corpo, o toque na mulher sem pedir permissão, a concretização sexual idealizada ante os delírios vivenciados pelo narrador: “Maria Chica veio tirar a roupa do meu quarto e outra vez me fez para ela. Peguei-a de jeito. E vi vibrar como uma pluma aquelas formas duras, os quilos de carne escura da mulata gostosa” (Rego, 2021, p. 70). Toda essa exposição o narrador suscita a possibilidade de a mulher ser oferecida a ele, mas a realidade fundamental é de que a personagem era uma subserviente da casa-grande.

Sobre o erotismo trazido pelo narrador acerca do corpo de Maria Chica mostra a alienação circunstancial dos círculos simbólicos que repercutem a negrura como um fantoche, linguisticamente, denominado de fetiche sexual do branco. E assim, pela teoria de Fanon (2020), despende a explicação da sessão do sexo entre Carlos de Melo e Maria Chica: “Depois de ter sido escravo do branco, ele se autoescraviza. O negro é, no pleno sentido da palavra, uma vítima da civilização branca” (Fanon, 2020, p. 203). Porque continuamente, o negro prossegue sendo essa peça imposta como ser objeto.

As alucinações trazidas pelo ato sexual entre narrador e a personagem citada acima, ignora uma ordenada polarização social que mitifica o branco como sujeito absoluto, singular, em que tudo é permitido, concedido. É quando, esse outro, no caso a mulher preta, é dirigida

de modo contraceptivo, como um movimento de duplo sentido. Maria Chica, entretanto, é absorvida pela ideia da força de um sobre o outro, embora de forma erótica, as palavras “Peguei-a de jeito” (Rego, 2021, p. 70), entrega a inconsciente ideia do tratamento dispensado à pessoa preta: a força, como equiparação do significado que o negro, segundo Fanon (2020), fornece pela cultura imposta.

A prática comum de se aproveitar da mulher negra para satisfação sexual dos homens senhores era uma prática comum desde a escravidão, já pontuado por Gilberto Freyre (2006). Essa tentativa de colocar mulheres como comparsas sexuais é apontada na primeira obra, através da Luísa. E o que não é percorrido extrinsecamente em toda trilogia, é que o fato de serem figuras subalternas, que são regidas por normas e gritos da casa-grande, são postas ao serviço doméstico e sexual da casa-grande.

Na citação acima acerca da Maria Chica, o mínimo de reação que o narrador apontou é de que ela riu, como elemento de consentimento sobre o objetivo provocado por ele. Mesmo assim, é relevante pontuar que: “Não era a “raça inferior” a fonte de corrupção, mas o abuso de uma raça por outra” (Freyre, 2006, p. 402). Nesse viés, vê-se que o narrador da obra de Lins do Rego configura essa atribuição abusiva do patriarcado. Em que na conjuntura de mulher que continua servindo os senhores da casa-grande em busca do mínimo de sobrevivência, são postas ao outro mecanismo de exploração: o sexual e, além disso, postas como corruptoras dos homens. Esse abuso percorrido por Gilberto Freyre (2006) é evidenciado pelas duas personagens presentes nessa análise.

Ainda em tratando de Maria Chica, o narrador deixa claro que a tentativa sexual deu muito certo e ainda mais, na ênfase sobre a permissividade da personagem nessa condição. Enquanto que ele é visto o objetivo sexual, e a da mulher uma possibilidade de melhoria de vida, o que é totalmente abolido, quando aparece uma personagem feminina branca no Santa Rosa: Maria Alice, a figura que teve um relacionamento com o narrador e tendo destaque como título da segunda parte da obra. Vale ainda discorrer que a diferença dos relacionamentos entre uma e outra, é que com Maria Chica era uma vivência escondida, enquanto que com Maria Alice, público e motivo de orgulho, embora o fato dela ser uma mulher casada.

Essa situação fez com que o narrador confessasse que aquela atitude com Maria Chica era uma vergonha para si, pois aquela prática para ele era motivo de medo em perder a sua imagem de homem sábio e pertencente ao famoso Santa Rosa: “Tive medo da hóspede. Se me visse assim, com aquela cabocla do engenho, me emporcalhando? Com a porta fechada ninguém nos veria e a moça estava por fora, no banho” (Rego, 2021, p. 83). Como se vê, o

narrador não tinha nada de inocente nessa relação, era como um animal em busca de desfrutar do corpo e pelo corpo e só por isso, entretinha-se com o alvo mais fácil a que tinha domínio, mas as negras não serviam ao casamento, apenas para o saciamento das necessidades sexuais do narrador.

A situação se torna ainda mais grave diante do resultado da atividade sexual entre Maria Chica e Carlos de Melo:

Maria Chica um dia chegou para dizer que aparecera grávida. Estava de barriga e só andara comigo. Tonteou-me a notícia. Era só o que me faltava: um filho com uma cabocla. Queria dinheiro e dei-lhe tudo o que pediu, mas que não abrisse o bico senão mandava quebrá-la de pau. Não me disse nada e saiu de cabeça baixa, com a trouxa de roupa suja.

Como seria aquele filho, aquele filho fruto dos meus amores de rede? Ficou bulindo por dentro de mim essa história de ser pai assim, sem esperar.

E se Maria Alice soubesse, eu estaria perdido. Ficaria com nojo do amante que se metia com negras e caboclas do engenho como seus avós, usando os seus escravos para isto. (Rego, 2021, p. 108).

Como desenhado pelo narrador no trecho supracitado remete à posição de Angela Davis (2016) ao abordar a tese de que:

A maioria das análises históricas e sociológicas sobre a família negra durante a escravidão presume simplesmente que a recusa do senhor de reconhecer a paternidade entre seus escravos se converteu de forma direta em um arranjo familiar matriarcal criado pela própria população escravizada. (Davis, 2016, p. 30).

A teórica acima traz uma questão de notória complexidade entre os fatores que dão causalidade em situação presente discorrida na ficção reguiana e os estudos acerca dessa patente entre a mulher negra sendo mãe de um filho do patriarca, como mera consequência dessa relação provocada pelos componentes escravizados. Nessa senda, a prática tocante ao sexismo, Collins (2019) exterioriza como:

[...] uma dimensão social das relações sociais entre senhor e escrava em outras palavras, o direito alegado pelos proprietários e seus agentes sobre corpo das escravas era uma extensão direta de seu suposto direito de propriedade sobre pessoas negras como um todo. A licença para estuprar emanava da cruel dominação econômica e era por ela facilitada, como marca grotesca da escravidão. (Collins, 2019, p. 180).

Percebeu-se, no excerto acima, essa patente anomalia do racismo sobre relações binárias de poder, apontado pela teórica. Nessa perspectiva, Gilberto Freyre (2006) também, assim como Davis (2016) conclui que essa afirmação tem um caráter destoante quando: “Diz-se geralmente que a negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira, iniciando precocemente no amor físico os filhos-família” (Freyre, 2006, p. 398). É notório que a

supervisão que enfatiza tais explicações, servem ao instituto de poder, quando são pontuadas apenas do ponto de vista do dominador.

Deste modo, concebe-se que ao concluir a trilogia por meio da obra *Banguê*, José Lins do Rego, consegue demonstrar nesse complexo campo que a literatura abarca as diferentes proposições que o patriarcado se afirma desde os tempos da escravidão. Os corpos corrompidos pela instauração de poder do masculino sobre o feminino, numa vertente ainda maior que é o da raça sobre outra raça, traz subsídios para o leitor presente que tais desígnios provoca uma extensão de prejuízos no que diz respeito a valorização da mulher, enquanto ser, independente de raça e classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou analisar a representação da mulher negra em **Menino de Engenho**, **Doidinho** e **Banguê**, sob a perspectiva das confluências histórico-sociais e dispor os elementos que agenciaram as posturas de dominação, e como refletiram na historização e

inserção social da mulher no âmbito social e histórico. Pois a condição da mulher, disposta na trilogia reguiana, é demonstrada de forma secundarizada, subjugada, e acima de tudo, objetificada.

No primeiro capítulo, “**LITERATURA E HISTÓRIA: a tessitura da memória em José Lins do Rego**”, foi apresentado o projeto memorialístico de José Lins do Rego, cuja denominação deu-se a partir da fortuna crítica da produção literária do paraibano, bem como do estilo em cada obra, e como construiu seus personagens nos romances, desde os da trilogia cujo narrador é em primeira pessoa, até aqueles que saíram da perspectiva memória-pessoa. Essa crítica colocou toda a produção reguiana em ciclos, o primeiro chamado ciclo da cana-de açúcar, o segundo, ciclo do cangaço e, por último, o ciclo do lirismo erótico, além de outras produções em ensaios e crônicas.

A análise deste trabalho focou nas primeiras produções, conhecida como trilogia reguiana, composta pelas obras **Menino de Engenho**, **Doidinho** e **Banguê**. Desse modo, a crítica pautou-se na primazia do destaque em que o narrador deu ao espaço Santa Rosa, o engenho do avô José Paulino. Foi visto que o tamanho do engenho perdia de vista em suas extensões de terras, em **Menino de Engenho**, bem como, numa perspectiva psicológica, o narrador coloca esse espaço tão grande como a pessoa do senhor de engenho. Ambos representam poder naquele espaço. Em **Doidinho**, o personagem fora do espaço rural, consegue ter uma noção de que até que ponto aquela grandeza se limitava, o que em **Banguê**, foi consolidado, com a morte do avô, o declínio do Santa Rosa. Nisso percebe-se uma linearidade de ligação entre o engenho e a pessoa de José Paulino como cúmplices do sucesso econômico que aquele engenho representou à sociedade paraibana.

Nesse traço memorial, a reminiscência pautou-se na vida no engenho, mesmo quando o personagem Carlos de Melo esteve no internato, até o retorno de Recife como Dr. bacharel em Direito. Esse espaço atua como núcleo da construção e medição do ângulo memorial, por se tratar de um fenômeno que absorve o individual e coletivo, proposto precipuamente pela teoria de Michael Pollak (1992), além de outros que versam essa temática sobre a memória, como Candau (2021) e Halbwachs (2006). Dessa forma, as memórias contidas nas narrativas são deslocadas entre arte e recriação da realidade, como um desejo de realidade a partir da literatura, por meio da mimesis da vida social, como um projeto de função social, de modo a evidenciar as visões do mundo.

O segundo capítulo, intitulado “**DA HISTÓRIA PARA A LITERATURA: apontamentos sobre os feminismos**”, doravante ao registro histórico sobre os apagamentos da mulher na constância acadêmica e intelectual, também refletiu na invisibilidade da

mulher enquanto sujeito social, na história, no trabalho público, nos lares, especialmente quando se trata dos corpos femininos negros. Por isso, ao analisar a trilogia de José Lins do Rego, foi diagnosticado como as mulheres negras sempre estiveram ainda mais objetificadas, silenciadas, mesmo quando, na história as mulheres brancas anotavam a sua presença intimamente. O corpus de pesquisa evidenciou os dispositivos que colocam esses corpos como eterna fonte de estereótipos, erotização, corpos sensuais, vozes subalternas, secundarizadas. Todo esse espelho foi visto por meio das personagens descritas pelo narrador Carlos de Melo.

Nesse sentido, foi feito um estudo sobre de que modo as relações de gêneros, masculino e feminino, especificamente, conflitam nos quesitos mínimos de representação social. E um lado, foi visto que a masculinidade, a chave basilar do patriarcalismo, agenciam uma hierarquia de poder, em que a mulher, está colocada, sob o topo deste ocupado, de outro, a branquitude, também caracterização patriarcal, que separam os brancos e negros, e por último, a classe social, que determina os espaços entre dominados e dominantes.

Assim, percebeu-se que a cultura de dominação tem gênero, cor e classe social, quando estes renovam na modernidade. Através da teoria de Angela Davis (2016), a qual coloca esse acúmulo de fatores, como método de dominação, o patriarcado se serve e se renova, pois, segundo a teórica, a combinada estrutura triíplice, fortalece mutuamente os binarismos existentes.

Desse modo, ao investigar as minúcias que são vertentes desse sistema, na constituição literária de José Lins do Rego, percebeu-se que as mulheres negras, no contexto escravista, viviam de forma similar à escravidão, que a abolição não contemplou as pessoas negras, e como isso, permaneceram nos domínios de seus antigos donos, fatos realísticos contidos na história do Brasil.

O terceiro capítulo, **“IMAGENS DAS MULHERES NEGRAS NOS ROMANCES DO CICLO DA CANA DE AÇÚCAR”** Foi visto que no engenho Santa Rosa, principal espaço destacado na trilogia, são dimensionados a prática de ações separatistas, quanto às questões de gênero, raça e classe, através da fala do narrador na primeira obra, **Menino de Engenho**, que ainda restava a senzala no engenho do avô, e que ali viviam “as negras do meu avô” (Rego, 2012, p. 75). Sendo assim, a separação de espaço entre casa-grande e senzala, notoriamente, diferenciados pelos corpos brancos e negros, senhores e servis. No íntimo desses dois espaços, intensamente representado por homens brancos que corrompiam sexualmente as mulheres negras, naquela condição de subserviência.

Em **Menino de Engenho**, foi visto que os corpos das mulheres negras no romance, é descrito de forma estereotipada, com aparentes articulações de subalternidade, de personagens que não evocam as suas perspectivas, haja vista tudo está no fluxo de consciência do narrador masculino. Além disso, esse silenciamento, além de propor uma supressão de identidade, provoca interpretações de uma cordialidade ou democracia racial na história do Brasil, nas relações gênero-raça depois da abolição. Contudo, os apontamentos discorreram que a escravidão foi contínua nos espaços de produção açucareira. Entre casa-grande e senzala, e demais espaços que orbitam o engenho, a mulher negra continuou nesse habitat da subserviência masculina patriarcal. As personagens que representam a servidão contínua no serviço doméstico, a relação sexista concreta e abstrata, a violação desses corpos, no reflexo dos trópicos escravistas, percebe-se na contemporaneidade uma versatilidade de formas, contudo, são repetidos de forma atualizada linguístico e semanticamente.

Já **Doidinho**, na versão de menino em amadurecimento, toma a consciência coletiva adquirida em **Menino de Engenho** como palco de seu método de objetificação sexual da mulher negra. Já ensaiado no Santa Rosa, o novo espaço, O internato Nossa Senhora do Carmo, recai sobre o personagem realidade do indivíduo que ocupa socialmente, a ideologia da formação intelectual conservadora religiosa, mas que é deslocada pela inconsciência individual reprimida. O personagem numa linha psicológica, enquanto se ludibria por meio da recordação dos corpos de Luísa e Zefa Cajá, recriou a concretude por meio de Paula, numa ótica psicanalítica.

Em **Banguê**, foi visto que os corpos das mulheres negras eram corrompidos, de forma sexual e exploração da mão-de-obra doméstica. Concomitante nessa subserviência, Maria Chica aparece como a lavadeira da casa-grande, a mulher que evidentemente, o narrador a descreve como uma mulher erotizada, sensual. Enquanto Josefa, a personagem frágil, menina que é explorada pela senhora do comando da casa-grande. Estrategicamente, percebe-se nessa construção de personagem, como o patriarcalismo situa as diferentes formas de poder, assim, essa pesquisa delimitou os modos plurais das formas de opressão praticadas pelo sistema de poder vigente no período açucareiro, bem como, promoveu o paralelo com as possíveis repetições no mundo contemporâneo, de ações de poder sobre as mulheres negras, tais como, o silenciamento, fator de maior destaque, haja vista as vozes femininas de mulheres negras, pouco ou nada aparecem diretamente. O enredo nessa problemática coloca a silenciosidade como fator de omissão por um sistema que excede as vias de poder.

Numa dimensão de protagonismo, o projeto de José Lins do Rego na trilogia, por meio do narrador demonstra a ação da linguagem de forma massifica entre os iguais e, um silêncio omissivo. Ainda propõe uma cautela às mulheres negras a secundarização de suas vozes, que pouco tem liberdade de romper as estruturas institucionalizadas da sociedade injusta mais necessária para manutenção do patriarcado açucareiro, e com isso, coloca-os no patamar da subalternidade que ensaia um método tácito. A competência linguística sobre essas temáticas responde um sentido reservado para a investigação entre locutor e interlocutor na recepção contemporânea. A literatura responde essa função social de apresentar, representar o mundo em fotografias escritas no fluxo de consciência narrativa e poética.

Ainda se observou que as demonstrações que afortunam posições diferenciadas entre o masculino que pertence ao senhoril do engenho Santa Rosa, e os corpos femininos, enunciam papéis de servidão sexual, erotização do corpo em razão da cor, mas rejeição de sua beleza para o mundo público com cultura embranquecida. Dessa forma, como fator maior, o silenciamento, atua na perspectiva de produção literária, como uma apelação social que se opõe na intenção de romper e contestar essas forças subsidiárias.

Diante de todo o exposto, objetivou-se, essencialmente, demonstrar no âmbito da história, como a literatura absorve representações de um mundo, com todas as especificidades. Falar da mulher negra ambientada no regime de escravização contínua, foi importante porque, a sociedade a cada momento vive absorvendo a cultura branca, e nominando essas práticas apenas como registros do passado. Obviamente, houve alguns avanços através de movimentos feministas que se dedicaram a inserção social e liberdade da mulher negra em sua plenitude, tanto quanto foi possível, averiguar que ainda há um caminho para desestruturação dos dispositivos de poder que comandam as relações binárias na cultura do Brasil, pautado na absoluta instituição europeia.

Promover uma reflexão por meio de uma literatura canônica, mas regionalista, com problemas de um povo, no mundo que se busca concretizar as identidades, a voz das minorias, tornou-se importante, para essa rememoração do passado, a fim de refletir o presente, e postular o futuro. Com a devida vênia, carece a valorização das especificidades brasileiras de modo integrado, pois olhar o passado é mais que importante, e principalmente, quando esse passado foi evidenciado de modo claro as minúcias de poder institucionalizado.

Desta maneira, diante de todo o exposto neste trabalho, espera-se contribuir com a academia nesse campo de reflexão, no que tange as identificações de machismo e racismo contemporâneo, a fim de não haja negação de estruturas de dominação, mas acima de tudo, as

mulheres negras, principalmente, possam reforçar as regras possíveis para findar essas alteridades que as sufocam.

As dimensões que atropelam vozes engolfam a supressão de fala, e demarcam cotidianamente quem e quando falar, e assim, os silenciados pairam na sua própria supressão enquanto pessoa., e se dissolve numa chamada de subserviência, de voz baixa, recolhimento. Mas é por meio da evidencia do pensamento por meio da fala, que os estudos sobre esses dispositivos, podem evocar e fazer barulho, como uma fala efetiva, e colocar-se tão potente quanto às forças que os calam.

A pesquisa acadêmica funciona como segundo condão da função social na consciência plural, pois comunica, numa extensão de força, e acima de tudo, a natureza linguística das formas de silêncio, são apontadas e contrapostas como o ideal de sociedade, pois “interessamos destacar, no entanto, o que isto implica na apreensão do personagem: a relação entre o silêncio e a fala” (Silva, 2014, p. 223). Nessa ótica, o que declara nas alteridades declaradas dentro das narrativas da trilogia reguiana, permite essa intromissão, uma vez que no vasto campo da linguagem heterogênea, a manifestação de discursos do outro por elas representadas entoam possibilidades para subverter uma única ordem que se intitula absoluta.

Ademais, ter o reconhecimento que a literatura faz mais do que reapresentar uma estrutura, constrói decodificação e compreensão de um mundo nas suas complexas articulações. À medida que a academia admite o entrelaçamento entre objeto contidos nos textos literários, e uma cientificidade desses reflexos, possibilita uma apreensão dialógica temporal, que certamente, inclinar-se-á mais diretamente ao presente-futuro. No campo dos princípios que rege “as prerrogativas da função representativa da linguagem, a problemática da subjetividade linguística tenta atribuir uma dimensão importante a todos os aspectos do ato da enunciação” (Sarfati, 2010, p. 27). Com isso, a situação enunciativa presente na linguagem que modela os comportamentos individuais e coletivos, no campo semântico, especifica uma responsabilidade totalmente ligada ao sujeito dentro e pelos discursos.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino**. 2. Ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

AMOSSY, Ruth. **Imagens de Si e a construção do *ethos***. 2. Ed. São Paulo: contexto, 2016.

ANDRADE, Shirley Silveira. **A mulher negra no mercado de trabalho: Condições escravistas das trabalhadoras domésticas**. Curitiba: CRV, 2022.

ARISTOTELES. **Poética**. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

ATHAYDE, Austregésilo. Sois um tema literário e humano bastante complexo. In. COUTINHO, Edilberto. **O romance do açúcar: José Lins do Rego, vida e obra**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento; o contexto de François Rabelais**. 7. ed. Trad. Yara Frayeschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6. ed. Introdução e Tradução do russo Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance III: O romance como gênero literário**. 6. ed. Introdução e Tradução do russo Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2019.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Glaucia Renate Gonçalves. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BORA, Amélia Monteiro; OLIVEIRA, Marina Rodrigues de. A mulher negra e as relações de gênero em Menino de Engenho de José Lins do Rego. **Signótica**, v. 23, n. 1, p. 231-245, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/sig/article/view/16155/10363>>. Acesso em 06 de junho de 2023.

BORBA, Maria Eduarda Aires Guimarães Figueiredo. **Além do sexo: Realidade da Prostituição no Brasil**. Goiânia: Editora Vieira, 2021.

BOSI, Alfredo. **Entre a literatura e a história**. São Paulo: Editora 34, 2015.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. 19 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Trad. Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BRAIT, Beth. **A personagem**. São Paulo: Ática, 1985.

BROOKSHAW, David. **Raça & cor na literatura Brasileira**. Trad. Marta Kirst. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Trad. Renato Aguiar. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CABALLERO, Alberto & CABALLERO, Laura & DELRADOR, Daniel & SOTOMAYOR, Araceli. **Machos alfa**. Direção: Laura Caballero. Madri, Espanha: 2022. Netflix.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. 1. Ed. 7ª reimpressão. São Paulo: Martins, 2021.

CANDIDO, Antonio. A personagem do Romance. In.: CANDIDO, Antonio *et. al.* **A personagem de ficção**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2014.

CANDIDO, Antonio. **O observador literário**. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura/ Comissão de Literatura, 1959.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

CASTELLO, José Aderaldo. **José Lins do Rego — Modernismo e Regionalismo**. São Paulo: EDART, 1961.

CAVALCANTI, Raissa. **O casamento do Sol com a Lua: Uma visão simbólica do masculino e do feminino**. São Paulo: Cultrix, 1993.

CHAGURI, Mariana. **O romancista e o engenho: José Lins do Rego e o regionalismo nordestino dos anos 1920 e 1930**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Ancopcs, 2009.

CHARTIER, Roger. História e Literatura & A história entre narrativa e conhecimento. In.: _____. **A beira da falésia. A história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS, 2002.

CHIAPPINI, Lígia. Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura. **Estudos Históricos**. Vol. 8, p. 153 a 159. Rio de Janeiro, 1995. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br>>. Acesso em 09 de março de 2023, às 10h07min.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política de empoderamento**. Trad. Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

COSTA, Antônio Cleonildo da Silva. **Descompasso de vozes femininas na mega-narrativa de José Lins do Rego**. Pau dos Ferros, RN: Programa de Pós-Graduação em Letras-PPGL/UERN. (Tese). Disponível em: <https://www.uern.br/controldepaginas/defendidas-em2020_/arquivos/>

6182tese_de_cleonildo_versa%C2%A3o_final.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2022, às 18h00min.

COSTA, Emília Viotti. **Da senzala à colônia**. 2. ed. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1982.

COUTINHO, Edilberto. **O romance do açúcar: José Lins do Rego, vida e obra**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1980.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e contexto: Uma abordagem sociocognitiva**. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

DUARTE, Pedro. **O silêncio que resta**. In Mutações: o silêncio e a prosa do mundo. Organização Adauto Novaes. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.

DUPUIS-DÉRI, Francis. **A crise da masculinidade: anatomia de um mito persistente**. Trad. Paulo Victor Bezerra. São Paulo: Blucher, 2022.

DURÃO, Fabio Akcelrud. **O que é crítica literária?** 1. ed. São Paulo: Parábola, 2020.

EAGLETON, Terry: **Marxismo e Crítica Literária**. Trad. Matheus Corrêa. São Paulo: Martins, 2011.

EAGLETON, Terry: **Teoria da Literatura: Uma introdução**. Trad. Waltensir Dutra. 7. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ECO, Umberto. **História da beleza**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ECO, Umberto. **História da feiura**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Sebastião Nascimento e Raquel Camargo. São Paulo: EBU Editora, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. 42. ed. 2. reimpr. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREUD, Sigmund. **A Interpretação dos Sonhos**. Volume I. Trad. Renato Zwick. Porto Alegre, RS: L&PM, 2020.

FREUD, Sigmund. **Além do princípio de prazer**. Trad. Renato Zwick. Porto Alegre, RS: L&PM, 2022.

FREUD, Sigmund. **Inibição, sintoma e medo**. Revisão técnica e prefácio de Márcio Seligmann Silva. Porto Alegre/RS: L&PM, 2022.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu**. Revisão de Edson Sousa. Porto Alegre/RS: L&PM, 2023.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

FRIEDMAN, Norman; MELO, Fábio Fonseca de. *O ponto de vista na ficção: o desenvolvimento de um conceito crítico*. **Revista USP**, (53), p. 166-182. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33195>>. DOI: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i53p166-182>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2023, às 22h.00min.

FURLAMETTO, Maria Marta. Para uma abordagem do gênero: animus, anima. In.: FUNK, Susana Bornéo (org.). **Trocando Ideias Sobre a Mulher e a Literatura**. Florianópolis: UFSC, 2014.

GOFF, Jacques Le. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares. Volume 1. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. (Uma história da escravidão no Brasil; 1)

GONÇALVES, Renata. O pioneirismo de a mulher na sociedade de classes. In.: SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOUVEIA, Arturo. **As angústias de Outono**. João Pessoa: ed. Manufatura, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher**. 1. ed. 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2022.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Trad. Bhuví. Libanio. 14. Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

JUNG, Carl Gustav. **A vida simbólica**. Trad. Araceli Elman e Edgar Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. rad. Maria Luíza Appy; Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KEHL, Maria Rita. O desejo da realidade. In. NOVAES, Adauto. **O desejo**. São Paulo. Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Funarte, 1990.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação - Episódios e racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LAJOLLO, Marisa. **Doidinho, o menino que aprendeu o Brasil**. In. REGO, José Lins do. Doidinho. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2020.

LERNER, Gerda. **A criação da consciência feminista**: a luta de 1200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal. Trad. Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2022.

LERNER, Gerda. **A criação do Patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Trad. Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Luís Costa. **Mímesis e modernidade**: formas das sombras. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980. (Biblioteca de teoria e crítica literária; vol. 1).

MAINGUENEAU, Dominique. **Variações sobre o Ethos**. Tradução Marcos Marcionilo. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MENEZES NETO, Nelson de Aguiar. **A poética da mimesis e a composição dos diálogos platônicos**: Uma introdução à leitura dos diálogos de Platão. Curitiba: Kotter Editorial, 2021.

NUNES, Benedito. Prolegômenos a uma crítica da razão estética. In.: LIMA, Luís Costa. **Mimesis e modernidade**: formas das sombras. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980. (Biblioteca de teoria e crítica literária; vol. 1).

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

PEREIRA, Marcos Emanuel. **Psicologia social dos estereótipos**. São Paulo: E. P.U, 2002.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>>. Acesso em 11 de março de 2023, às 14h35min.

RABASSA, Gregory. **O negro na ficção brasileira**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965.

RAVOUX-RALLO, Elizabeth. **Métodos de Crítica Literária**. Trad. Ivone C. Beneditti. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REGO, José Lins do. **Banguê**. 24. ed. São Paulo: Global Editora, 2021.

REGO, José Lins do. **Fogo Morto**. 82. ed. São Paulo: Global Editora, 2021.

REGO, José Lins do. **Doidinho**. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2020.

REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. 104. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

REGO, José Lins do. **O Moleque Ricardo**. 29. ed. São Paulo: Global Editora, 2022.

ROSENFELD, Anatol. **A personagem do Romance**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

SAFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: 2013.

SAFIOTTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAMUEL, Rogel. **Novo manual de teoria literária**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SARFATI, Georges-Elia. **Princípios da análise do discurso**. 1. Ed. São Paulo: Ática, 2010.

SCHMITT, Arbogast. Mimesis em Aristóteles nos comentários da Poética no Renascimento: da mudança do pensamento sobre a imitação da natureza no começo dos tempos modernos. In.: LIMA, Luiz Costa. **Mimesis e a reflexão contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

SILVA, Franklin Leopoldo e. **O risco do fracasso**. In Mutações: o silêncio e a prosa do mundo. Organização Adauto Novaes. São Paulo: Edições SESC - São Paulo, 2014.

SOUSA, Elri Bandeira. **Engenhos e personagens da mega-narrativa de Lins do Rego**. Campina Grande: Bagagem, 2011.

SOUZA, Adalberto de Oliveira. Crítica Psicanalítica In.: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 3. ed. rev. e ampl Maringá: Eduem, 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2006.

TRIGO, Luciano. **Engenho e Memória: o nordeste do açúcar da ficção de José Lins do Rego**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Trad. Waldéa Barcellos. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

XAVIER, João Paulo. **Racismo Estético**: Decolonizando os corpos negros. 1. ed. São Paulo: João Paulo Xavier, 2020.

ZOLIN, Lúcia Ozana. Crítica feminista. In.: ZOLIN, Lúcia Ozana; BONNICI, Thomas. (Orgs). **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 4. ed. Maringá: Eduem, 2019.